

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação do Departamento de História**  
**Linha de Pesquisa Ciência e Cultura na História**

**A HISTORIOGRAFIA NA REDE: CAPISTRANO DE  
ABREU E A CONSTRUÇÃO DA MODERNA  
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

**Alexandre Magno de Moraes**

**Belo Horizonte, Inverno de 2010**

**Alexandre Magno de Moraes**

**A HISTORIOGRAFIA NA REDE: CAPISTRANO DE ABREU E A  
CONSTRUÇÃO DA MODERNA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Linha de Pesquisa:** Ciência e Cultura na História.

**Orientador:** Prof.º Dr. José Carlos Reis.

**Defesa:** 13.08.2010

**Belo Horizonte**

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Departamento de História**

**Inverno de 2010.**

**Começo da novena de Nossa Senhora do Carmo**

Morais, Alexandre Magno de.

A historiografia na rede: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira / Alexandre Magno de Moraes. – Belo Horizonte: UFMG / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

196 p.; 31 cm.

Orientador: José Carlos Reis

Dissertação (mestrado) – UFMG / Departamento de História / FAFICH,

Referências bibliográficas: f. 192-198

1. Capistrano de Abreu. 2. Historiografia. 3. Redes. 4. Lugar de História.  
- Dissertação. I. Reis, José Carlos. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. III. Título.

Alexandre Magno de Moraes

**A historiografia na rede: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.**

---

**José Carlos Reis (Orientador)**

**UMFG**

---

**Regina Horta Duarte**

**UFMG**

---

**Helena Miranda Mollo**

**UFOP**

## **AGRADECIMENTOS**

Sempre é bom agradecer e, ao fim de mais de dois anos de trabalhos, os agradecimentos são mais importantes e proporcionam maior prazer. Refletem uma eterna dívida para com pessoas que se mostraram amigas e solidárias.

Meu orientador, o professor José Carlos Reis, é uma dessas pessoas com quem tive o prazer de conviver e criar laços de amizade. Sua orientação criteriosa, inteligente e instigante em muito contribuiu para o presente trabalho. Agradeço sobremaneira por sua compreensão nos momentos difíceis pelos quais passei, incentivando-me sempre a continuar.

À professora Regina Horta Duarte devo muito. Além de trocar idéias sobre a elaboração do projeto, foi ela a responsável pela aproximação com José Carlos. Foi ótima sua participação na banca de qualificação quando fez valiosas sugestões entre as quais destaco a questão da Natureza. A importância do conceito de Natureza para Capistrano no presente trabalho ganhou outra relevância.

Depois de tantos anos, tive o prazer de contar com a professora Maria Efigênia Lage de Resende, que tão gentilmente se dispôs a participar da banca de qualificação, contribuindo de forma significativa para o trabalho. Destaco em especial sua indicação da obra de Tânia de Luca, que foi de enorme valia.

À professora Liana Maria Reis, agradeço a atenção com que leu o texto apresentado no exame de qualificação e as excelentes sugestões oferecidas nesta oportunidade.

À professora Helena Miranda Mollo que gentilmente aceitou participar da banca de defesa da dissertação, vinda de um outro topônimo desse nosso lugar de história. É sempre bom trocar idéias com os vizinhos.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História da FAFICH agradeço pelo companheirismo e pela troca de idéias.

Aos colegas das escolas Mário Werneck e Lúcia Farage agradeço pela torcida e pelo apoio quando precisei me ausentar para desenvolver atividades do mestrado.

Aos meus médicos, Bernardo Pace, Marcelo Leite e Renata Macedo, meu muito obrigado por me manterem de pé, literalmente.

Aos meus pais, Eustáquio e Terezinha, nem sei como agradecer. Este trabalho também é fruto do esforço de vocês, por toda uma vida.

A meu irmão Eduardo, que tanto me auxiliou na revisão do texto, apontando erros, problemas de estilo e questionando a clareza das idéias, espero que continuemos a tecer muitos projetos com a ajuda um do outro.

Enfim, a minha amada esposa Meiri e ao meu filho Bruno, que tanto sofreram ao longo desses três últimos anos. Souberam entender o silêncio, o isolamento e a tensão. Sem vocês, nada do que fiz seria possível. Sem vocês, nada do que fiz teria sentido.

## ABSTRACT

O presente trabalho pretende demonstrar que João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927) foi um dos historiadores mais importantes *em seu tempo*, alcançando grande *ressonância* entre seus pares graças à sua enorme *autoridade intelectual*. Capistrano manteve uma posição crítica em relação à historiografia do XIX e às instituições que compunham o *lugar de história* do período. A relativa independência de Capistrano em relação às instituições que compõem o *lugar de história*, especialmente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, decorre das *redes sociais* que ele tece ao longo de sua vida. A *comunidade política imaginada* capistraneana tem como personagem central o Povo, e é marcada pela tensão entre Nação/Povo de um lado, contra o Estado/Governo de outro.

## ABSTRACT

This paper aims to demonstrate that João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927) was one of the most important historians of his time, achieving great acclaim among his peers thanks to its enormous intellectual authority. Capistrano has maintained a critical position in relation to the historiography of the nineteenth and the institutions that made the place of history of the period. The relative independence of Capistrano for the institutions that comprise the place of history, especially the Brazilian Institute of Geography and History, stems from the social networks that he weaves throughout his life. The imagined political community as the central character has capistraneana the People, and is marked by tension between Nation/People on one side, against the State/Government of another.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	5
2. Revisão bibliográfica .....	15
3. Entre redes e “quadros de ferro” .....	48
3.1 Ainda no Ceará .....	48
3.2 1875, Abril, Rio de Janeiro .....	56
3.3 Quebrando “quadros de ferros” .....	68
4. Em busca de uma quimera: Capistrano de Abreu e o povo brasileiro .....	90
4.1 O Povo, esteio da Nação .....	91
4.2 A Cultura, esteio do Povo .....	107
4.3 Da questão étnica na obra capistraneana .....	121
5. Capistrano e o diálogo com as instituições de seu tempo .....	134
5.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro .....	139
5.2 A Imprensa .....	151
5.3 A Biblioteca Nacional.....	166
6. Conclusão .....	177
7. Fontes e Bibliografia .....	189



## 1 INTRODUÇÃO

João Capistrano Honório de Abreu (1823-1927) é considerado um dos nomes mais expressivos da nossa historiografia. Não há, porém, unanimidade sobre sua importância. Para José Honório Rodrigues (1963), Arno Wehling (1994), Hélio Viana (1956), Francisco Iglésias (2000) e José Carlos Reis (2006), Capistrano é um dos nomes mais importantes da nossa história, autor seminal, que teria trazido à tona temas esquecidos, como a história cruel das bandeiras e a história eclesiástica, iniciando assim linhas de pesquisa das mais importantes em nossa historiografia. Por outro lado, há aqueles que crêem que Capistrano foi uma espécie de “promessa não cumprida”, como afirma Laura de Melo e Sousa (SOUZA: 1999, p.18). Nilo Odália (1997) chega a dizer que Capistrano foi um “mestre sem discípulos”, referindo-se à sua concepção de história centrada no índio, que não teria granjeado seguidores (ODÁLIA: 1997, p. 15).

Para além de um julgamento dos méritos de Capistrano de Abreu pretende-se demonstrar no presente trabalho que ele foi, sim, um dos historiadores mais importantes **em seu tempo**. Significa dizer que ele teve uma grande *ressonância* no meio intelectual em seu próprio tempo e posteriormente, a ponto de ser indicado como parâmetro do historiador moderno no suplemento literário “Autores e Livros”, do jornal *A Manhã*, ao lado de Varnhagen e João Ribeiro, entre outros, como bem demonstrou Ângela de Castro Gomes (1996: p.56). Tal *ressonância* deve-se à enorme *autoridade intelectual* conquistada por Capistrano ao longo de sua vida, desde suas pesquisas folclóricas para José de Alencar ainda no Ceará, até seus últimos momentos, quando teria conversado com o confessor sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil, fugindo dessa forma ao sacramento da confissão (MENEZES: s.d., p. 76).

Cabe ressaltar que a autoridade intelectual e a posição de destaque no lugar de história foram construídas com base numa posição crítica em relação à historiografia do XIX e às instituições que compunham a topografia do lugar de história do oitocentos. Tanto em sua obra como em sua atividade como historiador, Capistrano questionou a hegemonia das historiografias então vigentes. Nesse sentido, no capítulo três, *Entre redes e “quadros de ferro”*, retorno ao Ceará procurando demonstrar sua ligação pessoal e visceral com as rebeliões do Norte, das mais contestadoras e radicais da nossa História, principalmente através de sua ligação de longa data com algumas das famílias protagonistas desses eventos: os Alencar, os Alencar Araripe e os Sombra.

Essa ligação torna-se ainda mais evidente ao se analisar as redes sociais nas quais Capistrano se insere e das quais se serve ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1875. Essas redes são nortistas, para se utilizar a terminologia da época, e são mantidas por toda sua vida. São importantes tanto para necessidades prosaicas, como o envio de redes de armar de boa qualidade do Ceará ou colheres de chifre do Rio Grande do Sul, até sua entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>1</sup>.

O argumento é que para um nortista como Capistrano, consciente de suas origens, não seria possível aceitar ou concordar com uma historiografia que deslocava para o Sul – mais uma vez a terminologia da época – para o bandeirante ou para o monarca de ascendência européia, a primazia em nossa história. Daí a necessidade de procurar um novo protagonista, justamente o povo. Ao escolher o povo como personagem central, esteio da Nação, como se tentará demonstrar à frente, Capistrano foge de um bairrismo nortista que, talvez, o isolaria no meio institucional de sua época e diminuiria a ressonância de sua obra junto a historiadores e ao próprio povo brasileiro.

Neste capítulo, será de fundamental importância o diálogo com Tânia de Luca e seu livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, demonstrando as

---

<sup>1</sup> IHGB daqui por diante.

diferenças entre Capistrano e o grupo da Revista do Brasil. Enquanto o grupo da revista procurava construir uma visão otimista de nossa história, centrada em São Paulo e na figura simbólica do bandeirante, representante da iniciativa e da capacidade de trabalho dos paulistas, Capistrano aponta para a convergência de esforços das diversas regiões para a conquista cruenta e a ocupação do território.

Tecerei também considerações a respeito das relações entre Capistrano e Varnhagen em dois níveis. O primeiro técnico e metodológico, diz respeito às críticas de Capistrano aos lapsos de Varnhagen na citação de documentos, fidedignidade e mesmo lisura no trato com os arquivos – Capistrano chegou à conclusão de que o Visconde roubava documentos. O segundo diz respeito à concepção de história que informa a obra de cada um deles. Para utilizar a metáfora de José Carlos Reis, enquanto Capistrano observava as caravelas internado no sertão, Varnhagen observava a “descoberta” ao largo, embarcado (REIS: 2006). Nesse ponto, Capistrano procede a um alargamento epistemológico de grande importância, ao indicar o aporte das ciências sociais para a História, ele mesmo utilizando constantemente de conceitos e ferramentas da Economia, da Geografia, da Psicologia e da Etnografia em suas obras, o que será melhor detalhado quando da análise da concepção capistraneana de Povo.

Ao criticar Varnhagen, Capistrano contesta a história Saquarema. Sim, pois ao elogiar a rebelião brasileira, ao se debruçar sobre o povo rebelde e ao contestar as instituições historiográficas tão caras aos Saquaremas, parece ser cabível dizer que ele contesta essa versão de nossa história. Nesse sentido, Capistrano está muito mais próximo dos Luzias e, mais ainda, da chamada *geração de 1870*, que ficou marcada pela expressão tão conhecida de Silvio Romero – *bando de idéias novas* – idéias vindas da Europa, que teriam revolucionado a forma de pensar dos intelectuais brasileiros. O próprio Capistrano tinha consciência de viver uma “fase de transição”, à espera de

novos documentos, de novas instituições e, quem sabe, de um novo patamar de participação política do povo.

Não há, todavia, uma negação de Varnhagen por Capistrano. Há sim uma postura crítica, que aponta os avanços introduzidos pelo Visconde na pesquisa histórica e suas enormes contribuições para a historiografia, a começar pela *História Geral do Brasil*, sem esquecer os inúmeros documentos encontrados, copiados e publicados graças a anos de trabalhos nos arquivos europeus. Isso não o exime das críticas quanto ao roubo de documentos ou à postura pouco simpática ao povo (ABREU: 1975a, p. 89). Quanto a isto, basta uma breve comparação com texto de Max Fleiuss a respeito de Varnhagen. O tom geral desse último é de louvor, admiração irrestrita, transformando Porto Seguro em verdadeiro herói da historiografia (FLEIUSS: 1930). Muito diferente dos artigos de Capistrano, nos quais se procura analisar as contribuições do Visconde, mas, como já dito, não se teme apontar suas falhas e indicar o que ainda há a ser feito em nossa historiografia. Isso para não dizer das opiniões de Capistrano emitidas em sua correspondência, muito mais ácidas, nas quais chega à desoladora conclusão de que Varnhagen não devolvia todos os documentos consultados nos arquivos.

No quarto capítulo – *Em busca de uma quimera: Capistrano e o povo brasileiro* – pretende-se demonstrar a centralidade do povo na obra de Capistrano de Abreu. Ao questionar a hegemonia paulista, os quadros de ferro de Varnhagen ou mesmo a historiografia do IHGB, Capistrano questiona igualmente os personagens centrais destas vertentes historiográficas, respectivamente: o bandeirante, o monarca europeu/português branco e os saquaremas. Portanto, o questionamento capistraneano se faz através da escolha de um outro personagem central: o Povo.

Para isto, será necessário demonstrar quem é o povo para Capistrano. Ele faz uma distinção entre potentados e o povo comum, afirma que o povo foi capado e

recapado, sangrado e ressangrado. Na visão de Capistrano, o povo vai se formando ao longo dos caminhos que vão cruzando o sertão, caminhos que permitem a integração entre as várias regiões, caminhos nos quais vai se constituindo uma nova cultura – a brasileira – através de uma base econômica, do aproveitamento dos recursos naturais, da adaptação ao meio e à natureza. Caminhos que permitem igualmente a revolta, como aqueles percorridos pelo padre José Martiniano de Alencar em 1817 para propagar a revolução e a república. A revolta ou mesmo a guerra, como a campanha contra os holandeses, contribui para a formação do povo em si e, principalmente, para a sua transformação psicológica, transformação em povo para si. É na luta que o povo deixa de ser povo em si e passa a ser povo para si. Ao valorizar o povo, Capistrano acaba por elegê-lo sustentáculo da Nação. Não seria essa a explicação para os *Capítulos* terminarem justamente antes da chegada da família real? Afinal, como já havia um povo brasileiro, faltava-lhe apenas a fagulha para constituir a Nação.

Todavia, a metamorfose do povo em Nação não se completa. A desunião do povo, sua divisão em facções entorno dos potentados é que permite a dominação da Nação/Povo pelo Estado/Governo.

Assim como os membros da geração de 1870 procuram ampliar o escopo da participação política, Capistrano procura também ampliar a *comunidade política imaginada*, base para a nação brasileira. Para ele, a construção dessa *comunidade política* se dá de maneira conflituosa numa constante tensão entre Nação/Povo de um lado, contra o Estado/Governo de outro.

Entretanto, a *comunidade política* capistraneana não é suficientemente ampla para incorporar todos os elementos que compõem o povo brasileiro. As mulheres e crianças são ainda mantidas dentro dos cômodos interiores, assim como na sociedade colonial. Em especial, o negro é deixado à margem. Se ele dá grande atenção ao índio,

estudando a cultura e a língua indígenas a ponto de ser reconhecido internacionalmente como um grande sul americanista, o mesmo não acontece com o africano e seus descendentes. Capistrano não aborda a importância cultural, econômica ou étnica do negro, mesmo estando a par do movimento abolicionista.

Finalmente, no quinto capítulo, *Capistrano e o diálogo com as instituições de seu tempo*, pretende-se demonstrar que a opção por elaborar uma historiografia contestatória levou Capistrano a manter uma relação tensa com as instituições historiográficas de seu tempo, especialmente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No Instituto, apesar de ser sócio benemérito, nunca participou da direção da casa: deixou de lado os cargos de presidente, secretário ou orador, justamente os mais prestigiosos, bem como publicou muito pouco na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apenas dois artigos. Não foi redator de nenhum dos jornais em que colaborou, não foi sequer chefe de seção na Biblioteca Nacional<sup>2</sup>. Também é bastante conhecida sua recusa em participar da Academia Brasileira de Letras<sup>3</sup> (EL FAR: 2000, p. 53; ABREU: 1954b, p. 58). Em que pese esse alheamento dos postos de mando das instituições por onde passou, ainda assim conseguiu granjear autoridade intelectual. Esta autoridade foi conquistada, basicamente, de duas formas. A primeira, em virtude das atividades intelectuais de Capistrano, de seus trabalhos de pesquisa, da edição de documentos, tradução de obras do inglês e do alemão, elaboração de trabalhos historiográficos e lingüísticos. Tal atividade levou-o a ser consultado como referência em seu tempo. Além disso, a **ressonância** de seus trabalhos, notadamente através da imprensa, foi fundamental para consolidar sua autoridade. A segunda, em função das redes sociais, intelectuais, regionais e políticas das quais Capistrano fazia parte e era, muitas vezes, o nó central. De fato, a produção intelectual de Capistrano não seria

---

<sup>2</sup> BN daqui por diante.

<sup>3</sup> ABL daqui por diante.

possível sem os recursos materiais e intelectuais disponibilizados por essas redes sociais.

A partir da figura de Capistrano e de suas redes, pretende-se também demonstrar que o *lugar de história*, segundo a definição de Michel de Certeau (2000), era muito maior do que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seus congêneres provinciais ou estaduais e um ou outro arquivo, como o Arquivo Público Mineiro. Para isto, além do IHGB, serão analisados como lugares de história a Imprensa e a Biblioteca Nacional<sup>4</sup>. O **lugar de história** ganha, então, limites menos rígidos e mais fluidos. Sua **topografia** é irregular e os diversos **topônimos** que o constituem nem sempre podem ser considerados bons vizinhos. A hipótese a ser confirmada é de que Capistrano foi um dos maiores expoentes desse **lugar de história** no período de 1875 a 1927, respectivamente o ano de sua chegada ao Rio e de sua morte nessa cidade. Também tentará se demonstrar que Capistrano era um **historiador nômade**, não tendo endereço certo em nenhum dos topônimos do mapa historiográfico de então.

A análise da Imprensa enquanto instituição historiográfica procurará demonstrar que Capistrano serve-se das páginas dos jornais e revistas como espaço para a publicação de seus trabalhos, justamente por não encontrar espaço nas instituições que tanto criticava. Por outro lado, a publicação em periódicos garante-lhe uma grande ressonância no meio intelectual, conferindo-lhe grande poder simbólico, utilizado fartamente na constituição e manutenção de sua rede de contatos sociais e historiográficos. Tal rede, tecida desde o Ceará, vai aumentando ao longo de toda a vida adulta do “tecelão-historiador” Capistrano de Abreu. O último fio, cortado por Ariadne, torna-se ponto de partida para novos tecelões, como para aqueles reunidos na Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu, para aqueles que se debruçaram sobre sua vida e sua obra e, por que não, para este autor.

---

<sup>4</sup> Daqui por diante apenas BN.

Já os vínculos de Capistrano com a BN permitem analisar as relações de poder dentro da comunidade de historiadores e o aprendizado no que diz respeito ao trabalho com documentos, digamos em seus aspectos técnicos, como leitura paleográfica, organização de índices, conhecimento da “genealogia” dos documentos e normas de edição, por exemplo.

Não se pode terminar esta introdução sem algumas considerações a respeito do título do presente trabalho: *A historiografia na rede. Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira*. Ao se lembrar das redes, quer se dizer tanto das redes nas quais Capistrano se embalava e a algumas de suas leituras, como das redes sociais, intelectuais, políticas e regionais das quais fazia parte. A referência às redes de balanço indica ainda a ligação perene de Capistrano com o Ceará e o Norte e as inevitáveis influências sobre sua concepção de História. Não se trata de mera curiosidade. O hábito de dormir em redes é de um forte simbolismo. Numa época de profundas transformações, com a introdução da energia elétrica, do automóvel, da reurbanização do Rio de Janeiro, enfim, dos confortos e refinamentos da civilização moderna, persiste uma tradição nortista e sertaneja.

Ao se insistir na importância das redes para o desenvolvimento das atividades intelectuais de Capistrano, não se nega, como pode parecer, seu caráter inovador e contestador. Apesar de sua proximidade com empresários, políticos e embaixadores, as redes capistraneanas foram utilizadas fundamentalmente para o desenvolvimento de seus trabalhos historiográficos e etnográficos, insista-se mais uma vez. Basta lembrar, que ao fim de sua vida, Capistrano morava num pequeno porão alugado, na travessa Honorina, com as pessoas andando sobre sua cabeça, deixando sua antiga casa da rua D. Luiza (CÂMARA: 1969, p. 178). A vida pessoal de Capistrano está muito mais próxima



da “gente comum” – do povo, personagem central do *Capítulos* – e distante da vida dos “opulentos senhores” – os potentados.

Por outro lado, insistir nessas redes é lembrar que a História é disciplina viva, pesquisada e escrita por homens que estão inseridos em uma sociedade específica, sociedade que influi profundamente na escolha dos temas estudados, na escrita do texto historiográfico, nas vinculações institucionais, no contato com autores e suas obras. Trata-se de algo aparentemente trivial mas, como se tentará demonstrar, muitos dos analistas de Capistrano deixam de lado sua origem e suas relações.

Impressiona o contraste da simplicidade da vida pessoal de Capistrano com a vida de muitos de seus amigos. Rio Branco, Oliveira Lima, Domício da Gama e Assis Brasil, por exemplo, pertenciam ao corpo diplomático brasileiro e, graças a isso, viajaram pela Europa e Estados Unidos, tendo à mão arquivos, museus e bibliotecas com preciosidades documentais que muito facilitaram a elaboração de suas obras. No caso de Assis Brasil, há que se ressaltar ainda sua condição de estancieiro, capaz de importar gado diretamente da Europa para suas terras. Igualmente proprietário de terras era Martim Francisco. Também senhores de terras e grandes comerciantes de café eram Eduardo e Paulo Prado, freqüentadores dos salões europeus, inclusive encantando Eça de Queiroz.

Alongar o texto indicado novos exemplos apenas reforçaria a idéia central: as redes tecidas por Capistrano não são utilizadas para proveito pessoal, elas não lhe garantem uma sólida posição financeira. Nesse ponto, há coerência entre as suas severas críticas a nossos homens públicos, expressas principalmente em suas cartas, e sua vida pessoal.

No conjunto, a tecitura das redes sociais, a procura constante do povo como personagem central da nossa história e a postura crítica frente ao lugar de história de seu

tempo, indicam que Capistrano pretendia um vivido e uma história nos quais o **povo brasileiro fosse povo para si e não apenas povo em si**. Se ele pretendeu “arrancar das entranhas do passado o segredo angustioso do presente”, libertando-nos do “empirismo crasso em que tripudiamos” (ABREU: 1975a, p. 91), esse segredo era a transformação de um povo em Nação capaz de controlar o Estado e não o contrário. Só uma *comunidade política* efetiva, realmente unida, solidária, cooperativa poderia levar a efeito tal controle. O exemplo maior do fracasso do Povo frente ao Estado são justamente as revoltas, as rebeliões, todas derrotadas e com características em comum: o imprevisto, a “mandruice intelectual”, a falta de unidade e a divisão em facções arregimentadas por potentados em luta. Para Capistrano, os grandes momentos políticos da nossa historiografia, segundo a dita “historiografia tradicional”, como o Sete de Setembro e o Quinze de Novembro são iguais: a tomada de poder ocorreu a partir de dentro, do Estado.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O interesse por Capistrano de Abreu por parte dos historiadores que se debruçam sobre a historiografia brasileira aumentou consideravelmente nos últimos anos do século XX e na primeira década do terceiro milênio. São vários os artigos, livros, dissertações e teses dedicados a ele, demonstrando sua importância para a historiografia brasileira.

Essa bibliografia pode ser dividida em, pelo menos, quatro grandes grupos. O primeiro é constituído pelas obras escritas logo após a morte do historiador, em 1927, até fins da década de 1960. Sua característica predominante é a admiração irrestrita dos autores a Capistrano, o que prejudica a análise, que resvala para o anedótico. O grosso dessa produção resulta do *Curso Capistrano de Abreu*, organizado pelo IHGB em 1953, ano do centenário natalício de Capistrano. Apesar de ser uma fonte de valor para se estudar sua repercussão posterior e a forma como Capistrano foi apropriado por diversas vertentes da historiografia, esse corpo bibliográfico é pouco utilizado no presente trabalho. Como demonstrado adiante, os textos de José Honório Rodrigues, Afrânio Coutinho e Hélio Viana, apesar de serem dessa época, são exceções e sobressaem por aterem-se à análise da obra de Capistrano, à sua importância, aos temas novos por ele propostos e, quando analisam aspectos de sua vida, fazem-no procurando desvendar sua obra.

O segundo grupo de textos sobre Capistrano é o que corresponde às biografias, publicadas entre 1931 e 1970. Tratemos logo delas. De valor desigual, sobressaem os trabalhos de Hélio Viana (1956) e José Saraiva Câmara (1969). Utilizam-se da correspondência como fonte, especialmente este último, bem como procuram analisar o conjunto da obra de Capistrano, no que sobressai Hélio Viana. As biografias são

completadas ainda pelas obras de Alba Canizares Nascimento (1931), Raimundo de Menezes (s.d) e Pedro Gomes de Matos (1953). As três fazem uso intenso do farto anedotário sobre Capistrano de Abreu, apresentando-o como leitor ávido, eternamente distraído, capaz de ler sobre a sela de um cavalo, cair e continuar lendo... (MENEZES: s.d., p. 34). Ou de mostrar a fotografia de um coqueiro plantado pelo próprio Capistrano em Columinjuba<sup>5</sup> e a mesa feita com a madeira da dita árvore... (MATOS: 1953, págs. 168 e 192). O trabalho de Alba C. Nascimento (1931) é dos mais curiosos. Discurso proferido perante a Academia Carioca de Letras mitifica e poetiza Capistrano que, mesmo morto, permanece vivo como exemplo de grande homem. As necessárias ressalvas a este anedotário não podem invalidar sua utilização como corpo documental. De fato, a constante nos “causos” sobre Capistrano é a sua relação com os livros, bibliotecas ou discussões eruditas. Se são verídicos ou não é questão de difícil solução. Este anedotário aponta o reconhecimento de Capistrano por seus pares como eminente intelectual, indicando a *ressonância* por ele alcançada. Tal *ressonância* não é apenas *post mortem*, como pode parecer. Já em 1882, Valentim de Magalhães<sup>6</sup> dá início ao anedotário capistraneano, caracterizando o colega cearense como míope, desleixado, sempre soçobrando sob uma montanha de livros, fumando como um turco (MAGALHÃES: 1882, APUD: CÂMARA: 1960, p. 104-106).

Ainda sobre as biografias sobre Capistrano, é importante ressaltar que apresentam grande quantidade de informações realmente úteis à pesquisa. Também são marcadas pela admiração incontida dos biógrafos pelo biografado e, principalmente, pela preocupação em responder a questão que tanto incomodava aos contemporâneos de Capistrano: por que ele não escreveu uma História do Brasil que superasse a do Visconde de Porto Seguro?

---

<sup>5</sup> Nome do sítio onde nasceu Capistrano de Abreu, no município de Maranguape, Ceará.

<sup>6</sup> Valentim de Magalhães (1859-1903) jornalista e ativista republicano, diretor da revista *A Semana*, foi um dos fundadores da ABL.

O ponto médio entre os biógrafos parece ser o de Hélio Viana, que aponta o equívoco de se considerar um historiador importante apenas em função da quantidade de páginas que escreveu, desconsiderando-se ter sido Capistrano quem primeiro estudou a história do Brasil com “profundidade técnica e sentido sociológico”, isso sem dizer do trabalho de pesquisa, edição de documentos, ensino e orientação de pesquisas empreendidos pelo autor cearense (VIANA: 1955, p. 102). Vale lembrar que o próprio Capistrano, de certa forma, respondeu a essa pergunta, quando da preparação da terceira edição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, sob sua responsabilidade. Para ele a historiografia passava por um momento de transição. Importava muito mais escrever monografias sobre temas específicos, bem como continuar com a pesquisa documental, do que tentar escrever uma obra de síntese geral, necessariamente falha sem as monografias e os documentos (ABREU: 1954b, p. 12).

Mas essa resposta é necessariamente suficiente? Antes ainda, a questão é pertinente? Em outros termos, o historiador tem necessariamente que escrever uma grande obra, uma obra de síntese que aborde toda a história de seu país? A preocupação do presente trabalho, como se tentará demonstrar, é entender a importância de Capistrano de Abreu no seio da comunidade de historiadores e no lugar de história de seu tempo. Parte-se do suposto que esta importância foi grande, mesmo não tendo Capistrano elaborado a tal obra de síntese. Assim, é necessário reformular a indagação: por que Capistrano foi, e ainda é, tão importante, mesmo não tendo escrito uma obra de síntese nas mesmas proporções de Varnhagen?

Por outro lado, a questão da ausência da grande obra acaba por menosprezar os *Capítulos* que são sim uma obra de grande importância em nossa historiografia, constantemente revisitada por aqueles que se dedicam ao estudo da história brasileira. Ao se exigir uma grande obra de Capistrano, deixa-se de lado sua vasta produção

naquela que era o principal meio de comunicação de massa da época: a Imprensa. Isso sem falar nas obras de cunho etnográfico e lingüístico, como se verá logo a seguir nas considerações a respeito da obra de Beatriz Protti Christino.

A título de curiosidade, há quem considere que o romance *O Coruja* (1887), de Aloísio de Azevedo (1857-1913), tenha sido inspirado em Capistrano (PAIVA: 1931, p.29). O personagem que dá nome ao livro, André, de fato tem algumas características que lembram Capistrano. Órfão de pai e mãe, extremamente feio e tímido, André sempre andava isolado, à volta com livros, mesmo durante o recreio. Muda-se para o Rio, onde não consegue realizar os preparatórios para ingressar na Faculdade. Para ganhar a vida, começa a dar aulas, tornando-se exímio professor, a ponto de quase comprar o colégio onde trabalha. Durante toda a vida, empenha-se em levantar apontamentos sobre a História do Brasil, que tem aos montes, na expectativa de escrever obra histórica sobre o país. Mas suas ambições são impedidas pela amizade com Teobaldo, filho de um velho liberal de 1842. Amizade feliz e trágica, pois se lhe garantiu o pagamento do internato durante a infância, por outro lado Teobaldo torna-se um pesado fardo após a falência do pai (AZEVEDO:1940). Como a utilização de obra literária como fonte exigiria uma metodologia e um referencial teórico bastante diferenciados, optou-se por não fazer uso de tal fonte. A identificação da personagem ficcional com a personagem real apesar de plausível – pois Aloísio e Capistrano conviveram nas redações dos jornais cariocas – apenas reforçaria o argumento de que Capistrano foi percebido como intelectual de elevada importância à sua época.

O terceiro grupo de textos diz respeito às obras de caráter acadêmico, surgidas ainda na década de 1970, mas, sobretudo, a partir da década de 1990, especialmente dissertações de mestrado e teses de doutorado. Indicando já a renovação do interesse por Capistrano, esses textos utilizam-se geralmente da correspondência como corpo

documental privilegiado, bem como incorporam instrumentais teóricos que permitem sofisticar as análises. Dentro desse grupo de trabalhos também podem ser incluídos capítulos de livros, como é o caso de Ângela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas, ou obras integrais, como é o caso de Arno Wehling.

O quarto grupo bibliográfico é constituído por artigos de diversas revistas especializadas. Poderia ser incorporado ao bloco das obras acadêmicas, mas há uma diferença significativa: enquanto essas analisam o conjunto da obra capistraneana, os artigos focam aspectos específicos de sua obra, como a relação com um autor ou um tema específico.

Antes de analisar o terceiro e o quarto grupo de textos, faz-se necessária uma observação de caráter geral. As discussões a respeito da “filiação filosófica” de Capistrano de Abreu – se positivista, evolucionista, historicista, cientificista ou germanófilo – preponderam em várias das obras de quantos têm se detido sobre o historiador cearense, especialmente entre os trabalhos do primeiro e segundo grupos.

Quando se diz “filiação filosófica” emprega-se a terminologia da época. Hoje diria-se quais influências teóricas marcam a formação e a obra do autor. O objetivo é esclarecer a importância alcançada por ele na historiografia brasileira através da análise dos autores que influenciaram sua formação e sua obra. Afrânio Coutinho, por exemplo, considera que a centralidade do povo brasileiro na obra de Capistrano deve-se às leituras de Buckle, ainda no Ceará (COUTINHO: 1959).

Segundo Angela Alonso, os intérpretes da geração de 1870 não conseguem se desvencilhar dos próprios termos que essa geração utilizou para se designar. Existiriam duas correntes principais de análise: uma, representada por Brito Broca e Antônio Paim, que vêem nessa geração a mera reprodução acrítica das idéias européias de então – como o comtismo e o darwinismo – e outra corrente que encara a geração de 1870 como

produtora de um discurso ideológico unificador do projeto reformista das chamadas classes ou grupos médios urbanos. Essa segunda corrente seria representada pelos trabalhos de Graham, Nachman, Brescini e José Murilo de Carvalho, entre outros. Assim, “o movimento intelectual oitocentista ficou cristalizado na definição (e inclusive na mesma citação repetida *ad nauseam*) de Sílvio Romero: idéias estrangeiras em revoadas e intelectuais nacionais imitativos” (ALONSO: 2002, p. 26).

Não se sustenta uma visão da geração de 1870 como ideologia ou movimento de classe. Não há uma divisão entre filósofos/autores *versus* políticos/homens de ação. Assim, “embora tenham clivagens e nuances aqui desconsideradas, estas duas grandes linhagens de interpretação do movimento intelectual comungam dois pressupostos que têm obstado uma compreensão adequada do fenômeno: a separação entre os campos intelectual e político e a incorporação dos esquemas explicativos dos agentes” (ALONSO: 2002, p. 29).

Ao centrar a atenção na formação intelectual de Capistrano, rastreando quais autores leu e quais as influências desses autores, os analistas reforçam a separação entre autores e homens de ação, entre pensamento e ação, transformando o intelectual brasileiro em uma tábua rasa, uma esponja que absorve acriticamente as idéias européias. Não se atenta para as relações entre a inserção social do intelectual e sua atuação política, a partir das quais faz a seleção crítica das idéias, modificando-as e transformando-as.

Feita esta ressalva, a obra de José Honório Rodrigues constitui quase que um grupo à parte dentro da bibliografia sobre Capistrano. Mesmo assim, para efeitos práticos, consideramo-la como parte do grupo de textos acadêmicos. Rodrigues salienta a importância seminal da obra de Capistrano, autor que estudou temas até então menosprezados, como a penetração do sertão e a história da Igreja no Brasil. Destaca a



importância da leitura de autores alemães de especialidades diversas como a Geografia, a Economia e a Psicologia, na diferenciação de Capistrano em relação aos seus contemporâneos (RODRIGUES: 1963, p.XVII). Porém, para Rodrigues a grande marca da historiografia capistraneana é a preocupação em construir uma história a partir do povo (RODRIGUES, 1963, p. XIX), este povo capado e recapado, sangrado e ressangrado. O próprio Rodrigues tomará para si o programa de Capistrano e norteará toda sua obra por ele, a começar pela preocupação em reunir e editar os escritos capistraneanos, dispersos em jornais, cartas e revistas. Trabalho hercúleo que resultou na reedição, comentada e anotada, dos *Capítulos de História Colonial*, da edição em livro dos *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*; da organização, anotação e edição dos três volumes da *Correspondência de Capistrano de Abreu*<sup>7</sup> e dos quatro volumes dos *Ensaio e Estudos*. Não há praticamente texto de José Honório Rodrigues dentre os inúmeros que escreveu em que não se encontre referência a Capistrano de Abreu.

A questão da “filiação filosófica” de Capistrano é a temática central de Arno Wehling. Para ele, Capistrano deve ser visto de uma perspectiva mais ampla, ligada ao chamado cientificismo, seja ele de origem comteana, darwiniana, climática, ou do determinismo social. Capistrano trava conhecimento com essas formas do cientificismo ainda no Ceará, quando lê Comte, Buckle, Spencer, Stuart Mill e Taine. Suas primeiras obras, como o *Necrológio de Varnhagen*, de 1878, são claramente marcadas por esses autores. A preocupação com o clima, herdada de Buckle, é nítida nos *Capítulos*. Mas, para Wehling, a inteligência viva, o espírito aberto, o contato com a documentação, a leitura de autores alemães e de outras disciplinas, como a Geografia e a Economia, possibilitam um gradual distanciamento e independência frente aos referidos autores e ao cientificismo de uma maneira geral. Assim, a obra capistraneana é dividida em duas

---

<sup>7</sup> Daqui por diante, utilizar-se-á a sigla CCA para indicar a Correspondência de Capistrano de Abreu.

fases: uma científicista, ligada ao positivismo, e outra científica, ligada à escola metódica alemã (WEHLING, 1994<sup>8</sup>). A temática de Wehling diferencia-se do presente trabalho, mais preocupado em atentar para outras fontes de influência sobre a concepção de história capistraneana, como a regional, e a importância de Capistrano de Abreu na comunidade de historiadores do seu período.

A atenção com a “filiação filosófica” de Capistrano é importante por ressaltar sua preocupação metodológica e epistemológica, sempre atento ao desenvolvimento das diversas ciências sociais e às possibilidades de análise abertas por este desenvolvimento, como pretende-se demonstrar no capítulo quatro. Mas, por outro lado, deixam de lado outras influências, digamos nativas, transformando Capistrano em tábula rasa das doutrinas européias, uma esponja capaz de absorver tudo o que a Europa enviava, sem se levar em consideração o sangue que corria em suas veias, um sangue mestiço, cearense, nortista e orgulhoso de Guararapes.

Dentro de um panorama mais vasto, começando com Varnhagen e chegando a Fernando Henrique Cardoso, José Carlos Reis (2006) analisa a concepção de povo na obra de Capistrano, situando-o nesta discussão secular: quem é, afinal, o brasileiro? Para o cearense, já nas guerras flamengas, o brasileiro começa a distinguir-se do português. A luta sustentada contra o estrangeiro, com pouco ou nenhum apoio da metrópole, desperta os primeiros germens do sentimento nacional, que vão amadurecer ao longo de três séculos de colonização. Se, para Varnhagen, a nação brasileira é fruto da colonização portuguesa, européia, para Capistrano é o povo o responsável pela construção da nação, este mesmo povo que abriu picadas no meio da mata, abrindo

---

<sup>8</sup> O artigo *Capistrano de Abreu: a fase científicista* foi publicado originalmente em separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 311, abril/junho de 1976. Não é demais lembrar que Wehling é o atual presidente do Instituto. Sua preocupação é apontar um Capistrano de Abreu científicista, depois redimido graças à história metódica, deixando de lado qualquer conotação política presente na obra capistraneana. Muito diferente de José Honório Rodrigues, um historiador na trincheira, que também destaca a importância da história metódica na formação de Capistrano, mas não se cansa de apontar seu caráter político.

caminhos, levando e trazendo boiadas, capturando escravos ou contrabandeando ouro. Ao longo de três séculos, surge o brasileiro, já na época da Independência, com um sentimento de superioridade frente ao colonizador. Reis salienta ainda o diálogo entre Capistrano e Varnhagen, bem como as semelhanças e as diferenças entre os dois, análise importante dentro do contexto do presente trabalho, por evidenciar as divergências dentro da comunidade de historiadores. Enquanto a história de Varnhagen encontra-se ligada indissolúvelmente à Monarquia e mesmo à Casa de Bragança, a história capistraneana narra a *rebelião brasileira*, não só narra como lhe faz o elogio (REIS: 2006, p. 97).

A obra de Ângela Maria de Castro Gomes preocupa-se em delimitar o surgimento da História como um campo de estudos e uma disciplina, tendo uma temática, métodos e escrita próprios. Para a autora a Sociedade Capistrano de Abreu destaca-se como instituição “alternativa” ao IHGB e à ABL como referência na construção da História enquanto disciplina (GOMES: 1996, p. 90). Os objetivos da autora são similares à proposta de trabalho aqui apresentada, inclusive ao comparar Capistrano a Gabriel Monod<sup>9</sup>, salientando o “magnetismo moral” exercido pelos dois em seus respectivos ambientes (GOMES: 1996, p. 97). Entretanto, a linha de pesquisa ora proposta pretende concentrar esforços na análise da inserção de Capistrano junto à comunidade de historiadores e às instituições de seu tempo, para o que a análise da *Correspondência de Capistrano de Abreu* e da obra de Capistrano é fundamental, ao contrário de Ângela Gomes, que analisa as repercussões posteriores à morte do cearense.

Destaquem-se também o trabalho de Carlos Eduardo Ornelas Berriel, que analisa a influência do pensamento capistraneano sobre a obra de Paulo Prado, principalmente

---

<sup>9</sup> Historiador francês (1844-1912) funda, em 1876, a *Revue Historique*. Professor em várias instituições francesas de ensino superior.

no que diz respeito à importância dos caminhos na explicação da História Colonial (BERRIEL; 2000, p. 131).

Ronaldo Vainfas é responsável pelo capítulo “Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial,” no qual analisa a obra maior de Capistrano. Segundo Vainfas, a grande inovação dos *Capítulos* frente à historiografia anterior encontra-se na preocupação em estudar o sertão e o processo de interiorização através da expansão da pecuária e da civilização do couro e da descoberta e exploração das minas. Ao utilizar conceitos da economia e de outras ciências sociais, Capistrano inova em relação a seus pares. Todavia, a obra de Capistrano é desigual. Se o capítulo sobre o sertão é inovador, o mesmo não se pode dizer sobre o restante do texto, por vezes repetindo a historiografia do XIX, como ao narrar os sucessos das guerras holandesas. A posição de Ronaldo Vainfas sobre os *Capítulos* é de uma certa perplexidade. A questão colocada é: como um livro tão fragmentado, cheio de altos e baixos, pôde alcançar tamanho sucesso? É que a inovação encontra-se mais na metodologia, nos temas novos e na interação com as ciências sociais, como a Economia e a Psicologia, prática até então pouco utilizada (VAINFAS: 1999).

Dentro do terceiro grupo de trabalhos sobre Capistrano, merecem destaque as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, ainda que obras de valor desigual e, por vezes, muito afastadas no tempo. O texto mais antigo parece ser o de Jairo de Mello, ao que tudo indica, produzido durante a década de 1970. Apresenta um acentuado caráter biográfico, atendo-se à cronologia da vida de Capistrano (MELLO: s.d.).

Já a obra de Maria Luiza G. Ribeiro concentrou-se na influência das leituras na formação de Capistrano. Para isto, analisa a biblioteca do historiador, no sentido de tentar entender a obra através da “formação filosófica”. Diga-se mais uma vez, é como se as leituras **determinassem** a obra final. O historiador ou intelectual é tábula rasa. O

que restou da biblioteca de Capistrano encontra-se atualmente na Universidade Federal do Ceará, da qual a autora transcreveu o levantamento das obras existentes, tal a sua preocupação em entender a formação de Capistrano (RIBEIRO: 1990). Cabe ressaltar, como o faz a autora, que Capistrano era leitor ávido, a existência deste ou daquele livro em sua biblioteca não indica que o tenha apreciado ou utilizado como subsídio para suas obras. Além disso, seus livros eram constantemente emprestados aos seus inúmeros amigos e correspondentes e nem sempre devolvidos, de maneira que qualquer avaliação a partir dos livros de sua biblioteca é, necessariamente, falha.

A dissertação de Fernando José Amed atenta para a correspondência como *lócus* privilegiado do diálogo capistraneano com seus pares. Frente às dificuldades em elaborar obras que expressassem todo o seu vasto conhecimento, Capistrano utilizar-se-ia das cartas como instrumento para difundir tal conhecimento (AMED: 2001). A percepção da correspondência como *lócus* para diálogo entre Capistrano e seus pares aponta para a existência de redes sociais, políticas, intelectuais e regionais, como será demonstrado à frente, no terceiro capítulo. Algumas considerações são necessárias a respeito do suposto desse trabalho, ou seja, de que Capistrano encontrava dificuldades em elaborar seus trabalhos. De fato, ele mesmo afirmou diversas vezes preferir ler a escrever. Além do que, a publicação de livros era algo difícil e caro, alcançando um público restrito, como será visto no capítulo cinco. Todavia, não podemos nos esquecer da grande produção de Capistrano nos jornais de seu tempo, estes sim muito mais acessíveis devido ao seu preço e à sua grande tiragem. Artigos importantes, como o *Necrológio de Varnhagen*, foram publicados em jornais, na Imprensa periódica, garantindo grande ressonância a Capistrano. Não se pode, assim, considerar a correspondência unicamente como instrumento de diálogo e divulgação de conhecimento. Mais ainda, a correspondência deve ser considerada como a agulha a

tecer as redes das quais Capistrano fazia parte. Para isto, ele utilizava diversas “linhas”: a história, a etnografia, a amizade e a política.

O texto de Daniel Mesquita Pereira (2002) atenta para o que chama de um duplo enredo existente nas obras capistraneanas. O primeiro referente à sua formação como historiador moderno, que adota certas práticas divulgando-as entre seus pares. O segundo enredo diz respeito à formação da nacionalidade, inquietação que transparece nos *Capítulos*. O autor concentrou sua análise no período de 1880 a 1907, desde a publicação dos trabalhos de maior vulto na imprensa até a edição dos *Capítulos*. A partir da leitura dos textos de Capistrano, Pereira demonstra os diálogos que o cearense manteve com Varnhagen, construindo assim uma concepção própria da história do Brasil. Essa concepção foi marcada profundamente pela preocupação em estudar o sertão, sua ocupação e a contribuição para a construção da nação. Por fim, analisam-se as mudanças no projeto capistraneano de escrever a História do Brasil. Para o autor, mesmo tendo Capistrano alterado esse projeto, diminuindo-o, os *Capítulos* representam a primeira obra a contestar a supremacia de Varnhagen (PEREIRA: 2002).

Interessante estudo biográfico sobre Capistrano é o texto de Ilmar Rohloff Mattos, *Capítulos de Capistrano*, parte do projeto *Modernos descobrimentos do Brasil*, projeto desenvolvido pela PUC-RJ sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Margarida de Souza Neves. Em verdade, Mattos utiliza-se da biografia de Capistrano para entender sua principal obra, os *Capítulos de História Colonial* (MATTOS: 2004). Para Mattos, Capistrano seria o protótipo do historiador imparcial à cata de documentos fidedignos com os quais construiria a narrativa ordenadora dos fatos, dando-lhes sentido. O fio condutor da história capistraneana é a construção do Estado/Nação. Mattos atenta ainda para a relação de Capistrano com as instituições de seu período. Apesar de algumas

rusgas com a BN, com o IHGB e com o Colégio Pedro II, ele como que toma “posse” desses espaços, de certa forma transformando-os em “espaços privados”.

Em 2006, Rebeca Gontijo publicou artigo intitulado *História e Historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu*. Trata-se de capítulo de sua tese de doutorado: *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*, também de 2006. A autora afirma que a CCA contém indícios da concepção de História e Historiografia do missivista, especialmente no que diz respeito à questão da transição da leitura e estudo para a narrativa, uma narrativa marcada por um “objetivismo científico”, cujo fim último é narrar a construção da nacionalidade. Um texto que liga um passado que precisa ser valorizado a um futuro glorioso, situado em um presente de inquietude.

A autora reverbera o questionamento dos contemporâneos de Capistrano: por que ele, o homem mais capaz e preparado, não escreveu uma grande síntese da História Nacional, superando Porto Seguro? É que a preocupação com o “objetivismo científico” e a ausência de documentos constituem um círculo vicioso no qual há sempre a necessidade de se encontrar mais um alvará ou uma carta para completar o conhecimento adquirido com o penúltimo documento lido. Mesmo que Capistrano tenha conseguido relativizar a importância dos documentos criticando Varnhagen pela falta de interpretação, por exemplo, o círculo está posto e dele não se consegue libertar.

Ora, onde entra então a afirmação feita por Capistrano a Lino de Assunção, de que se deve preferir as crônicas aos documentos por ser mais fácil perceber a dinâmica tão rica da vida a partir das crônicas do que dos documentos? (ABREU: 1977, p. 345) Será que a noção de documento era a mesma em Varnhagen e Capistrano? Ou, pelo menos, os tipos de documentos utilizados pelos dois historiadores seriam os mesmos?

Capistrano não teria empreendido um alargamento da base documental ou utilizado de maneira diferente os documentos consultados pelo sorocabano?

A obra de Maria da Glória de Oliveira *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, de 2006, como já indica o título, centra sua atenção no método histórico e na escrita da História, questionando até que ponto método e escrita são independentes e como estas duas esferas do trabalho historiográfico podem se influenciar. Assumidamente influenciada pela leitura de Ricardo Benzaquén de Araújo, não se poderia esperar outro resultado senão a conclusão de que “*os dispositivos da crítica documental ao mesmo tempo que conferem as marcas de credibilidade ao texto histórico, também impõem coerções e limites incontornáveis à sua construção*”. Conclui também que os momentos do arquivo e da escrita foram sobrepostos por Capistrano, como devem ser sobrepostos por qualquer historiador (OLIVEIRA: 2006, p. 161-164). Concorde-se com a influência da crítica sobre a escrita, mas o presente trabalho em grande medida funda-se na preocupação em encontrar e entender outras influências que demarcam a escrita da história. Consideram-se, assim, a sociedade na qual o historiador está inserido, bem como suas motivações pessoais, políticas e religiosas. Considera-se igualmente o diálogo, literalmente, com outros historiadores e intelectuais. Consideram-se os vínculos institucionais que permitem o fazer historiográfico, como o acesso ou não a arquivos.

Beatriz Protii Christino, em *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-~i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*, faz uma análise de cunho lingüístico da obra de Capistrano sobre a língua dos Caxinauás, grupo lingüístico pano, destacando sua importância no contexto da lingüística e da etnologia de fins do século XIX e começos do XX (CHRISTINO: 2006). Para esta autora, Capistrano fazia parte de uma comunidade internacional de sul-



americanistas empenhados em estudar as línguas dos indígenas da porção sul das Américas. Por ser trabalho erudito, sua divulgação praticamente restringia-se aos elementos da comunidade dentro da qual Capistrano alcançou reconhecimento nacional e internacional. Cabe ressaltar a importância do conceito de *comunidade de sul-americanistas* no trabalho da autora. As pesquisas, a divulgação dos trabalhos, a organização de congressos e a troca de materiais se dão justamente dentro dessa comunidade. O fato do trabalho de Capistrano sobre os Caxinauás ter sido apontado por seus contemporâneos, no Brasil e no exterior, como exemplo a ser seguido, indica que essa comunidade determina quais procedimentos devem ser utilizados nos estudos lingüísticos, bem como quais autores e obras devem ser considerados como referência para os demais membros. Assim, o conceito de comunidade parece ser bem próximo do conceito certeuniano de *comunidade de historiadores*, como se verá ao longo do texto, especialmente no capítulo quinto. Compartilha-se em larga porção com a autora deste conceito, sem o qual torna-se difícil ou mesmo impossível entender a importância de Capistrano.

Ainda de 2006 é o estudo de Paula Virgínia Pinheiro Batista, intitulado *Capistrano de Abreu e a correspondência feminina*. A autora desenvolve considerações a respeito da construção de identidades, tanto de Capistrano como de suas missivistas e destaca a importância dessa documentação para se estudar a identidade feminina numa época dominada pelo discurso masculino. Também merecem destaque os estreitos laços de amizade de Capistrano com suas correspondentes, que permanecem mesmo após sua morte através da participação de dez mulheres na Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu. (BATISTA: 2006).

Entre os trabalhos que constituem o quarto grupo de textos sobre Capistrano, publicados em periódicos especializados, cumpre ressaltar o artigo de Ricardo

Benzaquén de Araújo, *Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*, de 1988. De certa forma, este texto é uma inflexão na análise da obra capistraneana. Até então, as análises de maior refinamento teórico eram as de José Honório Rodrigues e Arno Wehling. Araújo inova, considerando-o como representante de uma concepção moderna de história, baseada na pesquisa e na crítica documental como lastro para uma história verídica, imparcial, elaborada não mais por literatos diletantes, mas por historiadores profissionais. Apoiando-se em Paul Ricoeur e Hayden White, Araújo busca compreender como os elementos narrativos são utilizados por Capistrano na busca da verdade. Assim, a narrativa é caracterizada pela existência de um começo e de um fim ligados por um enredo, o qual avança numa direção já dada, desconhecida pelo leitor, que se mantém em suspense até que o narrador-historiador – onisciente – resolva dignar-se a revelá-lo. A análise de Araújo restringe-se a apenas dois textos capistraneanos: *O descobrimento do Brasil*, a tese do concurso do Pedro II, de 1883 e, com o mesmo título mas edição reformulada, *O descobrimento do Brasil*, de 1900. Enquanto o texto de 1883 é utilizado como exemplo do método crítico utilizado pelo historiador moderno, com a crítica dos textos e dos testemunhos; o segundo é lembrado como exemplo de uma história narrativa e linear.

A influência do artigo de Araújo sobre as dissertações de mestrado e as teses de doutorado foi e é bastante significativa, como se pode observar nos trabalhos de Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo, analisados brevemente acima. As críticas feitas aos trabalhos destas duas autoras e, por consequência, ao trabalho de Araújo não invalidam a importância da percepção de Capistrano como historiador moderno, marcado pelos procedimentos da escola metódica, como a crítica documental interna e externa. Ou ainda, não se nega a importância da narrativa nessa concepção moderna de história.

Outro trabalho de Daniel Mesquita Pereira, dessa vez em parceria com Eduardo Ferras Felipe, é o artigo *Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco (1886-1903)*, de 2008, pela Revista Brasileira de História. No referido artigo, os autores analisam as cartas trocadas pelo Barão e por Capistrano, indicando a existência de concepções distintas sobre a historiografia, seus métodos e as diferentes visões sobre o território. De um lado, Capistrano indicando a ligação entre a lenta ocupação do território e a formação da nacionalidade e, de outro, Rio Branco considerando o território como um tabuleiro de xadrez, em uma partida com diversos adversários: Argentina, Bolívia, França, Paraguai e Peru, entre outros (PEREIRA, FELIPPE: 2008).

Merece destaque o *Dossiê Capistrano de Abreu*, publicado em 2004 na revista *Trajetos. Revista de História da Universidade Federal do Ceará*. Sobressaem os textos de Rebeca Gontijo: *A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo* e o de Francisco José Calazans Falcon: *O Brasil de Capistrano de Abreu: características de sua produção historiográfica*.

O artigo de Rebeca Gontijo, anterior a sua tese de doutorado, aproveita a correspondência entre Capistrano e João Lúcio de Azevedo, nascida da amizade comum com José Veríssimo, para analisar a construção da identidade de historiador a que procede Capistrano. Para Gontijo, na correspondência entre os dois, surge a identidade de um historiador vinculado à moderna concepção de História, realizada por um especialista, o historiador, equidistante dos diversos juízos éticos, de maneira a obter “um acesso mais objetivo e imparcial da realidade” (GONTIJO: 2004, p. 122). Nesse ponto, a autora repercute as idéias de Benzaquén de Araújo, já citadas acima. Se de fato, a história moderna, a começar por Ranke, procurou alcançar “um acesso o mais objetivo

à realidade” (ARAÚJO: 1988, p. 31), na prática não se conhece obra historiográfica que não apresente uma conotação política evidente. Seria o mesmo que exigir que os historiadores fossem alienígenas. No caso de Capistrano, mesmo a leitura mais rápida indica claramente ser sua obra sulcada por juízos de valor. Assim, a respeito dos bandeirantes, como veremos no capítulo três, os epítetos são sempre desairosos. Seu posicionamento frente a Tiradentes, comparando com os revolucionários pernambucanos de 1817 e 1824 é claramente a favor destes últimos. Ainda um último exemplo da total falta de imparcialidade de Capistrano é a utilização constante do termo “nosso lado” ao narrar os acontecimentos da restauração pernambucana, como teremos oportunidade de demonstrar ao longo da dissertação. Ora, que lado é esse numa colônia portuguesa, invadida por holandeses, nas quais as partes não tinham consciência do todo, como afirma o próprio Capistrano? Em que pese considerações de interesse sobre a importância da correspondência, especificamente com João Lúcio, para se entender o processo de construção da própria identidade de Capistrano, o ponto de vista adotado no presente trabalho é algo diferente, na medida em que se entende a correspondência como o principal meio de articulação entre os elementos constituintes das diversas *redes*, já apontadas, entre si. Além do mais, cabe ressaltar o caráter de trabalho da correspondência entre os dois “Joãos”, com a constante troca de informações, solicitações de documentos e sugestões sobre os respectivos trabalhos.

Já o artigo de Francisco José Calazans Falcon vem justamente confirmar as críticas a respeito da pretensa neutralidade dos historiadores. Citando Antônio Cândido, para quem a historiografia é marcada pelo empenhamento, Falcon recorda que tanto Varnhagen como Ranke são românticos providencialistas, ferrenhamente apegados à ordem e ao princípio monárquico (FALCON: 2004, p. 67). De maneira geral, Falcon faz um apanhado das principais características da obra de Capistrano, ressaltando a pesquisa

documental constante e a proximidade com o historicismo, advinda do trabalho na BN. Além disso, ressalta a utilização do instrumental das ciências sociais por Capistrano, *a substituição do conceito de raça pelo de cultura* (FALCON: 2004, p. 74), a introdução de novos temas na historiografia, em especial o sertão e os diálogos com seus contemporâneos, em especial com Varnhagen, mantidos através da imprensa. A título de registro, sem maiores considerações, Falcon toca no ponto da “modéstia” do “espólio literário” de Capistrano, sem pretensão de apontar resposta para o “problema”. Por fim, conclui deixando em aberto a questão da exclusão de Tiradentes dos *Capítulos*.

O *Dossiê Capistrano de Abreu* apresenta ainda outros artigos. Destaque para a reprodução de um texto elaborado por Capistrano em 1892, as *Instruções para os imigrantes* (ABREU: 2004, p. 11-30), com informações básicas sobre o Rio de Janeiro, como meses de seca e chuva, ventos, geografia, espécies vegetais, ferrovias e um breve resumo histórico. Um guia prático para instalação do imigrante no Rio, inspirado na própria experiência de migrante de Capistrano, segundo Maria Verónica Secreto, que analisa o documento em artigo intitulado *As instruções para os imigrantes no contexto da propaganda da imigração* (SECRETO: 2004, p. 31 – 48). Secreto salienta algumas particularidades do texto de Capistrano no conjunto da propaganda de imigração, como o já aludido caráter prático da obra e a preocupação em indicar ao imigrante as dificuldades que enfrentaria no Rio de Janeiro, como o trabalho para a preparação da terra, através do secular método indígena de derrubada gradual da mata e queimada. Aponta também a preocupação de Capistrano em sugerir aos imigrantes que plantassem alimentos em lugar de café (SECRETO: 2004, p.43-45), em consonância com suas críticas ao caráter exportador de nossa “lavoura”, o que será lembrando no segundo capítulo do presente trabalho. Secreto questiona o fato de Capistrano, um cearense, ser escolhido para a empreitada. É que, à época de elaboração do texto, 1892, Capistrano

era já um intelectual reconhecido, com publicações constantes em jornais como a *Gazeta de Notícias*, além de gostar muito do Rio de Janeiro, conhecendo-o bem graças às suas viagens pela região. Este ponto é importante para o presente trabalho, como se verá no capítulo cinco, *Capistrano e o diálogo com as instituições de seu tempo*, no qual se destaca a ressonância que ele atinge no meio intelectual de seu tempo. Por outro lado, é pena que a autora não tenha abordado a questão pecuniária em seu texto, indicando os termos do contrato entre Capistrano e a Companhia Metropolitana, responsável por promover a imigração européia. Pode-se supor que, para além de um desejo de Capistrano a ser útil a outros imigrantes como ele, a possibilidade de complementar sua renda foi um importante fator a motivá-lo a escrever o texto. Isto nos permite considerar que Capistrano estava inserido no mercado editorial que vai se consolidando (EL FAR: 2000, p.35-36)

Outro artigo do *Dossiê Capistrano de Abreu*, é o de Arno Wehling, no qual o autor insiste na hipótese, já apresentada acima, de que a obra de capistraneana pode ser dividida em duas fases, uma científicista e a outra científica, dando destaque às obras da fase científicista, como a tese para o concurso do Pedro II, *O Descobrimento do Brasil*.

Em relação aos demais artigos presentes no *Dossiê*, apenas uma breve menção. Francisco Régis Lopes Ramos discorre sobre a preservação da memória em espaços museológicos e os necessários procedimentos teóricos e metodológicos necessários para se alcançar tal objetivo. A base para suas reflexões forma as exposições realizadas pelo Museu do Ceará em 2003 homenageando Capistrano e Rodolfo Teófilo.<sup>10</sup> Há também o texto de Virginia Buarque, *Cartas do Claustro*, que analisa a correspondência entre Capistrano e sua filha Honorina, Madre Maria José de Jesus, entre 1911 e 1927. Além de manter um vínculo com seu pai, as cartas tinham também o objetivo de convertê-lo

---

<sup>10</sup> Rodolfo Teófilo foi amigo de Capistrano, tendo com ele cursado o Ateneu Cearense e participado do grupo que ficou conhecido como Academia Francesa do Ceará (CÂMARA: 1969, p.26)

ao catolicismo, dada a formação científicista e agnóstica de Capistrano (BUARQUE: 2004, p.141). Todavia, o objetivo da autora é analisar a formação da subjetividade, especialmente a feminina. Por fim, o texto de Robério Américo Souza pretende responder à pergunta do título *Por que ler Capistrano de Abreu?* em sete páginas. Merece destaque sua interessante consideração, mesmo que breve, sobre a insistência de Capistrano em apontar a utilização freqüente da violência pelos brasileiros para resolver seus conflitos.

De 2006 é o artigo de Dora Shellard Correa, *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*, que trata da concepção de natureza em Capistrano. Para a autora, Capistrano foi o primeiro a inserir a questão do sertão na historiografia, apresentando em sua narrativa um espaço natureza, intocado, desconsiderando a importância do índios, que considera inferiores e sem importância na formação brasileira. A imagem do sertão e do espaço construídos por Capistrano seriam apropriadas por Caio Prado Jr. e reproduzidas sem maiores reflexões pela historiografia posterior. (CORREA: 2006, p. 65-67). Como tentará se demonstrar, acreditamos que Capistrano se interessa pela natureza na medida em que o ser humano interage com ela, transformando-a ou adaptando-se, portanto realizando um ato cultural.

Todavia, a maioria dessas interpretações pouco atenta para questões que poderiam ajudar a entender a importância de Capistrano em nossa historiografia, justamente por centrarem suas atenções sobre a formação do autor. Deixam de lado as suas origens sociais e políticas, suas relações com a comunidade de historiadores e com o lugar ou lugares de História de então. Por isso mesmo, no presente trabalho procurar-se-á analisar o lugar de origem de Capistrano, o Ceará, estado do Norte. Tentar-se-á compreender como Capistrano entendia seu povo e sua Nação. Suas relações com os lugares de história e sua inserção na comunidade de historiadores e o estudo serão

escrutadas, na tentativa, a partir de sua pessoa, de entender essas mesmas historiografia e comunidade de historiadores.

Para além dos textos referentes diretamente à obra de Capistrano de Abreu, merecem destaque nesta revisão bibliográfica as obras de Tânia Regina De Luca (1999), *A Revista do Brasil: um diagnóstico para (N)ação*; Lilia Moritz Schwarcz (1993), *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930*; Flora Süssekind (1990), *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem* e Angela Alonso (2002), *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Antes de discorrer especificamente sobre essas obras, chama a atenção a ausência ou a presença marginal de Capistrano em cada uma delas, forte indicio da independência de Capistrano frente às instituições do lugar de história de seu tempo, o que chamo de “nomadismo intelectual”, como se verá no quinto capítulo.

Dentre estas últimas obras merece destaque especial a de Angela Alonso. Seu argumento central é que a geração de 1870 não pode ser vista como reprodutora acrítica de correntes filosóficas ou ideológicas européias, que teriam arribado por estas bandas como um “*bando de idéias novas*”, para se utilizar a expressão de Silvio Romero. Para a autora, o que ocorre é uma utilização consciente, seletiva e modificadora das idéias européias, utilização esta vinculada e condicionada pela prática e atuação política dos intelectuais e políticos que atingiram a maturidade por volta de 1870. Segundo Alonso, a geração de 1870 seria na verdade um *movimento contestatório* de indivíduos que se vêm à margem dos centros de decisão imperiais (ALONSO: 2002, p.42). O movimento tem por objetivo justamente alargar as possibilidades de participação nesses centros de decisão. Nesse sentido, a autora distingue grupos políticos com objetivos diversos. Em primeiro lugar, os *liberais republicanos*, como Lúcio de Mendonça, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça. Em segundo lugar, os *novos liberais*, cuja figura maior era



Joaquim Nabuco e a maior causa a abolição. Em seguida os *positivistas abolicionistas*, como os irmãos Aníbal e Alfredo Falcão e o próprio Silvio Romero. Por fim, os *federalistas*, subdivididos em *federalistas positivistas do Rio Grande do Sul* e *federalistas científicos de São Paulo*. É importante destacar que a autora não trata estes grupos de forma estática, pelo contrário, procura constantemente demonstrar as interações entre eles ao longo do período de 1870 até os primeiros anos da República. Assim, as lutas pela abolição da escravidão levam a uma aliança estratégica entre os novos liberais e os positivistas, sem uma participação tão efetiva dos federalistas. Por outro lado, a atuação dos federalistas, especialmente durante a propaganda republicana anterior a 1889, se dá de forma coordenada, com a colaboração de científicos em jornais gaúchos e vice versa, por exemplo.

Em virtude da limitação da presente obra, não será possível um estudo exaustivo da vinculação de Capistrano com os diversos grupos da geração de 1870, segundo Angela Alonso. Todavia, alguns pontos de contato serão apontados, como as tensas relações com Silvio Romero e, em especial, a amizade e colaboração com Joaquim José de Assis Brasil. Entenda-se bem: não se está sugerindo que Capistrano tivesse uma atuação *político partidária* ou *parlamentar*, como Joaquim Nabuco ou o próprio Assis Brasil. Capistrano era essencialmente um homem dos arquivos, dos recantos das bibliotecas. Mas isto não quer dizer que sua obra não tenha um conteúdo político, marcadamente republicano e popular.

Não se trata de vincular Capistrano a este ou àquele grupo, até porque ele tinha trânsito livres entre *federalistas gaúchos*, *novos liberais*, *positivistas abolicionistas* e *liberais republicanos*. O que importa é atentar para o caráter *político* da história capistraneana. Ao se escolher o povo como personagem central de nossa história, Capistrano reverbera um clamor de sua própria geração por maior participação política

da população em seu conjunto, superando a dominação dos “homens bons” do período colonial e da aristocracia imperial. Mais ainda, reverbera uma tradição nortista republicana, facilmente identificável nos movimentos 1817, 1824 e 1848.

Este posicionamento político se dá também em relação ao próprio fazer historiográfico, especialmente no que diz respeito à necessidade de *publicisar* o conhecimento histórico, através da edição de documentos, da organização de exposições e catálogos, e mesmo de através de sua estreita vinculação e apoio à BN, mesmo depois de 1873, quando deixou o cargo de oficial desta instituição para assumir a cátedra do Pedro II.

Não se pode esquecer da influência regional, nortista, para se entender a obra de Capistrano. É o que se tenta fazer no capítulo primeiro, *Entre redes e quadros de ferro*. Neste ponto, o contraponto com a obra de Tânia de Luca é essencial. Compulsando as páginas da *Revista do Brasil*, fundada por Júlio de Mesquita, a autora descreve e analisa, a construção de um *projeto e uma história bandeirantes para o Brasil*, ou seja, um projeto e uma história do Brasil a partir da ótica paulista. De Luca analisa de forma sutil e penetrante a construção de um projeto de poder paulista, que pretendia estender a todo o país as soluções de São Paulo, em todos os campos: economia, saúde, história, raça, etc... Para os paulistas dos anos 1920 e 1930, era inegável que o estado estava à frente do país e que o Brasil só superaria o atraso se o exemplo bandeirante fosse seguido. Daí a necessidade de reescrever a História brasileira a partir de São Paulo, elevando o bandeirante à condição de personagem central e símbolo da capacidade de empreender e vencer. Mais ainda, o historiador deve ser orientado pelo otimismo e patriotismo ao escrever nossa história. Deve buscar elaborar uma História que permita aos pósteros espelharem-se no exemplo de seus ancestrais e, com orgulho, procurar superá-los.

Capistrano não cabe nesse tipo de história. Crítico dos bandeirantes, publica apenas uma vez na *Revista do Brasil*, o artigo *Paulística, a respeito de uma moeda*. Para ele o Brasil é fruto de uma construção coletiva, na qual contribuíram paulistas, mineiros, baianos, pernambucanos, rio grandenses do norte e do sul. Apesar de admirar São Paulo, freqüentar diversas cidades do estado e ter amigos paulistas, como Paulo Prado e Affonso Taunay, Capistrano opõe-se ao projeto de hegemonia paulista.

Outro contraponto importante é a obra de Flora Süssekind (1990), *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. É que Süssekind demonstra que os românticos da geração de 1840, como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, constroem uma imagem estilizada e distante do país, uma país pura natureza. Para isto, fazem uma apropriação peculiar dos relatos dos naturalistas viajantes, uma apropriação que privilegia a natureza, a paisagem. É como se esses viajantes andassem no meio de um deserto, na acepção original da palavra, de lugar sem ninguém. Daí a idealização do país nas obras desses autores e a construção da unidade da Nação através da geografia. Procura-se demonstrar, no presente trabalho, que Capistrano faz uma apropriação diferente dos relatos dos viajantes. Para ele, o que importa nesses relatos é a cultura que eles encontram. De deserto, a paisagem se transforma em paisagem humana, transformada em seres humanos. No máximo, a preocupação em compreender a paisagem, a natureza, está diretamente relacionada à sua influência sobre a ocupação do território, desde a dispensa da cooperação propiciada pelo clima e natureza abundantes, como descrito no princípio dos capítulos, até as dificuldades ou facilidades para a ocupação, tais como as dificuldades de navegação ao longo da costa ou a disposição das serras e rios.

Apesar de considerar Capistrano de Abreu historiador dos mais tradicionais em comparação aos críticos mais radicais de fins do XIX, Silvio Romero à frente, o

trabalho de Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças*, é um clássico fundamental para se entender a questão étnica durante o período de 1870 a 1930. À semelhança de Angela Alonso, a autora aponta a apropriação seletiva das “doutrinas”, no caso as correntes do pensamento racista europeu, feita pelos intelectuais do período. Tal apropriação, que adapta as idéias racistas às condições brasileiras e aos objetivos dos intelectuais, possibilita que se encontre uma possibilidade de futuro para o país. Sim, pois aos olhos racistas europeus, a miscigenação e a mestiçagem entre negros, brancos e índios inviabilizaria a formação de um Povo e de uma Nação. Os intelectuais brasileiros, segundo Schwarcz, realizam verdadeiros malabarismos teóricos para demonstrar nossa viabilidade enquanto povo e nação, dentro dos moldes racistas. Assim, a miscigenação e a mestiçagem, originalmente degradantes para as raças superiores, passaram a ser vistas como benéficas por Silvio Romero, dentre outros, na medida em que permitiria a transmissão das melhores características da raça superior, branca, para as inferiores, índios e negros. No limite, teríamos o “braqueamento” da população, para alguns em poucas gerações ou mesmo poucos anos, como é o caso de João Ribeiro e Oliveira Vianna, este último completamente imbuído das idéias de Le Play<sup>11</sup>. Essa apropriação se dá de diversas maneiras pelos intelectuais e pelas instituições do período. Assim, a posição média do IHGB é pela possibilidade de absorção das diversas etnias no seio da Nação, via miscigenação, refletindo o catolicismo reinante. Já as faculdades de Medicina propugnam o Higienismo como possibilidade de redenção, enquanto que as Faculdades de Direito enveredam pela antropologia criminal à Lambruso.

O diálogo com a autora mostrou-se angustiante. Como veremos, Capistrano afirma que a questão étnica pouco influi na formação do povo brasileiro, dando

---

<sup>11</sup> Pierre Guillaume Frédéric Le Play (1806-1882), engenheiro, economista e sociólogo francês, alcançou grande renome no século XIX graças à proposta de estudar a sociedade através da observação, especialmente de suas instituições, como a família.

primazia ao fato cultural. Ora, era de se esperar então um tratamento similar às três etnias que compõem o povo, mas é incontestável a proeminência do índio na obra capistraneana, em detrimento do negro. Aliás, o que chama a atenção não é a ausência do negro, mas seu tratamento a partir dos lugares comuns desde sempre utilizados em nossa historiografia, tais como a afirmação de que a doçura e alegria dos africanos teriam lhes permitido suportar melhor a escravidão. Assim, o negro na obra de Capistrano tem uma presença marginal, em vários sentidos. Em termos quantitativos, na influência sobre a constituição da cultura e da Nação, enquanto agente econômico, enquanto rebelde, contestador da ordem vigente, resistindo nos quilombos.

Quanto aos autores utilizados como referencial teórico, a obra de Carlo Ginzburg será de ajuda valiosa. No artigo *Morelli, Freud e Sherlock Holmes: Pistas e o Método Científico* (1980), C. Ginzburg delinea o que denomina de *paradigma indiciário*, compartilhado por caçadores neolíticos, detetives, médicos, críticos de arte e historiadores. Baseado na análise de detalhes que permitem reconstruir um todo desconhecido, o paradigma indiciário vem sendo utilizado a milhares de anos pelo ser humano, com grande sucesso. Tal paradigma induz à narrativa, pois não basta seguir as pegadas da caça, é necessário comunicar, narrar aos companheiros de caçada o tamanho do animal, a direção seguida, a estratégia para matá-lo. Para isto, é necessário narrar, ainda que a narrativa seja feita da forma mais sumária “um animal passou por aqui” (GINZBURG: 1980).

Capistrano utiliza-se do paradigma indiciário de duas maneiras. A primeira, na procura de documentos, o que lhe permite seguir as pistas deixadas por códices, mapas, manuscritos. Tais pistas podem ser a capa, uma referência breve na correspondência de um historiador, um anagrama escondendo o nome do verdadeiro autor. A partir de cada pequena pista, ele monta um quadro em sua mente, deduzindo: o documento X foi visto

por Varnhagen na Torre do Tombo, mas não foi visto por João Francisco Lisboa, o que leva a crer que Varnhagen o furtou. Então, provavelmente o documento encontra-se no Itamarati ou no IHGB. A segunda maneira é tentando compreender o passado. Tomemos a preocupação sempre constante em sua obra da ocupação do interior. A referência a um acidente geográfico em uma crônica ou roteiro, a indicação da utilização de uma estrada para uma visita pastoral, a utilização de monjolos, todas essas pequenas pistas indicam o período em que a ocupação foi feita, seu sentido ou direção, quem a fez.

Dentre os autores escolhidos como referencial teórico, Michel de Certeau é o principal. Certeau possibilita o entendimento da comunidade de historiadores, suas práticas e instituições. Utiliza-se largamente do conceito de **lugar de história**. Não se desconhecem suas considerações a respeito da operação historiográfica como uma prática e uma escrita de uma dada comunidade de historiadores, situada num lugar de história. No presente trabalho, procura-se ressaltar que o lugar está intimamente imbricado com a prática, de tal maneira que “... cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios” (CERTEAU: 2000, p. 78). Importa destacar que a prática histórica só se constitui em ciência a partir do momento em que os temas determinados pelo lugar de historiadores passam a ser estudados através da constituição de um corpo documental que transforma o passado em outra coisa, de maneira que “o passado é, inicialmente, o meio de *representar uma diferença*.” (CERTEAU: 2000, p. 93) O passado não existe ou é acessível de uma forma pura, como se fôssemos oniscientes e pudéssemos abarcá-lo por inteiro. Ele só pode ser conhecido a partir de uma prática que o transforma em conhecimento, e esta transformação marca a nossa diferença em relação ao que aconteceu. Dizemos quem somos no confronto com um *outro* advindo de um tempo diferente, anterior.

Portanto, a História é uma atividade de produção condicionada por um lugar, por procedimentos e por uma escrita que se relacionam. Tal produção somente se tornará científica quando houver mudanças no passado “puro”, transformando-o de um elemento da “natureza” para um elemento da “cultura”. Como produção, a história pode e deve ser analisada para que possa ser compreendida.

Ora, esse **lugar de história**, como se evidencia, não é separado da sociedade que o circunscreve. Muito pelo contrário, está intimamente ligado à ela. É de se perguntar, portanto, como o historiador, em particular, e seus pares, enquanto coletividade, articulam aquilo que R. Koselleck denominou, de um lado, campo de experiência, com, de outro lado, um horizonte de expectativas (KOSELLECK: 2006) Tal articulação se dá em relação à pessoa de Capistrano, seu local de origem, o Ceará, e suas expectativas em relação ao Brasil. Por outro lado, o próprio Capistrano articula um campo de experiência com um horizonte de expectativa em relação ao Brasil e à sua história. De fato, ao vislumbrar um Brasil fruto do esforço coletivo de vários núcleos povoadores, Capistrano vislumbra também um país futuro em que as unidades da federação tenham peso proporcional, sem o predomínio de um estado ou outro, como São Paulo. Ao voltar seus olhos para o esforço de penetração do sertão indica a importância de interiorizado da própria nação em direção ao Oeste. Ao recomendar que os novos imigrantes plantem alimentos, vislumbra um país que produza o próprio alimento e não uma “lavoura” voltada para o exterior. Ao elogiar a rebelião brasileira, criticando o improvisado, a mandruice intelectual e o seu fracasso, vislumbra um povo capaz de exercer autogoverno.

Ao dizer de um campo de experiência, é necessário pensarmos sobre as conexões do indivíduo com seus contemporâneos, com as idéias que o circunscrevem, com os ideais políticos defendidos em seu tempo. Para efetuar tais conexões, o conceito

de cultura política é útil para se entender Capistrano de Abreu e a sua relação com a comunidade de historiadores de seu período, pois permite indagar quais as vinculações políticas e sociais do indivíduo com seu grupo.

O conceito de cultura política com que se trabalha é de Serge Bernstein (1998). Para este autor, a cultura política vem a ser uma espécie de código, um conjunto de referentes comuns a um determinado partido político, uma família ou mesmo de uma tradição política (BERSTEIN: 1998, p. 350). Ao mesmo tempo em que supre uma leitura comum do passado, através de uma historiografia própria, a cultura política projeta um futuro vivido em conjunto. A ligação do indivíduo à determinada cultura política se dá, assim, por um passado comum e por um futuro que se quer comum. Numa dada sociedade, coexistem diversas culturas políticas, com o predomínio de uma ou algumas delas. As culturas políticas não são estanques, acabam por se influenciar e temas que constituíam a agenda de uma cultura específica, como o meio ambiente, por exemplo, acabam por serem incorporados por outras culturas, no caso pelos socialistas, entre outros. O conceito procurar abarcar tanto a realidade macro, a cultura política de um grupo ou de uma geração, como o micro, a cultura política de um indivíduo. Neste último caso, à semelhança da micro-história, pensasse na relação entre indivíduo e sociedade, procura-se entender a cultura política individual em sua relação com a cultura política do grupo em que está inserido.

Algumas pistas levam a acreditar que Capistrano pertencia a outra cultura política do que aquela (ou aquelas) seguida pelos membros do IHGB. Assim, a exclusão de Tiradentes dos *Capítulos de História Colonial* e, por antítese, sua admiração por Frei Caneca e os republicanos de 17; sua amizade, de longa data, com a família de Tristão de Alencar Araripe<sup>12</sup>, envolvida nos acontecimentos de 1817 e 1824, e presa por isso; a

---

<sup>12</sup> Tristão de Alencar Araripe era, inclusive, padrinho de casamento de Capistrano (CÂMARA: 1969, p. 106).



participação na chamada *Academia Francesa*; uma certa simpatia à República de Piratini (ABREU: 1976c, p. 317-319), a forte ligação com o positivismo e com os elementos da Igreja Positivista, nos primeiros anos do Rio de Janeiro; o apoio ao movimento abolicionista, para o qual temos um forte indicio, a saber: a única vez em que Capistrano retornou ao Ceará foi justamente para participar da festa da abolição da escravidão naquele estado, em 1885, anterior à Lei Áurea. Se não é possível afirmar que Capistrano era um republicano convicto, por outro lado percebe-se claramente sua desilusão com a Monarquia e a percepção clara dos problemas enfrentados pela causa monárquica em seus últimos dias.

Não se pretende aqui um levantamento exaustivo das culturas políticas do século XIX, todavia, creio ser possível dizer que, primeiro, não havia uma cultura política única, basta lembrar os conturbados anos do período regencial, as diferenças gritantes entre abolicionistas e escravistas, a discussão entre republicanos e monarquistas, a propaganda republicana a partir da década de 1870. Segundo, que a cultura política hegemônica era a monárquica, que acabava por influenciar todas as outras, de uma maneira ou de outra, como em relação à preocupação constante com a unidade nacional, que se estende pelo período republicano, quando da discussão da autonomia de cada Estado da federação frente à União. Terceiro, não se pode pensar que as culturas políticas do período eram restritas à elite da época, o que quer dizer que também as “camadas populares” desenvolviam sua própria cultura política e, quarto, que as diversas culturas políticas marcam profundamente a historiografia produzida pelos autores vinculados a cada uma delas.

Assim, os estudos etnológicos de Capistrano estariam vinculados a sua visão de mundo e à sua cultura política. Entender o mundo indígena seria entender a própria formação do Brasil, entender o próprio Brasil. Entender o índio é entender como os

portugueses conseguem vencer os franceses, entender como o português conseguiu deixar o litoral, deixar de andar de lado como um caranguejo e devassar o sertão; entender como a língua geral prevaleceu sobre a portuguesa nos primórdios da colonização; entender como determinadas tribos deixam o litoral, fugindo dos conquistadores e procurando o refúgio dos sertões; entender como os paulistas despovoam o país, escravizando os indígenas e fixando as minas. Entender os índios seus contemporâneos, como consequência colateral, rende um enorme prestígio intelectual no restrito meio acadêmico internacional, criando laços de amizade com os etnólogos alemães Karl von den Steinen e Paulo Ehrenreich, por exemplo.

Necessariamente, o pertencimento a uma cultura política diferente, leva Capistrano a imaginar uma outra Nação. Conceito e fenômenos fluidos, a Nação foi a preocupação determinante da historiografia do oitocentos, segundo Manoel Guimarães (1988). Para trabalhar a questão, optou-se por uma apropriação do conceito de *comunidade política imaginada*, de Benedict Anderson. Questionando a força do nacionalismo, Anderson procura entender a Nação, ou melhor, a condição nacional como produtos culturais específicos. Para demonstrar seu ponto de vista, Anderson analisa vários fatores culturais e políticos que teriam moldado as nações ao longo dos dois últimos séculos, como a religião, os reinos dinásticos, os estados coloniais, a criação de escolas metropolitanas capazes de unir num mesmo espaço aqueles que antes estavam em tribos e lugares diferentes.

Sobressai sua preocupação com o que denomina de *capitalismo editorial*. Segundo ele, o desenvolvimento das modernas técnicas de editoração de livros e jornais permitiram uma padronização da língua, uma língua oficial, que se sobrepõem aos dialetos locais. Ao mesmo tempo, cria ou reforça o ente nacional: o *italiano*, o *inglês*, o *português* e assim por diante. A esse respeito as observações de José de Alencar e

Monteiro Lobato, entre outros, sobre as especificidades do português falado no Brasil e sobre o direito de cidadania de uma língua brasileira são elucidativos da importância da língua para a constituição da condição nacional. Por outro lado, a expansão da imprensa diária, através dos jornais, cria uma comunidade de leitores que, mesmo em lugares distantes, tem acesso às mesmas informações e pontos de vista. Ressalta-se a importância do capitalismo editorial de caso pensado, pois Capistrano, como se verá no capítulo *Capistrano e o diálogo com as instituições de seu tempo*, estava inserido nesse mercado, auferindo renda, travando debates, expondo suas idéias e seu projeto de Nação, conquistando *ressonância*.

### 3. ENTRE REDES E “QUADROS DE FERRO”

#### 3.1 AINDA NO CEARÁ

*“Tenho presente a primeira vez, em que veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo o comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassis. Cada ano que passa é uma parede que cai” Carta a João Lúcio de Azevedo em 19 de março de 1917. (ABREU: 1954b, p. 37-38).*

*“Sabe que há hoje exatamente 50 anos tive a primeira idéia de escrever uma história do Brasil?” Carta a Paulo Prado em 20 de maio de 1924. (ABREU: 1954b, p. 457).*

Um dos consensos entre os biógrafos e estudiosos de Capistrano de Abreu é que a idéia da escrita da História do Brasil teria lhe ocorrido ainda em Maranguape, no Ceará, sob a influência de Comte<sup>13</sup>, Buckle<sup>14</sup>, Spencer<sup>15</sup> e Taine<sup>16</sup>, por volta de 1874. O consenso como que se impõe, pois o próprio Capistrano relembra esse momento em sua correspondência diversas vezes, como demonstrado nas epígrafes do presente capítulo. Normalmente, dá-se grande atenção às suas leituras, talvez sob a influência de João Cruz Costa, um dos responsáveis pela análise do “movimento intelectual oitocentista

---

<sup>13</sup> Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), filósofo francês criador do positivismo.

<sup>14</sup> Henry Thomas Buckle (1821-1862), historiador inglês autor da *História da Civilização na Inglaterra*, de 1857.

<sup>15</sup> Herbert Spencer (1820-1901), pensador inglês autor da *Estática social* e *O homem contra o estado*, entre outras obras.

<sup>16</sup> Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893), filósofo, historiador e crítico francês. Autor, entre outras, das obras *Histoire de La littérature anglaise* (1863) e *Essais de critique et de histoire* (1854-1894).

como versão brasileira de idéias européias”, daí seu enquadramento em “doutrinas” ou “escolas” (ALONSO: 2002, p. 22). Para esse tipo de análise, se faz fundamental o levantamento do que se costumava chamar “filiação filosófica”. Deixa-se de lado a questão geográfica: ainda no Ceará, ainda no então chamado Norte, é que surge a idéia de escrever a história pátria.

Quais seriam as implicações desta afirmação? Em outras palavras: a localização geográfica do momento em que Capistrano tem a idéia de escrever a História do Brasil influenciaria a sua concepção de história? A região influi sobre a história? Observe-se: não é uma afirmação casual, é uma memória que perdura ao longo de cinco décadas, portanto, por toda a vida adulta de Capistrano.

Em busca de respostas, recuemos o olhar para o dia 26 de junho de 1873. Nesta data José de Alencar retornava ao Ceará, depois de treze anos de ausência. Buscava novos e melhores ares para sua saúde combalida. Mesmo assim, Alencar encontra tempo para suas atividades políticas, pois era deputado por sua província, e para suas pesquisas históricas, folclóricas e etnográficas, base para seus livros. Percorre os municípios vizinhos de Fortaleza e nessas andanças conhece um jovem de 20 anos, Capistrano de Abreu, que o ajuda em suas pesquisas em Arronches, arraial próximo à capital. Alencar permanece três dias hospedado em Maranguape, a terra de Capistrano, em casa do Coronel Joaquim José de Souza Sombra<sup>17</sup>, grande amigo da família Abreu e do próprio Capistrano (MENEZES: 1977, p.325- 326).

Segundo Raimundo de Menezes, Alencar teria manifestado ao pároco seu assombro diante da erudição do moço, aconselhando-o a tentar o jornalismo na Corte. Pouco tempo depois, em fins de 1873, o romancista embarca para o Rio, após considerável melhora em sua saúde (MENEZES: 1977, p. 335).

---

<sup>17</sup> Joaquim José de Souza Sombra (1819-1911), militar e político cearense, nascido em S. Bernardo das Russas e falecido em Fortaleza.

Há unanimidade entre os biógrafos de Capistrano de que, de fato, este teria participado das pesquisas de Alencar no Ceará. Pedro Gomes de Matos chega ao exagero de dizer que Capistrano teria vindo para o Rio em companhia de José de Alencar (MATOS: 1953, p. 51). Não é demais lembrar que Capistrano embarca para o Rio em 1875, chegando em abril. José Saraiva Câmara também concorda sobre a importância do contato entre Alencar e Capistrano, que constituiu um valioso estímulo para a migração de Capistrano para o Rio (CÂMARA: 1969, p. 90). Todavia, Câmara afirma que o encontro teria ocorrido em 24 de agosto de 1874 e não em 1873, baseado em carta do próprio Capistrano a Mário de Alencar (CÂMARA: 1969, p. 89). Também Hélio Viana data o encontro entre Alencar e Capistrano em 1874, ao que parece baseado na carta que escreveu o romancista a Bruno Seabra (1837-1876)<sup>18</sup> em 1874. Ao que tudo indica, o erro parece ser de Capistrano e seus biógrafos, pois Raimundo Menezes afirma que, em janeiro de 1874, Alencar já se encontrava na Corte, representando o governo da província junto ao Banco do Brasil, enquanto Capistrano ainda estava em sua província natal (MENEZES: 1977, p. 330). Resta perguntar quais foram as consequências de tal contato para Capistrano.

Capistrano já mantinha laços com a família Alencar. Quando se preparava para ingressar na Faculdade de Direito do Recife fora contemporâneo de Tristão Alencar Araripe Júnior, sobrinho de José de Alencar<sup>19</sup>, que estava prestes a se formar. Além disso, Araripe Júnior foi nomeado juiz de direito de Maranguape em 1872, quando Capistrano já havia retornado do Recife, sem concluir os preparatórios, deixando de lado definitivamente o título de bacharel. Juntos com outros colegas de sua geração,

---

<sup>18</sup> Bruno Henrique de Almeida Seabra, escritor paraense, autor de *Aninhas*, *O Beija Mão*, *O Romance de um Cético e Sertanejas*, entre outras (MARTINS: 1977, p. 13).

<sup>19</sup> Parte da família Alencar acrescentou o sobrenome Araripe. O nome Tristão foi muito utilizado pela família, a começar pelo irmão do Senador José Martiniano de Alencar, Tristão de Alencar, morto na revolução de 1824. O pai de Tristão Alencar Araripe Júnior, colega de Capistrano, foi o Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Ministro do Supremo Tribunal Federal e membro do IHGB. O Conselheiro Tristão Alencar foi um dos proponentes da entrada de Capistrano no IHGB, como demonstrado à frente.

como Raimundo Rocha Lima e Xilderico de Faria, organizariam a Academia Francesa do Ceará, uma associação literária de jovens, tão comum no século XIX, destinada a reunir os amigos para discutirem literatura, filosofia, história e as teorias que campeavam mundo, como o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer (CÂMARA: 1969, p. 43-67). Esses laços foram intensificados pelo encontro com o romancista e continuariam mesmo após sua morte, através da amizade de seu filho, Mário de Alencar<sup>20</sup>.

O encontro com José de Alencar proporciona a Capistrano o contato direto com o maior nome do indianismo brasileiro do século XIX. É provável que a ligação de Capistrano com a temática indígena comece ainda no Ceará, em 1874, quando ele faz pesquisas para José de Alencar, como aludido acima. Mas as pesquisas foram utilizadas em qual ou quais obras?

Depois de seu retorno à Corte, Alencar publica, em jornal, os artigos da série *O Nosso Cancioneiro* (1874-1875) e os livros *Guerra dos Mascates, 2º volume* (1874), *Ubirajara* (1874), *Senhora* (1875) e *O Sertanejo* (1875). Saraiva Câmara afirma que as pesquisas realizadas por Capistrano para Alencar eram de cunho folclórico, recolha de poemas populares, como “O Rabicho da Geralda” e “O Boi Epitácio” (CÂMARA: 1969, p. 89).

Se os poemas parecem indicar a ligação das pesquisas de Capistrano com *O Sertanejo* e a vida sertaneja, não se pode deixar de imaginar que as discussões entre ele e José de Alencar versaram também sobre outros assuntos, tais como a temática indígena, de uma forma geral e a etnografia, em particular, tão presente no *Ubirajara*; os cronistas coloniais lidos por Alencar ainda durante seu curso de Direito, tanto em São

---

<sup>20</sup> A correspondência entre Capistrano e Mário de Alencar atesta a amizade entre os dois (ABREU: 1954a, p. 201-260).

Paulo como em Olinda e Recife<sup>21</sup> (ALENCAR: 1995, p. 32); e o surgimento do espírito nacional na Guerra dos Mascates, em oposição ao domínio português. Nos relatos de Capistrano e Alencar não é possível dimensionar com maior exatidão a influência do romancista sobre o futuro historiador. Entretanto, parece correto afirmar que Capistrano já apresentava grande interesse pela História, a brasileira em particular<sup>22</sup>, e um cabedal de conhecimentos bastante significativo, daí a admiração de Alencar por sua erudição; e que a influência de Alencar sobre o jovem foi muito grande. Capistrano afirmaria, em 1882, que *“só um futuro muito remoto dará digno sucessor a José de Alencar”* (ABREU: 1976, p. 48).

Por último, não se pode desconsiderar as implicações políticas à jusante e à vazante. A jusante há toda a ligação da família Alencar com 1817; 1824; 1842 e 1848.

É o próprio Capistrano quem lembra que o velho Senador Alencar,

*“sob o verniz de um dos políticos mais sagazes e mais finos que temos tido, guardava intata a crosta de sertanejo. Quantas vezes percorrera os sertões! Em 1817, quando emissário da malograda revolução pernambucana, fora ao Crato pelo interior de Pernambuco e Paraíba. Depois viera mais uma vez ao Rio de Janeiro pelo S. Francisco. Alencar foi o político de mais prestígio em todo o norte.”* (ABREU: 1976c, p. 53).

José de Alencar lembra que em 1842 e em 1848 os revolucionários acharam abrigo na chácara do Senador Alencar (ALENCAR: 1995, p. 24). A vazante, a família continua sendo uma das principais do Império e mesmo da República. O Padre Alencar foi duas vezes presidente do Ceará e senador do Império, seu filho José de Alencar foi

---

<sup>21</sup> Vera Lúcia de Oliveira destaca a leitura dos cronistas coloniais como uma das características marcantes da obra de Alencar, especialmente na sua vertente indianista (OLIVEIRA: 2002, p. 47-48).

<sup>22</sup> Em 1917, em carta a João Lúcio de Azevedo, Capistrano lembra que tomou conhecimento do livro de Cornelius van den Steen, conhecido como Cornélio a Lapide, ainda no Seminário de Fortaleza, durante sua infância (ABREU: 1954b, p. 63).



ministro da Justiça, uma das pastas mais importantes do Império, e o Conselheiro Tristão de Alencar, sobrinho do padre, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, as ligações de Capistrano com José de Alencar e com a família Alencar em todos os seus ramos são bastante intensas e complexas. Para além do jovem que procura o apoio de um conterrâneo ilustre na capital do país ou para além do jovem que admira e procura o grande literato; há o jovem interessado em ampliar seus estudos, leituras e conhecimentos.

Mas as redes estabelecidas por Capistrano ainda no Norte são mais intrincadas e não se limitam a uma única família. Há que se considerar seus velhos colegas de estudo e mesmo Silvio Romero, com quem trava conhecimento, ainda que inamistoso, quando de sua estadia no Recife em 1870 (CÂMARA: 1969, p 38). Outra pista em relação aos componentes dessa rede nortista pode ser encontrada no opúsculo de José de Alencar, *Como e porque sou romancista*. Nele, Alencar lembra do momento em que definiu sua vocação como romancista: o encontro com o revolucionário Joaquim José de Souza Sombra, então escondido em sua casa, no Rio de Janeiro, fugindo à repressão ao movimento fracassado de 1848. Sombra propõe ao jovem que escrevesse um romance, *Pajeú de flores*, narrando sua participação no movimento revolucionário. O romance nunca foi concluído, mas o encontro com Sombra pode ser considerado o “caminho de Damasco” do autor de Iracema.

*“Nos paroxismos, quando a abortada revolução já não tinha glórias, foi na chácara do Senador Alencar que os perseguidos acharam asilo, em 1842 como em 1848. Entre os nossos hóspedes da primeira revolução, estava o meu excelente amigo Joaquim Sombra, que tomara parte no movimento sedicioso do Exú e sertões de Pernambuco. Certo dia propôs-me que aproveitasse para uma novela o interessante episódio da sedição, do qual*

*era ele o protagonista. A sena era em Pajihú de Flores, nome que só por si enchia-me o espírito da fragrância dos campos nativos, sem falar dos encantos com que os descrevia o meu amigo. Não acabei o romance do meu amigo Sombra; mas em compensação de não tê-lo feito herói de um poema, coube-me, vinte sete anos depois, nomeá-lo coronel, posto que ele dignamente ocupa e no qual presta relevantes serviços à causa pública”* (ALENCAR: 1995, p. 24-25).

A concessão da patente de Coronel da Guarda Nacional pelo então Ministro da Justiça José de Alencar a Joaquim Sombra, é, evidentemente, uma forma de reconhecimento ao amigo nunca esquecido. Mas ela também significa o fortalecimento de laços de uma rede político-social da qual se Alencar se serviu, entre outras coisas, para conseguir apoio político para os pleitos de que participou.<sup>23</sup>

Esse mesmo Coronel Sombra e depois, seu filho Luiz Sombra, seria amigo fraternal de Capistrano. Em 1911, quando da morte do Coronel, Capistrano escreve a Luiz:

*“Desde a leitura do telegrama noticiando o estado grave de seu pai previ o desenlace fatal. Recebi-o com mágoa. De criança conheci o coronel e freqüentei-lhe a casa hospitaleira. Custei a acostumar-me com ele; mas já no Ceará lhe era afeiçoado e aqui no Rio fiquei querendo-lhe bem.”* (ABREU: 1956b, p. 22-23).

Ao que parece, a distância e o tempo, em lugar de esmorecer a amizade, aumentaram-na.

---

<sup>23</sup> Alencar foi eleito Deputado pelo Ceará em várias legislaturas. Sua eleição ao Senado tornou-se célebre, pois foi preterido por D. Pedro II em favor de candidato menos votado.

Segundo Raimundo de Menezes, Capistrano teria ofertado ao Coronel Sombra um exemplar de sua tese, *O Descobrimento do Brasil. Seu desenvolvimento no século XIX*, com que concorreu à cadeira do Colégio Pedro II, com a seguinte dedicatória: “Ao Coronel Sombra, que me fez historiador” (MENEZES: s.d., p. 17).

Quais histórias o velho Coronel teria contado a Capistrano? Se, ainda jovem, narrou suas histórias revolucionárias a Alencar, é de se imaginar que, já idoso, repetisse a narrativa agora para o jovem Capistrano, seu vizinho e freqüentador de sua casa. De qualquer forma, o Coronel Sombra é um elemento de ligação direta entre as rebeliões de caráter liberal, algumas até mesmo republicanas, do século XIX e Capistrano de Abreu, bem como toda a família Alencar.

Ao se consultar livros de autores cearenses sobre a história do Ceará, como Raimundo Girão (1971), ou sobre personagens cearenses, como Raimundo de Menezes (1977), percebe-se claramente o tom de admiração para com a família Alencar. Dona Bárbara de Alencar, por exemplo, é tratada como “heroína”, não se poupando elogios para descrevê-la. Imaginem-se as histórias contadas à noite, nas varandas, ao balançar da rede, sobre a velha senhora e sua participação na Revolução de 1817!

Estamos diante de uma tradição popular muito forte, que, por certo, influenciou Capistrano e sua concepção de história do Brasil. Não é por menos que ele afirma que já no Ceará lhe viera a idéia de uma história do Brasil. Ao final dos *Capítulos*, ele relembra a “tradição popular”, que preservou o modo de vida do sertanejo em poemas como o Boi Espaço e o Rabicho da Geralda, os mesmos poemas que havia pesquisado há mais de trinta anos para Alencar no Ceará (ABREU: 1963, p. 210).

Assim, ao contrário do que alguns biógrafos e analistas de Capistrano afirmam (REIS: 2006, p. 88; MATOS: 1953, p. 46), ele não chegou ao Rio de Janeiro em 1875 desprovido de recursos. Capistrano veio envolvido por uma rede social bastante densa,

que lhe permitirá uma rápida inserção na Capital do Império. Pode-se dizer que essa rede é uma rede nortista, com fortes pendores liberais e republicanos.

Outros indícios da ligação de Capistrano com essa rede nortista poderiam ser citados, como sua indicação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Tristão de Alencar Araripe e outros nortistas<sup>24</sup>. Sílvio Romero, com quem travou contato ainda no Recife, escreve-lhe um bilhete em 09 de abril de 1883 comunicando a composição da banca para o Pedro II, da qual seria o juiz (ABREU: 1977, p. 407). Também sua preferência por historiadores do Norte pode ser notada, como no caso dos maranhenses João Francisco Lisboa e Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), em sua opinião os mais capazes para escrever a história pátria (ABREU: 1975, p. 136) ou a manutenção de uma ampla correspondência com o Norte, o que pode ser exemplificado pela troca de cartas com Guilherme Studart, Virgílio Brigido e o próprio Luiz Sombra para seus trabalhos historiográficos e etnográficos, além dos motivos de ordem pessoal, como a já referida amizade com a família Sombra.

Em conclusão, se Capistrano chega ao Rio de Janeiro munido de idéias e conceitos hauridos dos autores com quem tomou conhecimento no Ceará, também não se pode esquecer que ele chega à capital do Império imbuído já de um ideal de história do Brasil. Um ideal ligado ao sertão e às rebeliões do XIX.

### **3.2 1875, ABRIL, RIO DE JANEIRO**

---

<sup>24</sup> Capistrano foi indicado ao Instituto como sócio correspondente através da ata de 17 de agosto de 1887, assinada por Tristão de Alencar Araripe, Cezar Augusto Marques, Franklin Távora e Augusto Fausto de Souza (Revisa do IHGB, tomo L, 1887, pp. 308-309).

Quando chega ao Rio de Janeiro, Capistrano de imediato serve-se de sua rede de relações tecidas ainda no norte para se inserir na Corte. Segundo Hélio Viana, José de Alencar, na já aludida carta a Bruno Seabra, prepara a chegada de seu conterrâneo ao Rio (VIANA: 1955, p. 11). Após realizar as visitas de praxe a seus amigos nortistas, sai à procura de emprego. Os acidentes mínimos que impendiam o deslanchar de sua carreira, segundo Alencar (CÂMARA: 1969, p. 89) parecem continuar a persistir, pois de imediato consegue empregos, digamos, à margem da imprensa e do mundo intelectual. Primeiro, trabalhando na Livraria Garnier, organizando as notas dos livros da casa para a imprensa. Depois, como professor do Colégio Aquino, onde conhece sua esposa, a baiana Maria José de Castro Fonseca. No Aquino, é professor polivalente, lecionando diversas disciplinas, entre outras o Português e o Francês (CÂMARA: 1969, p. 97-98). Ainda estava longe de ocupar espaço de destaque nos lugares de história de então.

Ao que tudo indica, a morte de José de Alencar teria lhe proporcionado a porta de entrada para o primeiro plano do mundo intelectual da Corte. Seus biógrafos apontam, unanimemente, a importância do necrológio escrito por ele em homenagem ao romancista. Ao que parece, Machado de Assis teria rasgado o seu próprio texto ao ler o de Capistrano (CÂMARA: 1969, p. 98; MATOS: 1953, p. 48, VIANA: 1956, p. 12). Independente de ser verdade ou não o gesto de Machado, para o escopo deste trabalho é significativo ressaltar que a relação que de fato se estabelece entre os dois é um indicativo da nova rede de relações sociais que Capistrano tece no Rio.

Essa rede será de extrema importância para os trabalhos historiográficos de Capistrano. No caso específico de Machado de Assis, Capistrano troca com ele algumas cartas entre 1880 e 1885 (ABREU: 1954b, p. 49; 1956, p. 107). Neste último ano, Machado lhe envia um exemplar do *Brás Cubas*, o qual Capistrano lê e aprecia

(ABREU: 1956, p. 49-50). Mas não se trata somente da amizade de Machado de Assis, segundo o próprio Capistrano, em carta a João Lúcio de Azevedo datada de 02 de julho de 1917:

*“Fui inscrito na Academia Humana independente de consulta e já acho excessivo. Os fundadores da Academia de Letras daqui eram quase todos meus amigos, instaram comigo para que lhes fizesse companhia. Resisti e cada vez ando mais convencido de que andei com juízo”*. (ABREU: 1954b, p. 58, negritos adicionados).

Esse conjunto de amizades, entre as quais se destacam a de José Veríssimo, diretor da *Revista Brasileira* em sua terceira fase, e a de Valentim Magalhães, um dos mais ardorosos defensores da criação da Academia (EL FAR: 2000, p. 44) abre-lhe as portas do seletto grupo da Academia Brasileira de Letras. O nome de Capistrano, inclusive, foi cogitado para ocupar uma das cadeiras da instituição quando de sua criação, mas o arredo cearense recusou o convite (EL FAR: 2000, p. 53; ABREU: 1954b, p. 58).

Mesmo não fazendo parte da instituição, Capistrano aproveita-se de seu aparato e de sua influência para dar seguimento a seu projeto historiográfico de divulgar o máximo possível documentos pertinentes à História do Brasil. Assim, Afrânio Peixoto, nome proeminente da Academia, foi um dos membros fundadores da Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu<sup>25</sup>, como consta na lista de sócios da Sociedade, publicada em apenso à edição de 1928 dos *Capítulos* (ABREU: 1928, p. 313). Foi também um dos responsáveis pela publicação dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, em 1930, edição promovida pela ABL, na qual se preservou a introdução de Capistrano de Abreu e as

---

<sup>25</sup> A Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu foi fundada em 11 de setembro de 1927, logo em seguida à morte do historiador, com o objetivo de homenagear o historiador e incentivar a pesquisa histórica (ABREU: 1928, p. 309-310).

notas de Rodolfo Garcia, outro grande amigo e colaborador de Capistrano e também membro da Academia. No prefácio que Afrânio Peixoto assina para a edição dessa obra, ressalta a importância da colaboração de Capistrano para o pleno conhecimento dos *Diálogos*, além de estabelecer uma continuidade de esforços entre a tríade Varnhagen, Capistrano e Rodolfo Garcia (DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL: 1956, p. 5-6; VIANA: 1956, p. 111).

Além da rede nortista tem-se uma nova rede, sulista, para utilizar uma divisão em uso à época. Essas redes não são paralelas, cruzam-se, emaranham-se. Elas são fundamentais para se entender a ressonância<sup>26</sup> intelectual alcançada por Capistrano em vida, bem como o seu sucesso na empresa de pesquisa, cópia e edição de documentos. Há que se considerar que Capistrano, apesar de fazer parte dos principais lugares de história da época (CERTEAU: 2000, p. 66), não ocupou cargos de relevância em nenhuma dessas instituições. Este ponto será melhor desenvolvido no capítulo 5.

O trabalho etnográfico de Capistrano com os índios Bacairis é um bom exemplo da importância dessas redes. Etnógrafo de gabinete, por volta de 1921, Capistrano contou com a colaboração de seu vizinho e amigo, Cândido Mariano da Silva Rondon, à época general, para trazer índios do Alto Xingu para o Rio de Janeiro, com o objetivo de continuar seus estudos sobre os Bacairis, começados ainda no final do século XIX. As redes se cruzam. Se Capistrano utiliza a rede tecida no Sul para conseguir os índios, por outro lado é necessário acessar sua rede nortista e emaranhá-las, para conseguir uma fazenda onde possa entrevista-los índios confortavelmente. Será seu patrício Moura Brasil<sup>27</sup> quem lhe dará hospedagem numa fazenda no interior do Rio de Janeiro.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Utilizo-me aqui do conceito de ressonância desenvolvido por Jean François Sirinelli (SIRINELLI: 1998, p. 261). O tema será aprofundado no capítulo 5, *Capistrano e o diálogo com as instituições de seu tempo*.

<sup>27</sup> José Cardoso Moura Brasil (1849-1929), médico, especializado em oftalmologia.

<sup>28</sup> O assunto da vinda dos Bacairis trazidos por Rondon é tratado em cerca de 25 cartas para os correspondentes Luiz Sombra, Afonso Taunay, Senhora Assis Brasil, João Lúcio de Azevedo e Paulo

Depois da morte de Capistrano, Rondon também fará parte da Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu (ABREU: 1928, p. 314).

Esse exemplo permite constatar também que Capistrano fazia parte de redes internacionais, como bem descreveu Beatriz Protti Christino (CHRISTINO: 2006). Para essa autora, Capistrano faz parte de uma seleta comunidade internacional de sul americanistas que se dedica ao estudo das línguas e culturas indígenas da América do Sul. A chave de entrada de Capistrano nesse grupo são seus estudos etnográficos, como os empreendidos a respeito dos Bacairis e, principalmente, sobre os Caxinauás, que resultou na escrita do *Rã-txa hu ni-ku-i. A língua dos Caxinauás do rio Ibuacu, afluente do Muru (Prefeitura de Tarauacá)*, publicado em 1914. Assim,

*“Apesar de Capistrano não ter concretizado seus planos de apresentar-se em Buenos Aires, não faltou divulgação para rã-txa h uni-ku-~i em periódicos internacionais especializados. Sem fazer qualquer menção a seus estudos em história do Brasil e recheados de comentários elogiosos, os textos nessas revistas sinalizam que Capistrano de Abreu foi um membro da comunidade de especialistas cuja produção etnográfico lingüística recebeu a devida atenção”* (CHRISTINO: 2006, s.p.<sup>29</sup>).

Aqueles que exigiam de Capistrano a escrita de uma história do Brasil superior à de Varnhagen viam nesses estudos etnográficos uma fuga, uma perda de tempo, como é o caso de Antônio Sales (MENEZES: s.d., p. 63-64). Há que se destacar que Capistrano acreditava que a influência do indígena sobre a formação do povo brasileiro havia sido maior do que a do negro, como afirmou em polêmica travada com Sílvio Romero

---

Prado entre 13/02/1921 e 20/08/1924. As cartas estão distribuídas ao longo dos três volumes da *de Capistrano Correspondência de Abreu*.

<sup>29</sup> As versões da tese de Beatriz P. Christino disponíveis no site Domínio Público e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP não apresentam numeração das páginas.



(ABREU: 1976c, p. 5). Também já se chamou a atenção para a concepção indianista de nossa história por parte de Capistrano (GOES: 2003, p. 34-35). O próprio Capistrano acreditava ser importante estudar os índios, pois estes poderiam simplesmente desaparecer. Vale ressaltar que o estudo da lingüística e da etnografia por Capistrano está ligado à mudança epistemológica que ele propõe para a História, ou seja: o historiador não deve se limitar aos arquivos e às chamadas ciências auxiliares, como a paleografia e a numismática, para elaborar uma obra historiográfica de peso. Pelo contrário, o historiador deve enveredar pelos caminhos das ciências humanas e sociais, procurando ferramentas que permitam arrancar “das entranhas do passado o segredo angustioso do presente” (ABREU: 1975, p. 91).

De qualquer forma, as redes etnográficas internacionais rendem frutos também dentro do país, mesmo em assuntos de interesse diverso, como se pode observar na carta abaixo, de Rodolfo von Ihering:

*“São Paulo, 5 de fevereiro de 1896<sup>30</sup>*

*Ilmo. Sr. Dr. Capistrano de Abreu,*

*Sou hoje na posição de afirmar a V S<sup>a</sup>. que o jaú de S. Paulo (sistema do Rio Paraná) até hoje não foi conhecido na ciência. Depois **de várias correspondências** com especialistas, sou nisto seguro, e mandei uma descrição provisória ao Annals and Mag. of Nat. Hist., dando ao peixe o nome de *Paulicea jahu* v. Ih. A descrição e figura vêm no vol. II da Revista do Museu. Quanto ao vol. I, peço a V. S<sup>a</sup>. dar-me tudo de informações que lhe será possível a respeito de trabalho arqueológico, visto que estou coligando tudo quanto possível para obter notas críticas, notícias, etc., completando ao meu estudo ou corrigindo os resultados para serem aproveitados numa segunda edição. Meus parabéns pela eleição de sócio corresponsal (sic) de Berlin Anthr. Zeit, sendo nós, ali, colegas. Viu o estudo de Lameltz Das*

---

<sup>30</sup> Os termos originalmente em itálico foram mantidos em tipos comuns para diferenciá-los da citação.

*Scwirrholtz referindo-se a este instrumento encontrado também nos bacairis?*

*Procurei em vão figuras na mais literaturas que conheci.*

*Com a maior consideração,*

*De V. S<sup>a</sup> sou am<sup>o</sup> at<sup>o</sup>*

*Dr. R. Ihering”*

(ABREU: 1977, p. 284, negritos acrescentados)

A carta permite vislumbrar cientistas e humanistas naquilo que Bruno Latour considerou como o propósito dos estudos científicos: “*cavar um túnel entre ambos para que as duas equipes ataquem o problema de seu lado e se encontrem no meio*” (LATOURE: 2001, p. 103). De fato, cientistas e humanistas têm muitos outros interesses que não apenas o de suas áreas e, por outro lado, dizer que um historiador restringe-se a estudar o passado e um zoólogo a pesquisar as diversas espécies animais é muito pouco. No caso, a translação se dá através do Jaú, o peixe, o não-humano que precisa ser conhecido, classificado, catalogado e divulgado. Para isso, os humanos precisam dialogar entre si, e o fazem através da correspondência, procurando referência a uma possível obra sobre o peixe, talvez feita por algum antropólogo conhecedor dos índios. Assim, a antropologia os liga mais ainda, tornado-os, inclusive, colegas de instituição: a Sociedade Antropológica de Berlim.

Em tempo: trata-se de Rodolfo von Ihering (1883-1939), filho de Hermann von Ihering (1850-1930), este último encarregado da Seção Zoológica da Comissão Geográfica e Zoológica de São Paulo, sob a direção de Orville A. Derby<sup>31</sup>, que daria origem ao Museu Paulista (LOPES: 1997, p. 268). Rodolfo também trabalharia no museu. Maria Margaret Lopes (LOPES: 1997, p. 265 e sgts.) utiliza-se da correspondência de Derby com Hermann para traçar as linhas da criação do Museu

---

<sup>31</sup> Orville A. Derby (1851-1915), geólogo e geógrafo norte-americano. Ligou seu nome ao Brasil, tendo participado das comissões geológicas do Império e de São Paulo. Escreveu diversos textos sobre nossa Geografia, Geologia e História.

Paulista, vinculado à citada Comissão. Observe-se que se trata do mesmo Museu Paulista depois dirigido por A. Taunay. Manter bons contatos em instituições deste gênero era algo fundamental para Capistrano. Com isso, ele conseguiria acesso aos mais diversos acervos documentais ou, mais prosaicamente, conseguiria revistas que enviar a outros membros de sua rede, como João Lúcio de Azevedo (ABREU: 1954b, p. 113).

Mas e em relação à comunidade de historiadores reunida entorno dos lugares de história (CERTEAU: 2000)? As relações de Capistrano com essa comunidade e esses lugares serão mais detalhadamente tratadas no capítulo cinco. Por hora, será analisado o caso da Biblioteca Nacional.

Capistrano ingressa na BN em 1879, por meio de concurso, na condição de oficial. Era diretor Ramiz Galvão<sup>32</sup>, chefe inteligente e capaz, segundo o próprio Capistrano. (ABREU: 1954b, p. 70). O baiano Alfredo do Vale Cabral (1851-1894), dileto amigo de Capistrano, era chefe Seção de Manuscritos e um dos criadores da *Gazeta Literária*. Na Seção de Estampas, o chefe era o médico baiano José Menezes Brum.

Segundo José Honório Rodrigues (RODRIGUES: 1965, p. 37), os anos na BN representaram um período de intensa aprendizagem para Capistrano. Metodologicamente, ele muito aprendeu no que diz respeito à pesquisa e edição de documentos. Ramiz Galvão voltara de uma excursão na Europa financiada pelo governo, com o intuito de estudar a organização das principais bibliotecas do velho mundo. Por outro lado, a Biblioteca reunia documentos que não seriam facilmente encontrados, o que facilitava em muito suas pesquisas. Mas, tão importante quanto essa

---

<sup>32</sup> Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (1846-1938), Barão de Ramiz, nascido no interior de São Paulo, foi médico, Diretor da Biblioteca Nacional, preceptor dos filhos da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, primeiro reitor da Universidade do Brasil, membro da Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente e membro grande benemérito e orador do IHGB, entre outras funções.

aprendizagem foi a possibilidade de continuar a ampliar suas redes intelectuais, políticas e sociais.

De fato, a amizade com Alfredo do Vale Cabral e com José Alexandre Teixeira de Mello, ambos funcionários da BN, lhe permitia publicar documentos referentes às bandeiras na *Gazeta Literária*, em 1883 e em 1884. A *Gazeta* era uma revista literária dirigida por A. Cabral e J. Mello. Como outras publicações do gênero, teve vida bastante curta, circulando entre os anos de 1883 e 1884 (DOYLE: 1976). Também ganha vulto a participação de Capistrano na organização da exposição de 1881 e na posterior elaboração do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, obra coletiva, considerada por alguns como uma das maiores contribuições de todos os tempos para nossa historiografia (RODRIGUES: 1963, p. IX; MORAES: 2005). O *Catálogo*, além de importante instrumento de pesquisa, constituiu uma possibilidade de democratização dos documentos existentes na BN.

Para se ter uma idéia da importância cultural e política dessa exposição, logo após seu término, o diretor Ramiz Galvão foi elevado à condição de Barão e convidado a ser preceptor dos filhos da Princesa Isabel e do Conde D'Eu. Segundo Capistrano (ABREU: 1954b, p. 71), o próprio Ramiz Galvão não teria gostado muito do convite, mas se viu obrigado a aceitá-lo. Assim, a BN mudou de diretor, sendo escolhido para o cargo um dos oficiais da instituição, João Saldanha da Gama. Ainda a respeito da importância política da exposição de 1881, o próprio Capistrano foi agraciado com a Ordem da Rosa, que não foi buscar, segundo Valentim de Magalhães (APUD: CÂMARA: 1969, p. 104-106).

Com a saída de Ramiz Galvão a coalizão de forças políticas dentro da BN torna-se desfavorável à Capistrano e à Cabral. A título de exemplo, a edição e publicação da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, escrita em 1627, demonstra da maneira

explícita o jogo de poder dentro da comunidade de historiadores e de suas instituições. O caso é que o diretor da BN em 1886, Saldanha da Gama<sup>33</sup>, recusava-se a deixar que Capistrano e Alfredo Vale Cabral obtivessem uma cópia do manuscrito da *História* existente na instituição, mesmo tendo em conta que Capistrano era ex-funcionário da Biblioteca e professor do Pedro II e que Cabral ainda fazia parte do quadro de funcionários. Tomás Lino de Assunção<sup>34</sup>, correspondente de Capistrano em Portugal, conseguiu uma cópia de um outro manuscrito de Frei Vicente, existente na Torre do Tombo (ABREU: 1954a, p. 103-104), contornando as objeções de Saldanha da Gama.

Assegurada a cópia, o livro é impresso na Imprensa Nacional com o apoio do ministro da Fazenda, Francisco Belizário Soares de Sousa (1835-1889), ainda em 1886. (VIANA: 1955, p. 30). Poderiam ser arrolados outros exemplos da busca por recursos para a edição, como o apoio de Paulo Prado e de João Lúcio de Azevedo, já analisado por Rebeca Gontijo (GONTIJO: 2005; 2006) ou o Real Gabinete Português de Leitura. O exemplo citado é suficiente para os objetivos do presente trabalho.

É evidente que Capistrano era um homem muito bem relacionado. Os empecilhos colocados por Saldanha da Gama não foram suficientes e logo foram superados graças ao apoio de um correspondente especialmente bem colocado, Lino de Assunção. A correspondência constitui-se no espaço de pesquisa de Capistrano e Vale Cabral; a Torre do Tombo como que é transportada através do Atlântico e colocada à sombra do Corcovado, eclipsando a BN e a prepotência de seu diretor. Por outro lado, o acesso direto ao ministro garante-lhes a chave para os recursos do Estado, especificamente as prensas da Imprensa Nacional, numa época em que publicar um livro no Brasil não era algo fácil de se fazer.

---

<sup>33</sup> Trata-se de João Saldanha da Gama (1839-1899), autor *Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios da Biblioteca Nacional* (MARTINS: 1977-1978, p. 223).

<sup>34</sup> Tomás Lino de Assunção, (1844-1902) engenheiro português, interessado por história. A Biblioteca Nacional de Portugal indica a existência de 49 registros ligados a Lino, geralmente obras compiladas ou organizadas por ele.

Percebe-se então outra rede, também internacional, mas voltada para a pesquisa historiográfica. Dela fazem parte além de Lino de Assunção, João Lúcio de Azevedo, apresentado a Capistrano por José Veríssimo, e diversos nomes ligados ao Itamarati, como: Assis Brasil, Oliveira Lima, Domício da Gama e, especialmente, o Barão do Rio Branco.

Mesmo tendo em vista outros aspectos relevantes da correspondência capistraneana, as cartas referentes aos trabalhos históricos do cearense ganham destaque. A correspondência com o Barão do Rio Branco<sup>35</sup> que se estende de 1886 a 1903, é praticamente toda voltada para os trabalhos históricos. Os trechos referentes a aspectos pessoais são marginais, como a notícia do seu casamento ou os parabéns a Rio Branco pela culminância dos trabalhos do Visconde do Rio Branco em favor da abolição da escravidão, finalmente extinta com a Lei Áurea (ABREU: 1954a, p. 122).

Afora esses pequenos trechos, Capistrano relata ao Barão o andamento das pesquisas realizadas na BN e em outras instituições para atender às necessidades de Rio Branco referentes à elaboração de trabalhos históricos ou para a fundamentação histórica da defesa do Brasil em questões de limites internacionais. Por outro lado, Capistrano aproveita-se da posição privilegiada de Paranhos na Europa (era então embaixador do Brasil na Inglaterra) e dentro da diplomacia brasileira, e solicita o envio de documentos sobre nossa história existentes no Museu Britânico ou em outras instituições (ABREU: 1954a, p. 102-101).

A correspondência com Lino de Assunção e Rio Branco permitem tecer algumas considerações a respeito da utilização do paradigma indiciário por Capistrano. Como delineado por Ginzburg, o paradigma indiciário parte de pequenas pistas para se chegar

---

<sup>35</sup> A correspondência entre Capistrano de Abreu e Rio Branco foi analisada por Daniel Mesquita Pereira e Eduardo Ferraz Felipe, em artigo no qual destacam a importância do conteúdo das cartas entre os dois para se entender a concepção de formação territorial dos dois intelectuais, bem como a construção do ofício do historiador (PEREIRA, FELIPPE: 2008).

a um todo desconhecido. No caso da procura do manuscrito de Frei Vicente do Salvador é o que acontece. Capistrano afirma que *“por certos indícios, cujo desenvolvimento levaria longe, parece-me que é na Torre do Tombo que está o original da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador”* (ABREU: 1977, p. 307). Os certos indícios são basicamente de duas ordens. A primeira consiste de breves referências colhidas ao longo da leitura das obras historiográficas de Vasconcelos de Drummondas<sup>36</sup>, Varnhagen e João Francisco Lisboa, todos os três pesquisadores comissionados pelo governo para pesquisas em Portugal. Já a segunda, diz respeito às diferenças entre as diversas cópias manuscritas das quais os pesquisadores dão notícia ou que são conhecidas de Capistrano, como a da BN. Um exemplo:

*“De vez em quando no texto do Fr. Vicente há coisas deste jaez: a mulher, digo o homem. Este digo causou-me sempre impressão. Se se tratasse de simples cópia, não vejo motivo para ela. Seria fácil rabiscar o errado. Tratando-se, porém, de autógrafo a coisa é perfeitamente cabida, e, segundo penso, foi o autógrafo que Lisboa viu” Carta a Lino de Assunção em 8 de agosto de 1885. (ABREU: 1977, p. 323)*

Um pequeno lapso do autor permite identificar seu autógrafo, o manuscrito original, diferenciando-o das cópias feitas posteriormente. A seqüência de referências dos diversos pesquisadores permite a Capistrano traçar um mapa imaginário das instituições historiográficas onde o autógrafo poderia estar, via exclusão daquelas que possuíam a cópia sem o pequeno lapso, omitido por copistas bem intencionados em expurgar erros da obra. A semelhança com o detalhe da orelha utilizado por Morelli, Holmes ou pelas autoridades coloniais britânicas não é mera coincidência: no fundo

---

<sup>36</sup> Antônio Vasconcelos Meneses de Drummond (1794 -1865), diplomata brasileiro, precursor das pesquisas históricas sobre o Brasil em arquivos europeus.

temos o mesmo paradigma e, observando-nos de seu esconderijo, o homem das cavernas que primeiro desenvolveu o paradigma para caçar (GINZBURG: 1980).

A correspondência fornece também exemplos da utilização do paradigma para a interpretação da História. Talvez o exemplo mais conhecido seja a identificação do anagrama de André João Antonil, que escondia o nome do jesuíta João Antônio Andreoni, natural de Luca, na Toscana, Itália. Capistrano comunicou a descoberta do anagrama ao Barão do Rio Branco em 25 de novembro de 1886 (ABREU: 1954a, p.102) e a Guilherme Studart em 08 de março de 1893 (ABREU: 1954a, p.142-143).

Lembrando-se da leitura de um fragmento da *Cultura e opulência do Brasil por suas minas e drogas* ainda na infância, ainda no Ceará, Capistrano lembra-se do trecho e pergunta a Vale Cabral sobre a obra. O amigo aponta-lhe o livro e, após a leitura, conclui que o autor era jesuíta “*como se prova pela referência ao Engenho do Conde, que pertencia à Ordem; pelo fim a que se consagrava, a canonização de Anchieta; pela discussão sobre quintos de minas, que denunciava teólogo consumado*” (ABREU: 1954a, p.144). Novamente são pequenos detalhes, indícios indiretos que permitem a Capistrano concluir a respeito de uma outra pista: a condição de jesuíta do autor. A partir daí, o trabalho do historiador metódico: a consulta aos arquivos, procurando um jesuíta italiano, pois Antonil assinava-se também como o *Anônimo Toscano*.

### **3.3 QUEBRANDO “QUADROS DE FERROS”**

Em 1883, Capistrano de Abreu ingressava no Imperial Colégio Pedro II. Para participar do concurso que o selecionou, ele elabora o que se pode considerar o seu



primeiro trabalho de fôlego: *Descobrimto do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (ABREU: 1999). O trabalho versa sobre as pretensões francesas, espanholas e portuguesas quanto ao descobrimento do país. Capistrano descarta a primazia dos franceses e aponta para os espanhóis como os primeiros a descobrirem o Brasil. Eles teriam chegado ao Norte do país antes de Cabral desembarcar na Bahia, liderados por Vicente Yannes Pizon. Todavia, a descoberta sociológica caberia aos portugueses (ABREU: 1999, p. 37-38).

Neste trabalho, Capistrano inova ao citar no principio de cada capítulo as fontes utilizadas para suas afirmações. Ele rende tributo à história metódica rankeana. Capistrano utiliza dos procedimentos da história metódica para garantir o seu acesso à instituição de ensino padrão da época, o Colégio Pedro II.

A banca de Capistrano teve a participação do maior expoente da geração de 1870, Sílvio Romero. O próprio Imperador presidiu a banca, lembremo-nos que se tratava do *seu* colégio. A arguição dos candidatos foi aberta ao público e assistida, entre outros, pelo imigrante alemão Karl von Koseritz, que a relatou, destacando a superioridade de Capistrano frente a seus concorrentes, graças ao método moderno utilizado. Os outros seriam meros repetidores da historiografia de então (KOSERITZ: 1943, p.109).

Todavia, alguns anos depois do concurso, Capistrano manifestava uma opinião desfavorável à história ensinada nas salas de aula do colégio.

*“Parece-me que [ao escrever sobre a Historia do Brasil] poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o*

*século XVIII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas.” Carta ao Barão do Rio Branco em 17 de abril de 1890 (ABREU: 1954a, p. 130).*

Como o Pedro II era, oficialmente e na prática, a instituição padrão de ensino secundário do Império, isso significa dizer que a *História Geral do Brasil* e as idéias de Varnhagen foram adotadas como modelo em todo o país. Mais ainda, o Macedo citado é o carioca Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), orador do IHGB e autor de *A Moreninha*. Ainda na citação, encontramos a indicação de uma nova investida contra os “quadros de ferro”: os novos temas a serem tratados nos *Capítulos*. Para Capistrano, Varnhagen teria permanecido como um caranguejo, tratando apenas da História do litoral, deixando de lado todo o movimento de interiorização da conquista portuguesa, movimento esse que levaria à formação de um novo povo, o brasileiro.

Ao escolher o povo como personagem central de sua maior obra, os *Capítulos de História Colonial*<sup>37</sup>, Capistrano rompe as grades de Varnhagen. Se, em Porto Seguro, o homem branco europeu, de preferência o aristocrata e, entre esses, a Casa de Bragança, são alçados ao centro do palco, Capistrano retira das coxias o povo, “*capado e recapado, sangrado e ressangrado*” (ABREU: 1954b, p. 166), rebelde, migrante e desinquieto. Essa escolha traz consigo uma série de implicações metodológicas e epistemológicas, como veremos no próximo capítulo.

Nessa lide de “ensinar ao povo brasileiro o seu segredo, ensinar-lhe a sua história pátria, numa época em que a história nacional era desprezada” (REIS: 2006, p. 96), Capistrano manteve um diálogo constante com o Visconde de Porto Seguro, ligando sua pessoa à do sorocabano de maneira marcante. Capistrano escreve-lhe o necrológio em 1878 e três artigos na *Gazeta de Notícias* em 1882 sob o título geral

---

<sup>37</sup> A questão do povo como personagem central de Capistrano será discutida adequadamente no próximo capítulo.

“*Sobre o Visconde de Porto Seguro*” (ABREU: 1975a, p. 131-147). Refere-se a ele inúmeras vezes ao longo de sua correspondência e ainda reedita ou edita alguns dos principais documentos encontrados pelo sorocabano, como os *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Mas o grande elo que Capistrano almeja estabelecer com Varnhagen é a reedição da *História Geral do Brasil*, em terceira edição, empresa frustrada devido a um incêndio que destruiu os exemplares já impressos do primeiro volume, anotado por Capistrano.

Existiria, então, uma contradição? Como Capistrano pretende quebrar os “quadros de ferro de Varnhagen” e, ao mesmo tempo, age na esteira do Visconde, seguindo-lhe os passos?

É que Capistrano tem uma admiração crítica por Varnhagen.

Varnhagen é, tradicionalmente, apontado como paradigma da chamada história metódica (WHELING: 1999) e de ser o inaugurador da história moderna entre nós. Sua extensa pesquisa em arquivos e bibliotecas nacionais e, principalmente estrangeiros, resultou em grande cópia de documentos necessários para a escrita da história brasileira. Entretanto, para Capistrano Varnhagen teria cometido graves falhas, metodológicas e epistemológicas.

Metodologicamente, muitas vezes, o Visconde era inexato ou mesmo “fideindigno” (ABREU: 1954b, p. 462), ou seja: Varnhagen não fazia todas as citações, referindo as fontes onde buscava seus conhecimentos. Com base nas pesquisas realizadas por seus correspondentes na Europa, Capistrano chegou à conclusão de que o Visconde “furtava” documentos. Seu raciocínio era simples: Varnhagen cita determinado documento, o correspondente não o encontra no arquivo mencionado, por mais que o procure. Quem é o suspeito?

Assim

*“Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen.” Carta a Guilherme Studart em 20 de maio de 1904 (ABREU: 1954b, p. 165).<sup>38</sup>*

Não se trata apenas de indicar a procedência dos documentos, informação básica da operação historiográfica segundo a escola metódica. É indispensável também garantir a integridade dos arquivos para que possam ser consultados por outros pesquisadores.

Por outro lado, a preocupação de Capistrano em anotar a *História Geral do Brasil* leva-o a um trabalho de erudição dos mais avantajados de nossa historiografia. Após o incêndio aludido, Capistrano entrega suas notas e anotações ao seu “robusto cirineu”, Rodolfo Garcia. A *História Geral*, com apenas um volume em sua primeira edição e dois na segunda, ao final do trabalho de Capistrano e Garcia passa a ter cinco. Capistrano considerava que a historiografia passava por um período de transição:

*“É por isso que pensamos, como Lisboa, que a história do Brasil não será de novo escrita tão cedo; e pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui a muitos anos. Agora o que se precisa é de monografias conscienciosas.” (ABREU: 1975a, p. 139).*

Em 1882, ainda não seria possível escrever a História do país. Diante de um quadro de poucos recursos, há que se eleger prioridades, que são justamente a pesquisa documental e a elaboração de monografias sobre temas específicos. Talvez Capistrano

---

<sup>38</sup> Em outras oportunidades, Capistrano manifesta sua “convicção” de que o Visconde de Porto Seguro “roubava papéis”, como em carta ao Barão do Rio Branco datada de 30 de março de 1887 (ABREU: 1954a, p. 111).

sonhasse com a criação de universidades e institutos de pesquisa no país que permitissem o pleno desenvolvimento das pesquisas historiográficas e, conseqüentemente, a escrita de uma história menos inexata e incompleta. Ainda em 15 de setembro de 1915, em carta a Mário de Alencar, Capistrano manteria a mesma opinião.

*“Com o catálogo de mss. do Conselho Ultramarino, começado a publicar pelo Cícero<sup>39</sup>, vê-se como é prematuro pensar em escrever história do Brasil. Só conhecíamos os documentos triviais, dos mais importantes, dos fundamentais, só agora se vai conhecendo existência. Uma pessoa moça, de recursos, que pudesse ir residir em Lisboa, poderia fazer alguma coisa, se valesse a pena.”* (ABREU: 1954a, p. 243).

Reforçam-se procedimentos fundamentais para o historiador. A pesquisa arquivística passa a ser condição indispensável para a elaboração de obra historiográfica sólida. A erudição, característica do trabalho do historiador, deve apoiar-se também na pesquisa nos arquivos e não apenas no estudo de fontes secundárias ou publicadas. Por outro lado, a pesquisa não pode esgotar-se em si mesma, é necessário divulgar os documentos através de sua publicação. A elaboração de catálogos os mais diversos deve complementar a divulgação dos documentos, servindo como instrumentos auxiliares preciosos, que facilitam a pesquisa e evitam a repetição de esforços, tão comum nas missões de Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa. Manifesta-se ainda a inexistência ou debilidade de uma estrutura acadêmica que dê suporte à pesquisa, pois é necessário que o pesquisador tenha recursos, afinal gasta-se muito com estadia, transporte, copistas, traslado das cópias, entre outros.

---

<sup>39</sup> Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956), pernambucano, foi Diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1924 e Reitor da Universidade do Rio de Janeiro entre 1926 e 1930, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao escolher as páginas de jornais e revistas para publicar seus artigos e achados documentais, Capistrano também rompe quadros de ferro, tornando público o quê antes apenas poucos podiam ter contato.

Epistemologicamente, as diferenças entre Varnhagen e Capistrano são mais acentuadas. Assim,

*“Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático, que, imbuindo o historiador dos sentimentos e situações que atravessava o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos. A falta do espírito plástico e simpático, eis o maior defeito do Visconde de Porto Seguro. A história do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente. Os pródomos da nossa emancipação política, os ensaios de afirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares, encontravam-no severo e até prevenido... Sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna da força ou fuzil.”* (ABREU: 1975a, p. 89).

A passagem reforça a afirmação do presente trabalho: a principal inovação de Capistrano frente a Varnhagen é a elevação do povo à qualidade de personagem central de nossa história. Para isso, Capistrano inova ao retirar a História de seu isolamento. Já no *Necrológio de Varnhagen*, incita a se escrever uma história do Brasil “*digna do século de Comte e Herbert Spencer*”. Inspirada pela teoria da evolução e pela lei *consensus*, tal história deveria demonstrar a unidade de três séculos. Ao se dizer Comte e Spencer, diz-se também sociologia, ao se dizer evolução diz-se também Darwin e todas as conseqüências que a Teoria Geral da Evolução provocou nos mais diversos campos, inclusive nos arraiais das ciências humanas.

É que a obra de Varnhagen teria ainda “muito de crônica”, em que pese seu caráter predominante de história (ABREU: 1975a, p. 138). Faltavam ao sorocabano as modernas ferramentas das ciências humanas, especialmente a Geografia, a Psicologia, a Economia e a Etnografia, indispensáveis para se entender o processo histórico, dar-lhe vida e movimento. Ou, segundo Hélio Viana, “*pela primeira vez em nossa historiografia, apareceu, nítida, a aliança da geografia, da etnologia, da história social e econômica, do próprio folclore.*” (VIANA: 1955, p. 56).

Nos *Capítulos de História Colonial*, o primeiro capítulo, “*Antecedentes indígenas*”, ocupa-se em grande parte em descrever a geografia física da terra encontrada pelos portugueses, como a direção da costa, os principais rios e biomas. Também as referências à psicologia dos colonos são freqüentes. A economia é destacada como fator central, havendo mesmo uma diferenciação entre a economia naturista e a economia de mercado<sup>40</sup> (ABREU: 1963, p. 144 e sgts.). Já no seu trabalho *O descobrimento do Brasil*, de 1883, Capistrano afirma que:

*É, portanto, com os documentos de que dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500. E foram os espanhóis que o descobriram, porque Cabral viu terra mais de meado abril; Pizon viu-a em fevereiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinais de terra, já dobrara o cabo de S. Agostinho para o sul e tornava para o norte. Esta é a solução cronológica. A solução sociológica é diferente; nada devemos aos espanhóis, nada influíram em nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses. Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses.*” (ABREU: 1999, p. 37-38).

---

<sup>40</sup> A utilização de conceitos econômicos por Capistrano será melhor desenvolvida no capítulo quarto.

A história não é só uma enfiada de nomes, datas e locais. Há que se perceber o fundamental: a mudança, a diferença. E quem provoca a mudança? Os espanhóis, que apenas passaram pelo litoral? Ou os portugueses, que estabeleceram feitorias, construíram fortes, criaram cidades, aliam-se e misturaram-se aos índios?

Mas não são só contra os quadros de ferro de Varnhagen que Capistrano se rebela. Ao propor que o povo seja considerado como o personagem central de nossa história, Capistrano propõe, igualmente, uma história plural, nesse sentido, republicana, na qual não há o predomínio de um ente federado, mas de um novo personagem histórico que surge no concerto mundial.

Nesse sentido, é importante destacar a relação entre Capistrano e o grupo reunido pela *Revista do Brasil*. Para isso, o diálogo com Tânia Regina de Luca e seu excelente livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação* se faz necessário.

A *Revista do Brasil* foi fundada em 1916 por Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*. Sob o formato de uma sociedade anônima<sup>41</sup>, logo demonstrou ser um veículo aberto aos intelectuais ansiosos em pensar o Brasil e o seu povo. Os mais prestigiados nomes da época foram convocados a escrever em suas páginas: José Veríssimo, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, João Ribeiro, Belizário Penna, Oliveira Lima, Roquette Pinto, Mário de Alencar, Martim Francisco e Taunay, entre outros. Trataram principalmente da História e Geografia do país e formação étnica e das condições de saúde e de higiene do povo brasileiro.

O diagnóstico da situação brasileira levantado na revista pelos mais diversos autores é desolador: não havia verdadeiramente um *povo*, o atraso econômico frente às grandes potências mundiais, e mesmo frente à vizinhos como os argentinos é patente; não havia uma tradição científica que possibilitasse ao Brasil contribuir

---

<sup>41</sup> A referência à sociedade anônima é importante, pois é um dos indicativos da passagem da imprensa artesanal para a imprensa empresarial, com menor espaço para a literatura e maior ênfase na reportagem jornalística (SODRÉ: 1966, p. 339).



significativamente com a ciência mundial; as doenças campeiam, transformando o país em um vasto hospital no dizer de Miguel Pereira (DE LUCA: 1999, p. 206). A figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, simboliza a tristeza e gravidade da situação brasileira de então.<sup>42</sup>

Como solução, *A Revista do Brasil* e seus autores apresentam uma saída à paulista, ou seja: pretendem demonstrar a superioridade de São Paulo frente aos demais estados da federação e advogam que o exemplo paulista seja seguido em todo o país. Mas, o que seria esse modelo paulista de desenvolvimento? Como ele foi construído? No que diz respeito à História, era necessário rediscutir a maneira como a História pátria vinha sendo escrita e transmitida às futuras gerações. Assim,

*“Ao discutir a produção historiográfica, esse tipo de crítica mesclava dois parâmetros: a metodologia utilizada e o grau de patriotismo dos resultados obtidos. Não se detectava nenhuma incongruência entre um método de trabalho escorado no empirismo e uma posição ontológica, credora do evolucionismo naturalista, que vasculhava o passado com um olhar teleológico, encarando-o enquanto prenúncio necessário do presente. Pelo contrário, reclamava-se a adoção de novas orientações nos estudos históricos a fim de adequá-los aos seus elevados fins”* (DE LUCA: 1999, p. 95-96).

Segundo De Luca, empreende-se um resgate da nossa história de forma positiva, para não dizer grandiloquente, uma história centrada em São Paulo e no bandeirante, alçado à condição de mito. Para os escritores da *Revista do Brasil*, é graças a São Paulo que se efetiva a conquista e manutenção do gigantesco território brasileiro. As

---

<sup>42</sup> De Luca deixa claro que Lobato muda sua posição em relação ao Jeca. Inicialmente, um tipo negativo e preguiçoso, uma praga que esteriliza o solo com queimadas e, depois, um desassistido vitimado por doenças e pelo descaso das autoridades (DE LUCA: 1999, p. 204-5).

bandeiras, ao devassarem o sertão em busca de riquezas minerais, asseguraram a base física da nação. Nesse ponto, a História serve-se da Geografia, na medida em que esta lhe fornece uma temática: o território e a sua conquista.

Todavia, apesar do esforço dos bandeirantes, esse vasto território permanece virgem, inexplorado e sem aproveitamento. Isso se deve, em grande parte, à peculiaridade de nossa composição étnica. Imbuídos de valores eugênicos e racistas, a maioria dos autores da *Revista do Brasil* acreditava que a grande proporção de negros, índios e mestiços existentes no país levava a uma degradação da população, vista como indolente e sem iniciativa. Portanto, incapaz de aproveitar as benesses e riquezas do Brasil. O pressuposto é que a raça branca seria superior às demais, especialmente ao negro. Quanto à miscigenação, Tânia Regina de Luca identifica tanto aqueles que a consideram negativa, pois a mistura de raças apenas provocaria a deformação dos melhores atributos da raça superior, como aqueles que a consideram positiva, na medida em que os melhores atributos da raça superior seriam incorporados às raças inferiores, contribuindo para o seu melhoramento. Neste último caso, temos os defensores do branqueamento da população do país, Oliveira Vianna à frente, acompanhado de figuras de peso, como João Ribeiro e Renato Kehl (DE LUCA: 1999, p. 170 e sgts.).

Novamente, o exemplo de São Paulo pode oferecer a redenção. Ao promover a entrada maciça de imigrantes europeus os paulistas solucionam não só o problema dos braços para a lavoura; contribuem também para o aperfeiçoamento étnico da população, revigorando-a e trazendo da Europa a tão decantada raça branca, superior, dita capaz de ocupar condignamente o território, aproveitando adequadamente suas riquezas.

Outro campo no qual os paulistas seriam superiores é o da higiene pública. Em que pese a proeminência de Oswaldo Cruz como principal nome do paradigma microbiológico que conquistava o país, os articulistas e autores da *Revista* destacam a

participação paulista no esforço de melhorar as condições sanitárias e de higiene, de maneira a combater preventivamente inúmeras doenças que depauperam a população, deixando-a incapaz ou impossibilitada de exercer atividades produtivas. Para isso, dá-se destaque à atuação de Arthur Neiva à frente do Serviço Sanitário Paulista bem como às suas realizações, em especial às ações visando informar a população, como a elaboração de cartazes e de cartilhas compreensíveis até mesmo por analfabetos (DE LUCA: 1999, p. 217-18).

Mesmo a língua utilizada no país deve ser repensada, a começar pelo adjetivo “portuguesa”. A idéia é que já havíamos alcançado um grau de independência e maturidade em relação à Portugal que nos permitiria aspirar a uma língua “brasileira”, com vocabulário, ortografia, gramática e pronúncia próprias. Essa língua verdadeiramente nossa, brasileira, seria a única capaz de expressar a nação e seu povo. Aliás, não bastaria uma língua verdadeiramente brasileira, seriam necessárias também uma cultura e uma arte igualmente nacionais (DE LUCA: 1999, p. 260). Daí a importância do resgate do vocabulário falado no interior do Estado empreendido por Amadeu Marques no livro *O dialeto caipira*, de 1920, muito celebrado pelos articulistas da *Revista Brasileira*.

Em resumo:

*“Graças aos paulistas, era possível propor uma leitura redentora do passado, transformado no momento privilegiado de alargamento das fronteiras; do presente, pois a região constituía-se encorajador exemplo de prosperidade econômica; e do futuro, que passava a ser encarado com confiança. O Estado (de São Paulo) e sua dinâmica capital tornavam-se então o modelo, o grande farol que derramava sua possante luz sobre todo o país.”* (DE LUCA: 1999, p. 298).

No esforço de repensar o Brasil, procurando definir quem é o brasileiro e melhor entender esse país, a *Revista do Brasil* e seus autores acabam por construir uma representação de nossa história centrada em São Paulo e, mais importante para os objetivos do presente trabalho, *excludente e seletiva*. Sim, pois ao privilegiar São Paulo, essa historiografia bandeirante acaba por olvidar as demais regiões do país e sua contribuição para nossa formação. Em função desse posicionamento pró-bandeirantes, Capistrano é dos historiadores que menos publica na *Revista do Brasil*.<sup>43</sup>

Capistrano era um dos autores mais afamados da virada do século XIX para o XX, tendo contribuído com inúmeros artigos para a imprensa periódica, inclusive para a prestigiada *Kosmos* (DE LUCA: 1999, p. 56-57; SODRÉ: 1966, p. 341). Amigo de vários dos escritores que publicaram na *Revista do Brasil*, como José Veríssimo, Taunay e Basílio de Magalhães; mais ainda, grande amigo de Paulo Prado, sócio e redator da revista a partir de janeiro de 1923. Mesmo assim, Capistrano publica muito pouco na mais prestigiada revista do período, mais especificamente o artigo *Paulística*, no número XVIII, de 1917 (ABREU: 1976a, p. 81-96; PAIVA: 1931, p.12). No entanto, como lembra Eliana Dutra, a autoridade de Capistrano foi invocada pelo *Almanaque Garnier*, em 1906, para tratar da geografia, disciplina que ele dominava como poucos no período. (DUTRA: 2005, p. 151). Por que Capistrano publicou tão pouco na *Revista do Brasil*?

É que as leituras pouco otimistas de nossa História, nas palavras de Oliveira Vianna, ou sem calor narrativo, no dizer de João Kopke, não tinham espaço na *Revista* (DE LUCA: 1999, p. 94). Se há algo que não está presente nos escritos capistraneanos é justamente uma narrativa grandiloqüente, ufanista, cheia de adjetivos. Pelo contrário,

---

<sup>43</sup> Para se ter uma idéia da quantidade de artigos publicados por outros autores na *Revista do Brasil* Oliveira Lima publica 8 artigos; Roquette Pinto e Oliveira Vianna publicam 10 cada; Mário de Alencar 7; Martim Francisco e Taunay publicam 5 cada (DE LUCA: 1999, p. 54).

uma das recomendações de Capistrano a Paulo Prado é deixar de lado a frase rebuscada, cheia de adjetivos. Como se tentará demonstra na conclusão, o pessimismo em Capistrano constitui-se em ferramenta de estilo com forte repercussão em sua concepção de História.

Por outro lado, o bandeirante dos *Capítulos de História Colonial* é, antes de mais nada, um despovoador, um preador de índios. Nada mais em desacordo com a figura mítica do bandeirante desbravador e conquistador do que o preador impiedoso desenhado por Capistrano. As bandeiras são por ele definidas como “partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena”. Sobre o caráter dos bandeirantes, Capistrano lembra Montoya, para quem eles seriam “lobos em pele de cordeiro”, verdadeiros “hipócritas” (ABREU: 1963, p. 122).

Ao contrário de Oliveira Vianna, que considera os chefes das bandeiras descendentes diretos dos primeiros colonizadores, fidalgos portugueses que representavam “a porção mais eugênica da massa peninsular” (VIANNA: 2002, p. 983), Capistrano aponta a intensa miscigenação dos portugueses com os índios, pois não chegavam mulheres brancas “por aquelas brenhas”, daí a grande quantidade de mamalucos (ABREU: 1963, p. 123).

Os adjetivos utilizados por Capistrano para caracterizar a história bandeirante são todos depreciativos. Assim, trata-se de uma “monotonia trágica”, as bandeiras “devastam”, levam ao “despovoamento” e “depredação”; as expedições são chamadas de “salteios” e as reduções jesuítas são “invadidas”. Os episódios narrados também atestam a ferocidade dos bandeirantes, como o incêndio ateado a uma igreja lotada de índios em 1637 (ABREU: 1963, p. 122-126). Mesmo considerando a conquista de vastos territórios pelos bandeirantes, Capistrano manifesta suas dúvidas: “Compensará

tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?” (ABREU: 1963, p. 126).

As diferenças entre a concepção de história do Brasil de Capistrano em relação à história bandeirante da *Revista do Brasil* não se limitam à divergência sobre os bandeirantes e seu papel em nossa história. Igualmente importante é a percepção, por parte de Capistrano, que o sertão é um campo de confluência de várias correntes povoadoras, *não só a paulista*. Assim, existiriam outros centros de povoamento, responsáveis pela ocupação do sertão, ou seja, a conquista do sertão e seu povoamento não seriam apenas obra dos paulistas, como os mais diversos artigos transcritos na *Revista do Brasil* faziam parecer, mas de diversos centros povoadores.

Mais do que isso, é nesse movimento em direção ao sertão que a Nação e o Povo brasileiros são construídos, melhor, constroem-se. Daí que a invasão flamenga teria constituído apenas um episódio, entre outros, como as guerras com os franceses, da ocupação do litoral. Muito mais importante, é “o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, *de pontos apartados*, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo” (ABREU: 1963, p. 121, *itálicos adicionados*).

Esses pontos apartados são Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Em virtude das dificuldades de comunicação entre as diversas capitanias e das dificuldades de defesa diante de holandeses, franceses e ingleses, os portugueses adotaram a estratégia de dividir o território em diversos centros administrativos, com diversos graus de autonomia, sujeitos a surtos de independência, como foi o caso de Bequimão ou Beckman (ABREU: 1963, p. 131). Cada um desses centros empreendia expedições à procura de metais preciosos, a panacéia de todos os colonizadores e acabam por devassar o sertão, incorporando novas áreas para a coroa portuguesa.

A conquista e a ocupação do sertão não se dão apenas e tão somente em função da ação da Metrópole e de seus prepostos. A ação dos religiosos também se fez sentir. Assim, na Amazônia, as diversas ordens religiosas ficaram responsáveis por estabelecer missões. Em fins do século XVII; os jesuítas deveriam atuar na margem norte do Amazonas, os franciscanos na área entre o cabo Norte e o rio Urubu, enquanto os carmelitas deveriam trabalhar ao longo do rio Negro (ABREU: 1963, p. 139).

Seria o gado, o “gado vacum”, a vencer as grandes distâncias do sertão que não eram cortadas pelos rios amazônicos ou devassadas pela “caçada humana e desumana” dos bandeirantes aos índios (ABREU: 1963, p. 145). À medida que as fazendas de criação iam se afastando do litoral, tornavam-se necessários outros caminhos, que permitiam e aumentavam os contatos entre as diversas regiões, como os caminhos abertos ao longo da margem sul ou baiana do São Francisco e seus afluentes, entre eles o rio das Velhas, que permitia a ligação com São Paulo (ABREU: 1963, p. 147). Também as terras ao norte do Velho Chico foram ocupadas pela pecuária, só que por pernambucanos, permitindo a ocupação dos sertões do Ceará, do Piauí e do Maranhão. Quando do *rush* do ouro, em fins do século XVII e começos do século XVIII, as fazendas existentes ao longo do São Francisco é que abasteceriam os mineiros na grande fome que se seguiu à rápida e desordenada ocupação da região mineradora.

Mas, para Capistrano, o mais importante é que, ao contrário dos bandeirantes que despovoaram os locais por onde passaram, os criadores de gado povoaram o sertão. Assim, ao longo do São Francisco, graças à descoberta de jazidas de sal:

*“Formou-se no trajeto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio. Perdeu-se assim os terrores a viagem do sertão e cerca de 1690 havia antes motivos a aconselhá-la”* (ABREU: 1963, p, 149).

Portanto, a ocupação do território para Capistrano se dá verdadeiramente quando da interiorização de atividades econômicas que sustentem uma população suficientemente densa e não apenas da conquista militar. Lembre-se do interesse de Capistrano pela economia e da sua preocupação em distinguir a economia monetária da economia naturista. (ABREU: 1963, p. 95). Em que pese a atividade pecuária se desenvolver com baixíssimo capital, ainda assim geraria grandes riquezas.

As referências constantes a economia, a psicologia, a etnologia e a sociologia por parte de Capistrano indicam uma preocupação em dialogar com as ciências sociais e de encontrar um instrumental analítico que permita uma melhor compreensão da realidade. Assim, a valorização da atividade pecuária por Capistrano é tão grande que subverte a lógica da escola paulista bandeirante. Se, para esta escola, os bandeirantes é que são os grandes responsáveis pela descoberta das minas, para Capistrano:

*“Além do sentimento de orgulho inspirado pela riqueza, pelo afastamento de autoridades eficazes, pela impunidade, a criação de gado teve um efeito, que repercutiu longamente. Graças a ela foi possível descobrir minas.”* (ABREU: 1963, p. 152).

Não há, digamos, uma “injustiça” histórica ou um anacronismo por parte de Capistrano negando a primazia da descoberta das jazidas aos bandeirantes paulistas. O que ele quer ressaltar é que não seria possível a *exploração* dessas jazidas sem o concurso da pecuária, esse alimento que se transporta a si mesmo. Nesse ponto, Capistrano repete o argumento de seu primeiro trabalho de peso: a tese para o concurso do Colégio D. Perro II em 1883. Se, cronologicamente, os espanhóis devem ser considerados os descobridores do Brasil, com a chegada de Vicente Yanes Pizon,



sociologicamente essa descoberta não tem importância pois só os portugueses preocupam-se em ocupar a terra (ABREU: 1999).

O papel histórico de São Paulo é muito minorado, ainda mais tendo em vista que esta capitania não pôde auxiliar os mineiros com o envio de boiadas, o que só foi possível graças aos currais baianos e pernambucanos fixados ao longo do Rio São Francisco, como lembrado anteriormente (ABREU: 1963, p. 153).

Portanto, as minas, a mineração e a ocupação do sertão em seu entorno são uma obra *coletiva*, realizada por todos os brasileiros. Tal obra só pode ocorrer na medida em que o território encontrava-se razoavelmente ocupado e os caminhos minimamente traçados. Mais ainda: nesse construir coletivo, nessa ocupação efetiva do território a partir de uma sólida base econômica que integra as diversas regiões; é que se vai construindo igualmente o sentimento de nacionalidade e de brasilidade. Assim:

*“Os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII. Por seus serviços, por sua riqueza, contavam-se entre os maiores beneméritos... daí atritos freqüentes.”*  
(ABREU: 1963, p. 167-68).

A citação não deixa dúvidas. Não há o predomínio de uma atividade, de uma região ou de um grupo social na obra de três séculos que levasse à superação do sentimento de inferioridade em relação à metrópole e ao metropolitano, transformando-

se em um “sentimento de superioridade”, que nada mais vem a ser do que a transformação psicológica apontada acima. Ao ocuparem o território, os colonos transformam-se, deixam de ser colonos. Ainda não se dizem brasileiros, mas não se aceitam inferiores aos portugueses.

Ora, tal posição era totalmente contrária às pretensões hegemônicas paulistas e as desmentia veementemente. Se não se nega importância a São Paulo, não se admite que os paulistas sejam os únicos responsáveis pela criação do sentimento de brasilidade e de pertencimento a uma Nação.

Note-se que, na citação, não há a menor referência à questão étnica. A questão da miscigenação está presente na obra de Capistrano, mas não é central. Ao que parece, não desconhecia a questão mas, para ele, a construção da Nação se dá não a partir dos diversos caldeamentos étnicos e sim a partir da constituição de uma base cultural, em todas as suas vertentes, como a cultura material. Daí a sua preocupação, manifestada à farta nos *Capítulos*, de resgatar as condições materiais de vida da população, distinguindo a vida luxuosa dos potentados da vida humilde, quando não miserável, da grande maioria da população, por exemplo (ABREU: 1963, p. 129).

Capistrano reconhece que a miscigenação existiu, variando em função da maior ou menor presença do índio ou do negro em cada região. Porém, ao que tudo indica, a etnia e a miscigenação não são utilizadas como elementos analíticos por ele. O mesmo não acontece com o meio, que comumente chama de Natureza. Seguindo as idéias antropogeográficas de Ratzel, Capistrano considera fundamental o meio e as maneiras como o ser humano com ele interage, para explicar as especificidades de uma dada sociedade. Se não há cooperação entre os índios, se eles não são capazes de um trabalho mais sistemático, isso se deve fundamentalmente ao clima.

É que o clima tropical dispensaria a execução de obras contra as intempéries, como no hemisfério norte, obras estas que facilitam o desenvolvimento da cooperação. Por outro lado, a abundância de alimento não incentivaria o desenvolvimento de uma agricultura mais avançada, pois bastava derrubar algumas centenas de metros de mata para garantir o sustento da tribo. Depois de algum tempo, era apenas necessário mudar de lugar (ABREU: 1963, p. 39-41).

A respeito da miscigenação e da influência do meio, Capistrano travou polêmica com Sílvio Romero nas páginas de *O Globo* já em 1876. Segundo o cearense, Romero teria reduzido o problema nacional à equação: brasileiro = português + negro, sendo que as condições do meio teriam pouca influência sobre essa equação.

Lembrando Buckle, no livro *A civilização na Inglaterra*, Capistrano considera que:

*“Sem dúvida a natureza, como as suas forças e seus aspectos e a raça, que admitimo-la como produto daquela, quer a consideremos como fator originário e irreduzível, são dois motores que pesam fortemente na feitura de um caráter nacional e por conseguinte na estrutura da sociedade. Entretanto não são os únicos. Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a causa; de resultado passa a componente. No Brasil é este justamente o caso, e a influência esquecida [a Natureza] é a mais poderosa e a mais ativa”* (ABREU: 1976c, p. 5).

Fica patente a importância dispensada à Natureza como elemento moldador da sociedade e, ao mesmo tempo, que essa mesma sociedade sofre a influência de diversos outros fatores.

Todavia, a questão não é tentar identificar se Capistrano estava ligado a este ou àquele determinismo. Como ávido leitor, ele teve contato com todos os determinismos

de seu tempo e nutriu grande admiração por Spencer, chegando a escrever sobre ele um artigo elogioso; assim como assistiu às reuniões positivistas na Igreja Positivista do Brasil. O que torna Capistrano diferente é sua percepção do ser humano e da humanidade como inacabados, em construção. Utilizando os conceitos de campo de experiência e de horizonte de expectativa de R. Koselleck (2006), talvez seja possível dizer que, para Capistrano, os dois são horizontais, na medida em que ele tenta ampliar ao máximo seus horizontes, daí o entendimento de que o Brasil é fruto de esforço coletivo, é uma construção de cearenses, paulistas, baianos, cariocas, mineiros, gaúchos, entre tantos outros. Da mesma forma, as angústias manifestadas ao final dos *Capítulos*, como a inexistência de vida social ou de questões públicas, apontam também para um horizonte por construir, amplo e vasto, ainda que nebuloso.

Por outro lado, o grupo paulista da *Revista do Brasil* teria um campo de experiências e um horizonte de expectativas verticais. Para esse grupo, o passado estava em São Paulo, assim como o presente e o futuro. No quadro em que retratam o Brasil, tem-se a impressão que há um gigantesco ponto de fuga chamado São Paulo, para o qual tudo converge. Evidentemente, é uma visão teleológica da história.

Assim, a realidade histórica para Capistrano não é unidimensional, mas multidimensional, complexa, com as variantes influenciando constantemente umas sobre as outras, bem diferente da persistência com que os intelectuais da *Revista do Brasil* pretendiam “subordinar as dificuldades do país a um único fator, passível de ser contornado ou resolvido com medidas relativamente simples” (DE LUCA: 1999, p. 212). Muito pelo contrário, Capistrano reitera várias vezes suas críticas aos colonos que “preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la [a independência] por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu. Sempre a mesma mandriice intelectual de Bequimão e dos Mascates!” (ABREU: 1963, p. 228).

Ressaltam-se assim, as dificuldades que enfrentava o país em função dessa tendência para a simplificação herdada dos tempos coloniais. Se as soluções simples não resolveram os problemas dos colonos, não resolveriam os muito mais complexos problemas do presente de Capistrano.

Não é de se espantar que ele não tenha encontrado espaço para seus escritos na *Revista do Brasil*.

#### 4. EM BUSCA DE UMA QUIMERA. CAPISTRANO DE ABREU E O POVO BRASILEIRO

Ao questionar os “quadros de ferro” impostos por Varnhagen à historiografia brasileira ou ao se negar a corroborar a construção de uma história brasileira a partir de São Paulo ou ainda, ao tecer críticas à história oficial do IHGB, centrada na Coroa; Capistrano questiona e nega igualmente os personagens centrais dessas vertentes historiográficas: o europeu, o bandeirante paulista e a casa de Bragança.

Qual seria então o personagem central da História do Brasil segundo Capistrano? Qual seria o personagem que serviria como fio condutor da análise historiográfica capistraneana?

Como já bem observou José Carlos Reis, Capistrano escolhe o povo como personagem central para sua história do Brasil (REIS: 2006, p. 114). Mas, quem é o povo para Capistrano?

Destoando daqueles que procuravam na formação étnica do povo a distinção do brasileiro no concerto das nações, Capistrano caracteriza-o na sua luta para se constituir enquanto Nação, uma *comunidade política imaginada* (ANDERSON: 2008, p. 32), capaz de exercer controle sobre o Estado, marcado pela constituição de sua *cultura*, uma cultura própria, específica, diferente da de outros povos. Mas, e se ao fim e ao cabo não se encontrar o que se procura? A trajetória terá sido em vão, simples corrida à procura de uma quimera?

#### 4.1 O Povo, esteio da Nação<sup>44</sup>

Em 1876 Capistrano de Abreu trava polêmica com Silvio Romero a respeito do caráter do povo brasileiro. No já mencionado artigo publicado em *O Globo*, Capistrano chega a uma conclusão desconcertante para os patriarcas da Independência e para os governantes de todos os tempos. Segundo ele, quando da Independência

*“Em vez de consultar os germes de organização que começavam a abrolhar nas juntas e câmaras, os estadistas leram Benjamin Constant e os ideólogos coevos. Já então faziam as coisas para inglês ver... A onipotência do governo tinha bastante atrativos para que nos meios de nele conservar-se ou de atingi-lo a moralidade ocupasse um segundo plano. Começou-se pela perseguição individual, que José Bonifácio inaugurou. Passou-se depois às eleições; hoje pode dizer-se que a nação é uma delegada do governo.”*

(ABREU: 1976c, p.23-24)

Os germes de organização aos quais se refere Capistrano em 1876 são os mesmos que ele busca identificar na sua obra de maior expressão os *Capítulos*, e que já foram analisados ao longo do capítulo anterior, ou seja: a união dos diversos pólos de povoamento no sertão; a união entre os diversos grupos étnico-sociais contra o batavo; o desenvolvimento de laços econômicos ligando as diversas regiões brasileiras e a construção de caminhos que unissem-nas, superando as condições adversas de navegação ao longo do litoral.

---

<sup>44</sup> O termo *esteio* é muito comum no interior do Brasil, ainda hoje. Quer dizer a coluna principal de uma casa, que sustenta toda a estrutura, e, por extensão, utiliza-se para indicar qualquer outro ponto de apoio central.

Todavia, apesar de serem importantes e garantirem a superação do *sentimento de inferioridade frente ao português e à metrópole*, substituindo-o pelo oposto *sentimento de superioridade* (ABREU: 1976c, p. 20) e dessa forma garantindo o apoio de todas as partes para a Independência (ABREU: 1976c, p. 91), esses germes iniciais não foram suficientes para garantir a proeminência da Nação sobre o Governo. O povo brasileiro ainda sofria em decorrência de seu “barbarismo”, de um servilismo quase que atávico, da insociabilidade (ou falta de cooperação) e do subjetivismo (ABREU: 1976c, p. 23).

A identificação da Nação com o Povo torna-se sobremaneira plausível diante das críticas de Capistrano aos “potentados” ao longo de toda a sua obra, da sua admiração pela união dos diversos extratos sociais na guerra contra os holandeses, da sua crítica ferrenha aos devaneios do Beckman, dos Mascates e dos Inconfidentes e, não podemos nos esquecer, das suas inúmeras críticas à República e seus diversos governos, expressas sobretudo na *Correspondência*. Para Capistrano, a Nação não poderia ser fruto do Estado, mas do *povo*. Se fosse possível transformar o problema da formação da Nação brasileira em uma equação matemática, a fórmula capistrana seria: POVO = NAÇÃO. Como antítese a ser evitada, teríamos: ESTADO = NAÇÃO.

Há uma ampliação do povo, da comunidade política. Não apenas os homens “bons” do período colonial, os “opulentos senhores”; é necessário incorporar o “povo comum”. Depreende-se que o “povo comum” para Capistrano é constituído pelo conjunto da população submetida aos potentados, tanto os escravos como os homens livres pobres (ABREU: 1963, p. 129). É justamente em função de não se conseguir lidar satisfatoriamente com este povo, já consciente de sua superioridade, mas ainda bárbaro, servil, insociável e subjetivo, que graça a centralização e o predomínio do Governo. Assim, ao contrário das elites crioulas, entre elas a nossa, que lideraram a independência na América Latina e temiam sobremaneira a eclosão das “classe baixas” (ANDERSON:



2008, p. 86), Capistrano como que anseia em encontrá-las no centro dos acontecimentos que levaram ao 7 de setembro.

Quanto ao Governo, não há dúvida que ele se identifica com o próprio Estado Imperial, lembre-se que o artigo é de 1876, e, depois, com o Estado Republicano, aliado ou controlado pelos potentados, homens bons, ou seja: os poderosos de plantão.

Em 1925, no texto *Fases do Segundo Império*, Capistrano ressalta o artigo 98 da Constituição de 1824, justamente o que trata do Poder Moderador. Lembra que este poder era exercido *privativamente* pelo Imperador, o “*chefe supremo da nação*”, não deixando dúvidas sobre a identificação entre Imperador e Governo e de ambos com o Estado. A esse respeito, na página seguinte, Capistrano lembra ainda a obra do Regresso com o retorno do Conselho de Estado, a “*votação de leis restritivas da liberdade individual*” e o reforço do aparato policial (ABREU: 1975c, p. 77-78). Em outros termos: é a centralização empreendida pelos *saquaremas*, tão acirradamente combatida pelos *luzias* (MATTOS: 1990).

O Estado superou a Nação. Esta, cambaleante, ainda ensaia movimentos contrários ao rolo compressor do poder central, como a Confederação do Equador em 1824; a Balaiada no Norte em 1838; a Revolução Liberal em 1842 em Minas e São Paulo; a Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845, e mesmo a Revolução Praieira em 1848. O aparato estatal reprimiu todas elas, com destaque para a atuação de Caxias, a quem Capistrano dedica algumas páginas numa biografia em que transparece a admiração pela “obra pacificadora” do ilustre militar. Entenda-se a admiração e a qualificação de obra pacificadora na medida em que Lima e Silva procura evitar ao máximo o derramamento de sangue irmão, concedendo anistias após as vitórias. Ao mesmo tempo, Caxias retira-se da luta contra Solano Lopes, depois de constatar assegurada a vitória sobre o Paraguai. A continuação das atividades bélicas seria deixar

de lado a honra militar e descer à condição de capitão do mato, numa crítica nem tão velada ao Conde D'Eu, comandante das tropas brasileiras após a saída de Lima e Silva (ABREU: 1976a, p. 19-24).

Dado o domínio do Estado sobre a Nação, não é de se admirar que as principais mudanças políticas se tenham dado a partir do Estado. Dessa forma:

*“15 de novembro assemelha-se um tanto a 7 de setembro: em ambos houve um levante local que se generalizou, combateram a instituição que juraram defender; e se Deodoro da Fonseca era marechal do Exército Imperial, convém não esquecer que D. Pedro era Príncipe Regente, como tal deu ordens, fez-se obedecer, e assegurou-se {como Príncipe Regente} até 12 de outubro de 22, quando foi proclamado Imperador. Cá e lá levantes há – poder-se-ia dizer”* (ABREU: 1976b, p. 96).

Por trás da linguagem polida - *“combateram a instituição que juraram defender”* - esconde-se a imagem do Judas, do traidor, do Silvério dos Reis que se aproveitou de sua inserção, no caso dentro do aparelho estatal, para alcançar benefícios pessoais. Aliás, a comparação com Silvério dos Reis não é pertinente, pois Capistrano considerava-o um benfeitor, aquele que havia impedido um possível fracionamento do Brasil uma vez que os inconfidentes não pretendiam estender a independência às províncias do Norte (ABREU: 1976b, p. 129).

De qualquer forma, transparece a contradição: que povo é este, conquistador de território tão vasto; vencedor dos holandeses; incansável a rasgar os sertões com suas bandeiras, manadas de gado *vacum* e com suas tropas e, por fim, capaz de apoiar, de toda a parte, a independência; mas incapaz de tomar as rédeas de seu destino em suas próprias mãos e antepor-se ao Estado todo poderoso? Ou, como salienta Reis: *“patriotas incapazes de produzir a sua própria independência!”* (REIS: 2006, p. 111).

O povo, então, ganha contornos de miragem, fumaça que se esvai quando dele se aproxima. Uma quimera a ser constantemente procurada.

Onde o povo então? Não seria de se esperar da obra de Capistrano um desenvolvimento uniforme, uma construção contínua da formação popular até o ápice da independência e a plena identificação entre Povo e Nação e, por sua vez, entre Nação e Estado?

Para Capistrano, se há uma *comunidade política* (ANDERSON: 2008) a ser imaginada e construída, essa comunidade deve ser ampliada, identificando-se cada vez mais com o *povo brasileiro* e não apenas entre os homens bons; os patriarcas da independência, como é o caso de José Bonifácio ou da Casa de Bragança. Nesse sentido, há uma espera em Capistrano, uma expectativa: encontrar o Povo como personagem central da história brasileira, forjando a Nação. Beco sem saída, pois o povo não estava no fim, foi tolhido, impedido, capado, sangrado e mutilado pelo Estado. Se, como afirma José Carlos Reis, Capistrano narra a história da rebelião do povo brasileiro (REIS: 2006, p. 97), o resultado dessa rebelião é a repressão estatal.

Contudo, assim como há espaço na história capistraneana para as contradições da sociedade que retrata, suas próprias dúvidas e contradições também encontram guarida em seus escritos. Só a título de exemplo: a história dos jesuítas encontrava-se por fazer e seria presunçoso quem quisesse escrever a do Brasil antes de sua realização (ABREU: 1963, p. 188). Mas a dúvida maior seria expressa em carta a Guilherme Studart, em 19 de dezembro de 1909: “*Punge-me sempre e sempre a dúvida: o povo brasileiro é povo em formação ou em dissolução? Vale à pena ocupar-se de um povo dissoluto? Vale à pena para um Tácito ou Juvenal, mas estou tão afastado destas naturezas!*” (ABREU: 1954a, p. 182).

Dentro dessa lógica, é necessário indicar ainda que para Capistrano o povo brasileiro não é uma unidade homogênea, pasteurizada. Não há a ilusão da inexistência de conflitos entre os diversos grupos sociais. Pelo contrário, indica-se a existência de uma forte divisão hierárquica, em camadas, claramente favorável aos “opulentos senhores”, desde os primórdios da colonização. Tem-se a impressão de que há o desejo de que o povo forme sim uma massa homogênea, melhor dizendo, uma *comunidade política*. É por isso que a subordinação do Povo/Nação ao Governo/Estado se dá justamente em função da divisão interna do povo e da luta entre as diversas camadas.

Capistrano percebe que existem *hierarquias sociais* que dividem profundamente a sociedade e que contrapõem grupos com interesses diversos. A utilização do termo *hierarquia*, observe-se bem, deve-se ao seu emprego pelo próprio Capistrano (ABREU: 1963, p. 94). Para ele, por volta de 1618, a situação da população dos “estabelecimentos fundados pelos portugueses”, que se estendiam do Pará à Cananéia, território escassamente povoado especialmente pela população branca, podia ser definida através da divisão em “camadas”. Em primeiro lugar, os escravos, “filhos da terra (*índios*), africanos ou seus descendentes”. A par dessa “camada ínfima” da população, os índios livres que procuravam o êxodo para o interior do país, como maneira de manterem sua liberdade, mas constituindo uma camada à parte da população. A camada imediatamente superior era a dos brancos livres, mas “*sem terra*”, como feitores e oficiais mecânicos. A terceira camada era constituída pelos “*proprietários rurais*” que cuidavam da produção de mantimentos ou da criação de gado. Por fim, a última camada compreendia os senhores de engenho, apresentando ainda uma subdivisão no que diz respeito à qualidade do engenho, se movido por bois (o trapiche), inferior; ou o real, que se caracteriza pela utilização da força motriz da água e pela presença de todos os

apetrechos necessários para a produção em larga escala do açúcar, em especial de abundante escravaria (ABREU: 1963, p. 94).

É importante destacar ainda que a dominação dos senhores de engenho não se dá apenas em relação à massa de escravos ou aos homens livres sob suas ordens nos engenhos, mas estende-se por todo o povo. Assim, em 1624, a cidade de Salvador desguarnecida, as tropas pouco confiantes, as fortalezas inacabadas ou em ruínas, e “*a população trépida, prestes a fugir mal avistava qualquer vela suspeita*” (negrito acrescido), facilitaram o ataque dos holandeses à Bahia. Circunstância sumamente favorável aos batavos é que:

*“Acresciam dissensões entre o governador e o bispo, e como de costume, entre uma e outra metade do povo, sempre ávido de questões entre os potentados.”* (ABREU: 1963, p. 101, negritos adicionados).

O termo “potentados” não designa apenas o governador e o bispo, como pode parecer à primeira vista, mas todos os poderosos, grande parte deles constituída pelos “senhores opulentos” já citados. No caso, Capistrano parece pender para o governador Diogo de Mendonça Furtado, homem de grande coragem e boa vontade, que resistiu à invasão até a sua captura e degredo para a Holanda, junto com alguns fiéis companheiros. O bispo, Dom Marcos Teixeira – que tem seu nome citado apenas quando se torna governador de fato – covardemente abandona a cidade e procura refúgio nas proximidades (ABREU: 1963, p. 101-102). Capistrano parece nos convidar a ficar ao lado do governador e defender o país contra o inimigo externo. É o nortista orgulhoso de Guararapes que narra a história.

O brio do nortista que expulsou holandeses ou que morreu fuzilado em Pernambuco em 1824 não pode aceitar a *trepidez* de seus irmãos frente ao inimigo e,

muito menos, a submissão aos potentados. Note-se: o povo *está sempre ávido por disputas entre potentados*, formando verdadeiro partidos. Não se diz o povo estava ou esteve ávido, seguindo o pretérito empregado no restante da passagem. A caracterização é atemporal e designa o povo *sempre*, em todos os tempos e lugares. Portanto, o povo não é submisso apenas em função do poder dos potentados advindo do monopólio da terra ou da posse de escravos, mas **porque não é capaz de se afirmar frente aos potentados ou de submeter o Estado ao Povo/Nação**. Há uma cumplicidade popular para com os potentados e o Estado. O republicano que há em Capistrano emerge e parece olhar enciumado para a América do Norte e para o autogoverno de seus habitantes.

Em contrapartida, a invasão de Pernambuco, fruto antes da superioridade das forças de Holanda, da falta de interesse da corte espanhola e da traição de Calabar (ABREU: 1963, p. 102-107), servirá como que de **redenção** para o povo. Assim, Calabar trai não a Espanha e Portugal ou a Matias de Albuquerque, mas a seus “compatriotas” (ABREU: 1963, p. 107). Matias de Albuquerque é retratado como o líder ideal, inteligência única, coragem constante e diligência incansável, e não como mais um potentado. Albuquerque será, juntamente com Henrique Dias e Camarão, o forjador de uma *comunidade político-militar imaginada*, aqueles que resistem à invasão. Esta é uma comunidade à qual Capistrano empresta vida, unida pelo calor da luta. Uma luta que coloca lado a lado, ombro a ombro, potentados e povo, o povo em todos as suas etnias e miscigenações.

Assim, coube a Antônio Filipe Camarão, capitão mor dos índios, o comando de 80 índios fechando a retaguarda, quando da retirada de Matias de Albuquerque para Alagoas. Capistrano, entusiasmado, comenta: “*Confiavam-se a índios os postos de maior perigo! Precisam de outras justificativas os esforços de Nóbrega?*” (ABREU:

1963, p. 108). Não se trata dos tupiniquins aliados dos portugueses nos primeiros tempos contra os franceses e sim de índios incorporados à sociedade colonial. Dir-se-ia hoje aculturados mas, de qualquer forma, índios.

O “nosso lado”, como diz muitas vezes Capistrano<sup>45</sup>, tem a vitória assegurada quando unido. Assim, quando da tentativa de invasão de Salvador por Nassau em 1638, a guarnição da cidade e as tropas de Bagnoli lutam unidas, deixando de lado rivalidades paroquiais e contam com o apoio decidido da população, que lhes fornece munição de boca. Graças a essa união de esforços, Nassau é derrotado e retorna para o Recife (ABREU: 1963, p. 112).

Todavia, o domínio holandês perdura, mesmo depois da emancipação portuguesa da tutela espanhola em 1640. Portugal e Holanda assinam uma trégua em 1642 que parece apontar para uma aceitação da situação. Capistrano narra, então, os esforços dos colonos para se livrarem do jugo opressor do batavo. Novamente, o que garantirá o sucesso da empreitada é a união das “três raças”, na verdade quatro pois além dos índios de Camarão, dos negros de Henrique Dias e dos mazombos do paraibano Henrique de Negreiros, há ainda o auxílio dos portugueses, seja de João Fernandes Vieira, natural da ilha da Madeira, seja do governador Antônio Teles da Silva, antes governador de Goa. Observe-se que o próprio Capistrano aponta a origem de Negreiros, de Vieira e de Silva, indicando uma divisão entre os brancos, a saber: de um lado os portugueses vindos de além mar que podiam governar tanto o Brasil como qualquer outra possessão portuguesa; e de outro, os nascidos no Brasil, experimentados na luta contra o holandês e desejosos de verem sua terra livre. Ocorre uma união entre as diversas capitanias, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte (ABREU: 1963, p. 115-116).

---

<sup>45</sup> Conferir, por exemplo: ABREU: 1963, p. 111.

Para dirimir quaisquer dúvidas, Capistrano comenta trecho de Pierre Moreau e Rouloux Baro retirado do livro *História das últimas lutas no Brasil entre portugueses e holandeses e relação da viagem ao país dos tapuias* (1979). Segundo Capistrano, Moreau referia-se à luta entre:

*“Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamalucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina. Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, mas um principio de solda, entre os diversos elementos étnicos.”* (ABREU: 1963, p. 119, negritos adicionados).

Portanto, o que determina a viabilidade de formação de um povo não é a sua composição étnica, mas a sua união, coragem e efetividade. É como se Capistrano quisesse dizer que um bando de mestiços venceu os batavos, brancos, a toda poderosa Holanda, que acabara de infringir grande derrota aos espanhóis. Neste ponto, Capistrano afasta-se dos pensadores racistas de seu tempo, deixando de lado a vinculação entre raça ou etnia e a possibilidade de civilização ou constituição de uma nação. Mais ainda, ressalta-se que o povo é apenas representado por seus líderes e não submisso a eles, daí que a utilização do **como** em lugar do **de**. Ou seja, o povo só se constitui enquanto tal, povo para si, quando age como uma *comunidade política*, uma *comunidade política mestiça*, ressalte-se, capaz de tomar o seu destino em suas próprias mãos. É por isto, que como aponta Reis, Capistrano faz um elogio da colonização e conquista do Brasil pelo brasileiro mestiço (REIS: 2006, p. 113).



E ainda, a referência à liberdade divina indica a importância do catolicismo como elemento de união entre as diversas etnias contra o branco protestante, apesar de considerar a religião como “comunidade passiva” (ABREU: 1963, p. 228).

O Brasil encontra-se mais próximo de ser uma Nação quando seu povo está unido. A *comunidade política imaginada* capistraneana funda-se primordialmente não na unidade político-administrativa ou na unidade territorial, mas na unidade de seu **Povo**. Por certo, a necessidade de procurar a unidade advém da constatação da desunião e do dissenso entre os diversos grupos sociais, étnicos e regionais, tantas vezes indicados ao longo da obra capistraneana.

Fato que contribui para o sucesso de Bagnolli, Vidal, Henrique Dias, Camarão e Barbalho na luta pela restauração de Pernambuco é a abertura de caminhos pelo sertão com o intuito de fugir do invasor holandês, evitando-o. Dessa forma, contribuem também para o conhecimento do sertão e sua plena incorporação (ABREU: 1963, p. 259). Na mesma página dos *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, assinala-se que Frei Caneca indicava um caminho ligando Olinda aos sertões do São Francisco. Os caminhos facilitam o povoamento e a revolta, a rebelião...

Mais uma vez, é importante destacar o **lugar** de origem de Capistrano – o Ceará, província do Norte – para assinalar a importância dispensada ao quê a historiografia da região, especialmente aquela ligada ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, convencionou chamar de “restauração de Pernambuco” (MELLO: 1986, p. 61-64). Também se pode imaginar o brado de um cidadão da recém fundada República, aquela que não foi (CARVALHO: 1987). Indignado com a persistência dos potentados, agora chamados de coronéis; com a proeminência dos interesses mercantis, agora dominados pela nova potência, a Inglaterra; e com a cruza com que são tratados os sertanejos do interior da Bahia, em Canudos. A este respeito, é oportuno lembrar da

ojeriza de Capistrano a Nina Rodrigues pelo fato do médico baiano ter desrespeitado o corpo de Antônio Conselheiro, líder máximo dos sertanejos, dito *o nosso conselheiro*. Vencida a resistência dos últimos defensores do arraial, o corpo do Conselheiro foi desenterrado e decapitado, sendo sua cabeça levada para estudo, justamente para N. Rodrigues (ABREU: 1954a, p. 114, CUNHA: 2002, p. 588).

Capistrano sempre cobra a efetividade do povo e sua pró-atividade. Ele espera que o povo seja povo *para si* e não apenas povo *em si*, capaz de autogoverno. Daí nasce sua decepção quando do 15 de Novembro. Se Aristides Lobo considerou o povo “bestializado”, para Capistrano houve um processo de “empilhamento”. Em carta ao Barão do Rio Branco, narra suas impressões dos acontecimentos da Proclamação da República. Quando todos os batalhões do Rio estavam reunidos no Campo de Santana, aí sim é que houve a “proclamação” da dita República, sem reação ou protesto de ninguém (ABREU: 1954a, p. 127). Note-se: o empilhamento de batalhões dispensa a participação popular.

Não é para menos, portanto, que os marcos tradicionais da História Pátria sejam, para Capistrano, fruto antes do imprevisto do que de uma ação planejada, como é o caso da Proclamação da República mencionado acima. Em carta a Martim Francisco Ribeiro de Andrada<sup>46</sup>, dizia-se incapaz de escrever sobre a Independência por não conseguir entendê-la, tamanha a quantidade de ida e vindas, como o fato de D. Pedro I continuar a intitular-se príncipe regente ainda em outubro de 22, mesmo depois do Ipiranga (ABREU: 1956, p. 87).

Atente-se ainda para a diferenciação estabelecida por Capistrano entre os “povos naturais”, os índios, e a “sociedade civil”, os portugueses (ABREU: 1963, p. 41-42). Os primeiros vivem em um meio que dispensa a “cooperação”, uma “ação incorporada e

---

<sup>46</sup> Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1853-1927) grande amigo de Capistrano, paulista, político do Partido Liberal, depois aderiu ao movimento republicano. Neto de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, um dos três irmãos Andrada da Independência.

inteligente”, desde as ações mais simples, como obras para a proteção das intempéries ou de fortificação, até a constituição de um organismo político. Talvez daí a ausência de poder real por parte do cacique, ou atividades econômica que permitissem a fixação do homem à terra, evitando o nomadismo, como a simples domesticação de animais, o que o índio não fez. Pior do que isso, os índios deixaram esse legado de falta de cooperação e ação incorporada e inteligente para seus “sucessores”, ou seja, nós, brasileiros. Já os segundos, os portugueses, haviam logrado constituir-se em sociedade civil na sua luta contra a Igreja e contra a Nobreza, aglutinando-se agora ao redor del’Rei, em fins do período medieval. De tal forma que a sociedade civil organizada vai-se constituindo na medida em que se constitui o Estado Nacional Centralizado, numa relação que pode ser simbiótica ou oportunista. Aqui há uma distinção importante: mesmo com a constituição do Estado Nacional continua a diferenciação entre Nobreza e Povo, bem como a camada de servos e escravos. A sociedade civil parece englobar apenas povo e nobreza. Não se pode perder de vista que o termo sociedade civil também indica sociedade laica, construída em oposição ao poder religioso.

Todavia, essa sociedade civil, se importante para a constituição do Estado Nacional português numa relação simbiótica, logo perde sua importância diante da expansão dos poderes reais e dos “copiosos poderes reais”. A relação passa a ser oportunista, com o Estado estendendo suas raízes sobre a Sociedade Civil, sufocando-a. Não é surpresa, portanto, que a instituição que deveria representar o autogoverno em seu nível elementar, as Câmaras Municipais, não tenham exercido poder de fato, “nem no Reino, nem aqui” (no Brasil) salienta Capistrano (ABREU: 1963: p. 42-45).

Mesmo temendo a crescente influência dos Estados Unidos sobre o Brasil – representada na política de aproximação àquela nação empreendida por Rio Branco e

seu corpo diplomático<sup>47</sup> (ABREU: 1954a, p. 262) – Capistrano parece dialogar com a grande república do norte do continente. De fato, qual outro país possuía uma experiência de autogoverno vitoriosa e efetiva no século XIX? A influência republicana norte-americana sobre o Brasil, que começou ainda com a Inconfidência Mineira, passando pelos movimentos de contestação do domínio português no XVIII até as Repúblicas do Equador e de Piratini, parece ecoar fortemente em Capistrano.

A influência das idéias republicanas defendidas pelos “*federalistas científicos*” – um dos grupos contestadores identificados por Angela Alonso – pode ser averiguada na correspondência com Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) e sua família, que se estende de 1881 até 1922 (ABREU: 1954a, p. 72-101). As relações com a família Assis Brasil foram intensas a ponto de propiciar duas viagens de Capistrano ao Rio Grande do Sul, onde ficou conhecendo toda a família do amigo. Assis Brasil foi um dos expoentes do “*federalismo científico*” na sua subdivisão gaúcha, de cunho positivista. Sua obra *A República Federal* é um dos ícones maiores do grupo e de todo o movimento republicano de fins do Império (ALONSO: 2002, p. 223).

Em carta a Assis Brasil, Capistrano sugere a utilização de um trecho do livro *A Revolução Francesa*, de Michelet, como epigrafe para a *República*. No trecho, o autor francês afirma a impossibilidade da Monarquia prover uma educação e uma legislação republicanas, daí a necessidade de que a própria República encarregue-se de fazê-lo. Evidentemente, tal condição só se pode alcançar através da via revolucionária (ABREU: 1954a, p. 72).

Capistrano até mesmo auxilia Assis Brasil na impressão de livros por volta de 1881. Para José Honório Rodrigues, a ajuda de Capistrano restringe-se à edição da

---

<sup>47</sup> Em carta a Domício da Gama, Capistrano sugere que o Itamarati deveria utilizar a *Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, como manual para pautar as relações com os EUA (ABREU: 1954a, p. 262). Não se pode esquecer da grande amizade entre Capistrano e Eduardo Prado, precursora da amizade com Paulo Prado, sobrinho deste último.

*História da República Rio Grandense* (ABREU: 1954a, p. XIII). Todavia, o auxílio de Capistrano parece estender-se também à edição de *A República Federal*, como se pode observar com a sugestão da utilização de Michelet como epígrafe e no seguinte trecho: “O tipo de Leuzinger, escolhido para a República Federal, tem todas as qualidades menos uma: servir para ela. É muito grande, e feita com ele a impressão não teria o chic e o fini que V. deseja como artista” (ABREU: 1954a, p. 75). Atuando na edição de um dos dois livros ou na dos dois, o certo é que a ação de Capistrano é vasta: levanta preços entre os impressores do Rio (acaba por optar por Leuzinger); opina sobre qual seria o melhor tipo para a impressão (se o *renaissance* ou o *elzevier*) intermedia o envio de provas para São Paulo; contrata o número de exemplares especiais e trata da revisão. Enfim, realiza um verdadeiro trabalho de editor (ABREU: 1954a, p. 72-83).

Capistrano manifesta explicitamente ter lido *A República Federal*, de Assis Brasil, e ter gostado muito do livro apesar de discordâncias sobre pontos eventuais. (ABREU: 1954a, p. 79). Seu contato com as idéias republicanas e com os principais nomes do movimento republicano e da geração de 1870 são um indício importante para compreender a escolha do povo como personagem central da História Brasileira.

Os contatos de Capistrano com os membros da geração de 1870 não se restringem a Assis Brasil. Apenas a título de exemplo, pode-se arrolar os nomes de Valentim de Magalhães e José do Patrocínio (ABREU: 1954, p. 73) e de outros críticos da Monarquia, como os integrantes da Igreja Positivista do Rio de Janeiro (CARVALHO: 1990) ou Aníbal Falcão (ABREU: 1956, p. 291-293), segundo Alonso um “positivista abolicionista” pernambucano, pertencente ao que se convencionou chamar de “Escola do Recife”<sup>48</sup>. Não se pode deixar de lembrar o nome de Sílvio Romero, com quem Capistrano teve contato quando de sua estadia no Recife a fim de se

---

<sup>48</sup> O núcleo positivista do Recife manteria relações estreitas com os positivistas da Corte (ALONSO: 2002, p. 134-141).

preparar para os exames da Faculdade de Direito, alcançando ainda Silvio Romero, que estava prestes a completar o curso.

A escolha do povo como personagem central da História Brasileira refletiria o anseio da geração de 1870 – da qual Capistrano fazia parte – por reformas que ampliassem o escopo da participação popular tais como: a abolição, a reforma eleitoral e, por fim, a implantação da República (ALONSO: 2002). Contudo, não é apenas política a percepção do povo por Capistrano. De fato o termo aparece nos *Capítulos de História Colonial* logo no primeiro capítulo, *Antecedentes indígenas*.

*“O povo brasileiro começando pelo Oriente a ocupação do território, concentrou-se principalmente na zona da mata, que lhe fornecia pau-brasil, madeira de construção, terrenos próprios para cana, para fumo e, afinal para café. A mata amazônica forneceu também o cravo, o cacau, a salsaparrilha, a castanha e, mais importante que todos os outros produtos florestais, a borracha. Os campos do sul produzem mate. Nos do Norte, em geral e nas zonas de vegetação xerófila, plantam-se cereais ou algodão e pasta o gado. A obra do homem chama-se capoeira...”* (ABREU:1963, p. 38).

Note-se que é o *homo economicus* em ação. A ocupação se dá através da ação econômica, da exploração dos recursos naturais. Há uma interação com a natureza, na medida em que o homem se adapta a cada um dos biomas brasileira. Por outro lado, Capistrano não se refere apenas ao Brasil de 1500, mas ao Brasil de 1907, quando café e borracha eram os principais produtos de exportação e, também, ao Brasil de 1500 a 1800, produtor de açúcar, fumo, algodão e produtos florestais. De qualquer forma, o

brasileiro se constitui enquanto tal na *interação com a Natureza*<sup>49</sup>, explorando os produtos nativos, como a borracha, mas modificando-a; introduzindo novos produtos, tais como a cana de açúcar e o café; enfim, destruindo-a ao abrir capoeiras. Uma ação cultural, como se verá a seguir.

## 4.2 A cultura, esteio do Povo

Em carta a seu conterrâneo, Guilherme Studart, Capistrano manifesta sua dúvida a respeito do povo brasileiro: seríamos um povo em formação ou em dissolução? (ABREU: 1954a, p. 182).

Apesar de amar o Brasil e muito esperar de seu país e seu povo, pois os maus brasileiros passam e o Brasil fica (ABREU: 1954a, p. 63) sua postura é de desalento, para não dizer pessimista. Para Capistrano a ave símbolo do nosso país seria o jaburu pois, apesar de sua beleza e grande porte, essa ave vive triste e apática, encostada em uma perna só, triste, triste (ABREU: 1954b, p. 21).

As dúvidas sobre a formação ou dissolução do povo e o pessimismo latente na escolha do jaburu como ave símbolo do país e, conseqüentemente, do seu povo, parecem indicar que Capistrano compartilha uma preocupação comum à chamada geração de 1870, qual seja a possibilidade de formação de um povo a partir da miscigenação intensa das “três raças”, o branco, o negro e o índio e os “problemas” advindos de tal miscigenação – especialmente a “degeneração” da raça branca em função da mistura com as “raças inferiores”, e a perpetuação dos “piores caracteres” de

---

<sup>49</sup> A respeito da importância da Natureza na obra de Capistrano, consultar os artigos de CORREA: 2006 e SECRETO: 2007.

cada raça entre a população – como bem analisado por Lilia Moritz Schwarcz (SCHWARCZ: 1993, p. 65).

Todavia, pretende-se demonstrar que a preocupação de Capistrano têm origem antes de uma postura *política e cultural ou culturalista* do que *étnica*. A preocupação com o presente do país frente a si mesmo e frente à realidade de outras nações, como os Estado Unidos e a Argentina, também influenciam Capistrano no seu esforço de entender a formação do povo brasileiro. Destaque-se que a percepção de que a abordagem de Capistrano é culturalista já foi aventada por outros autores, como José Carlos Reis, Eduardo F. Fellipe e Francisco José Calazans Falcon (REIS: 2008 , p. 97; FELLIPE: s.d., p. 56; FALCON: 2004, p. 73).

A preocupação em definir o Brasil por meio de sua cultura perpassa toda a obra de Capistrano, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro até sua morte na mesma cidade em 1927.

Já em 1876, Capistrano, recém chegado ao Rio, tendo em mente ainda as praias do Ceará e as obras de Agassis, Buckle, Comte e Taine, lembre-se uma vez ainda, participa de uma das muitas polêmicas travadas por Sílvio Romero<sup>50</sup>. Este acabara de publicar *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, obra na qual demonstra suas discordâncias em relação a Couto de Magalhães<sup>51</sup> e sua obra recém publicada, *O selvagem*. Romero propunha a tese de que a miscigenação com o negro seria o fator a distinguir o brasileiro do português, deixando de lado, segundo Capistrano, a influência da Natureza e a mescla com os índios (ABREU: 1976c, p. 4).

Baseando-se em Buckle, especificamente na obra *A civilização na Inglaterra*, Capistrano afirma que a natureza e a raça são fundamentais para a formação do “caráter

---

<sup>50</sup> A polêmica parece não ter determinado o fim das relações pessoais entre Romero e Capistrano pois, em 1916, Sílvio Romero é portador de um cartão de Capistrano a Carlos Jansen (ABREU: 1954b, p. 15).

<sup>51</sup> José Vieira Couto de Magalhães (1837-1889), político mineiro. Foi presidente das Províncias de Goiás, Pará, São Paulo e Mato Grosso. Importante folclorista, deixou as obras *Viagem ao Rio Araguaia* (1863), *O selvagem* (1876) e *Ensaio de Antropologia* (1894).



nacional” e da “estrutura da sociedade”. Todavia, não podem ser considerados como os únicos elementos desse processo uma vez que a natureza também é influenciada e modificada pelo homem e que houve, no caso do Brasil, intensa mestiçagem com o elemento indígena (ABREU: 1976c, p. 5-7).

Argumentando com Romero, Capistrano lembra que a miscigenação continuava a existir em 1876 e ainda mais intensa. Ora, se a miscigenação com o negro é o fator que explica o “atraso dos brasileiros” segundo Romero, então dever-se-ia verificar uma intensificação desse atraso em virtude da maior miscigenação (ABREU: 1976c, p. 11). É a armadilha apontada por Lília M. Schwarcz, ou seja, os intelectuais utilizam-se de teorias que condenariam o Brasil à inviabilidade enquanto Povo e Nação. Daí a necessidade de se realizar uma leitura seletiva dessas teorias, aclimatando-as à realidade brasileira (SCHWARCZ: 1993, p. 41).

Dando seqüência à polêmica, em segundo artigo com o mesmo título, ainda em 1876, Capistrano afirma que “*o fator étnico fornece uma explicação empírica e ilusória do nosso estado social*” (ABREU: 1976c, p. 18). É que os fatores étnicos, em que pese sua importância, não são suficientes para explicar o estado social do país. Influenciado pela Biologia e pelo Positivismo, Capistrano continua discorrendo sobre a importância da Natureza sobre o ser humano e a sociedade, especificamente sobre o “atrofiamento” de certas funções sociais, funções essas divididas em *industriais, morais, estéticas, científicas e governamentais*. Todas essas funções padeceram de um atrofiamento em função da ação da Natureza; seja a dispersão por uma área gigantesca, sejam as mudanças provocadas na agricultura ou, ainda, em função de outros fatores, como a ação da Metrópole no caso do alvará de 1785, proibindo a instalação de indústrias na Colônia (ABREU: 1976c, p. 18-24).

Há de se ter cuidado, pois não se pretende filiar Capistrano a um dos muitos *ismos* do século XIX. Dizer que ele foi influenciado pelo Positivismo, por Spencer, pelo determinismo do meio ou pela Biologia é quase um truísmo. O que cumpre ressaltar é que Capistrano parte de um ponto de vista *culturalista e político*, ou seja: o que importa, na formação de um povo é a sua cultura, a forma como os homens se organizam em sociedade e relacionam-se uns com os outros e com o meio onde vivem, bem como sua capacidade em se constituir em uma *comunidade política*, senhora de seu próprio destino. As bases para nossa *comunidade política* não estão na etnia e no necessário melhoramento da raça, proposto pelos eugenistas (DE LUCA: 1999; SCHWARCZ: 1993). Para ele, o grande melhoramento a empreender é *cultural*. É por isto que Capistrano insiste tanto na crítica à “mandruice intelectual”, à falta de cooperação e solidariedade e à falta de organização das rebeliões coloniais. Ele está a nos dizer “estudemos, organizemo-nos, sejamos solidários!! Só assim faremos face ao Estado todo poderoso!”.

De fato, apesar de a Natureza ser condicionante – o homem precisa adaptar-se ao clima e ao relevo, entre outros – ela não é de fato determinante. O ser humano e sua sociedade reagem sobre ela, transformando-a e modificando-a, mesmo em um intervalo de tempo relativamente curto como os três séculos de História do Brasil. Por sua vez, essas transformações influiriam na maneira dos seres humanos se organizarem em sociedade (ABREU: 1976c, p. 5).

Assim, estudar a História do Brasil significa estudar a própria constituição do povo brasileiro, na medida em que se configura enquanto cultura. Bem entendido, cultura como tudo aquilo que o homem faz bem próximo do conceito antropológico, não apenas no sentido, muitas vezes usual, de obras do espírito, como as artes, as leis ou

a religião. Também a cultura material, o vestir, o se alimentar, o construir, os hábitos, merecem e devem ser estudados na tentativa de se entender quem é o povo.

Não é por outro motivo que Capistrano demonstra tanto interesse pela Geografia e pela Economia. Essas disciplinas lhe permitiriam entender o substrato físico sobre o qual o ser humano constrói a sociedade, dando-lhe ferramentas para entender o homem integrando-se à Natureza. Sua predileção pela Geografia – “tão bela quão difícil ciência” – permite-lhe compreender o porquê do isolamento das capitanias, o que ocorreu muito em função do regime de ventos ao longo da costa, tantas vezes citado ao longo de sua obra. A Geografia auxilia ainda no conhecimento do território, tornando possível entender o desenvolvimento dos caminhos ao longo do período colonial (como os caminhos entre Maranhão e Bahia e entre esta e Minas, ao longo do São Francisco). A esse respeito pode-se citar o artigo publicado no *Almanaque Garnier* de 1904, justamente intitulado *A Geografia do Brasil* (ABREU: 1976b, p. 19-24), no qual Capistrano faz um levantamento da produção da disciplina desde os tempos coloniais, bem como as traduções por ele empreendidas de obras de estrangeiros sobre a geografia brasileira. Em carta a Guilherme Studart, lembra que havia traduzido *A terra e o homem* de Wappeaus, *Geografia Geral do Brasil* de Selin e *O homem e a terra* de Kirchhoff, todas elas transladadas do alemão (ABREU: 1954a, p. 158).

Já o seu interesse pela Economia, manifesta-se na leitura de economistas alemães, como Karl Bücher (1847-1930). O conceito de *economia naturista*, por exemplo, é importante dentro dos *Capítulos* para se entender a sociedade colonial e a importância dos grandes engenhos. Este conceito foi haurido da obra de Karl Bücher. Professor de universidades européias, Bücher propôs uma periodização da história econômica em três fases: economia doméstica fechada (autarquia sem trocas), economia urbana (permuta sem moeda, com produção direta para o consumidor) e economia

nacional. Utilizou-se essa divisão por certo tempo na análise da Idade Média e na passagem à economia moderna. Entre suas obras destacam-se *Die Entstehung der Volkswirtschaft* (O Surgimento da Economia Política), 1893; *Evolução Industrial, Estudos de História de Economia Política e Beiträge zur Wirtschaftsgeschichte* (Contribuição à História da Economia) de 1922 (SANDRONI: 2008).

Observe-se que as obras de Bücher obtiveram repercussão internacional. Entre as citadas, *Evolução Industrial* e *Estudos de História de Economia Política* foram traduzidas em outros países. A primeira nos Estados Unidos, em 1901 e a segunda na França, também em 1901, com prefácio de Henri Pirenne.<sup>52</sup> O conhecimento do alemão por parte de Capistrano facilitava em muito o contato com obras alemãs e demonstra sua preocupação constante em manter-se atualizado em relação às ciências sociais e ao mundo acadêmico europeu, especialmente da Alemanha. A já apontada ampliação epistemológica empreendida por Capistrano não é apenas uma declaração de princípios, trata-se de uma prática cotidiana, admirável tendo em vista a inexistência de universidades na época no Brasil, ainda mais levando-se em conta a preferência dos membros do IHGB por questões de ordem política (SCHWARCZ: 1993, p. 115).

Capistrano tem conhecimento da versão francesa dos *Estudos de História de Economia Política*, citando-a em carta a Afonso Taunay, a respeito da diferenciação entre economia doméstica e economia urbana, algo de que sente falta nas obras de Alcântara Machado e Oliveira Vianna (ABREU: 1956, p. 78). Novamente a questão epistemológica: é necessário analisar fatos tais como a vida do bandeirante – no caso de Machado – e a povoação da região meridional – no caso de Vianna – servindo-se de instrumental teórico apropriado, no caso os conceitos hauridos da economia política que

---

<sup>52</sup> Peter Spahn aponta a importância de Bücher no contexto acadêmico alemão na primeira metade do século XX, com destaque para o emprego por Max Weber dos cinco sistemas de exploração industrial definidos por Bücher em várias de suas obras. Para Spahn, Weber utiliza a obra de Bücher como se esta fosse dotada de uma espécie de “argumento de autoridade” (SPAHN: 2008).

permitem distinguir a divisão da economia colonial em duas esferas. Uma seria interna, o *oikos*, restrita ao interior do engenho e da fazenda. A outra seria externa, ligada ao mercado exterior via exportação. Em ambas, dispensa-se a cooperação. O engenho é praticamente auto-suficiente, suas relações comerciais são externas, diretamente com a Metrópole. A ausência de circulação de mercadorias entre as capitânicas ou províncias dificulta o desenvolvimento de laços econômicos entre a população das diversas regiões, o que, por sua vez, dificulta a consolidação de interesses econômicos comuns e a consolidação da Nação.

No total, o nome de Bücher é citado sete vezes ao longo da *Correspondência*. Além da indicação a Taunay, as obras de Bücher são recomendadas também para João Lúcio de Azevedo, Paulo Prado (ABREU: 1954b, p. 220, 290 e 425), e Guilherme Studart (ABREU: 1954a, p. 163). A citação mais antiga é de 1903, época em que estava “metido na economia política até os olhos” (ABREU: 1954a, p. 163). As indicações a Taunay são de 1917 e aquelas a Azevedo e Prado são de 1922, com a ressalva de que alguns dos ensaios do economista alemão estavam “em parte antiquados” (ABREU: 1956, p. 242).

Percebe-se que a preocupação de Capistrano com a economia é uma constante, bem como a necessidade de se manter informado sobre o assunto. Tudo isso indica a forte influência dessa disciplina no pensamento capistraneano, especificamente da economia política.

Segundo Pirenne, a obra de Bücher não se caracteriza pela procura de leis econômicas atemporais a serem aplicadas a qualquer situação ou época. Pelo contrário, o professor alemão procura distinguir as características diversas de cada época, atentando para suas nuances mesmo que o objetivo seja, ao final, uma obra teórica de economia política (BÜCHER: 1901, p. III-XII).

Essa percepção da alteridade, da transformação da economia ao longo do tempo e do espaço talvez seja a principal lição de Bücher a Capistrano, mais do que os conceitos de *economia naturista* e de *economia urbana ou monetária*. Dessa forma, ele pôde perceber a importância do fato econômico na História do Brasil, bem como as transformações no desenvolvimento da economia.

Talvez seja por isso que Capistrano considere as Capitâneas Hereditárias, verdadeiros resquícios do feudalismo, justamente em função do predomínio da economia naturista. Como será exposto mais à frente, a influência das idéias econômicas não se restringe a este aspecto.

Ora, ao se discorrer sobre economia, quer se mostrar que um dos fatores que serviram de liga para a formação do Povo/Nação foi justamente o fator econômico. Assim, como analisado no capítulo anterior, *Entre redes e quadros de ferro*, as minas e conseqüentemente o sertão, são um espaço no qual se desenvolvem atividades econômicas que criam um mercado comum, interno. Esse fato econômico leva, entre outras conseqüências, os portugueses e brasileiros a procurar o sertão, deixando de andar como caranguejos, de lado, ao longo do litoral. Como já analisado, não basta o esforço dos bandeirantes, é necessário a conjugação de esforços, incluindo os econômicos, das diversas províncias para se garantir a ocupação do sertão.

As referências constantes a Bücher indicam justamente a importância dada ao tema por Capistrano, como a necessidade de se buscar suporte teórico para melhor compreendê-lo. Quando se lembra, citando Pirenne, que o maior ensinamento da obra do professor alemão é a percepção da historicidade do fato econômico, sempre em permanente mudança, está-se sugerindo que Capistrano também percebeu tal historicidade. Evidência ao contrário, sua crítica à nossa agricultura de *post patrum*

indica um posicionamento crítico aos interesses da lavoura exportadora, que deve dar lugar a uma agricultura que garanta a segurança alimentar do país.

A preferência de Capistrano por crônicas ou relatos de viajantes advém justamente de sua preocupação com a Geografia, a Economia e a Cultura. Por meio desses relatos, ao contrário dos documentos oficiais, seria possível aproximar-se dessa cultura em construção, descrita por aqueles que apenas passam, os viajantes, e relatam suas impressões sobre o país, ou aqueles que ficam por toda a vida ou por longo tempo, como Antonil. Este, observador privilegiado, pois elemento importante dentro da hierarquia da Companhia de Jesus no Brasil, preocupado em apontar “o segredo do Brasil aos Brasileiros”, suas riquezas, advindas do trabalho de escravos e homens livres. Como bem observou José Carlos Reis, Capistrano também queria ensinar tal segredo e, para isto, valorizou nossa História e nosso povo, mestiço e rebelde (REIS: 2006, p. 108-109).

Além do exemplo de Antonil, são vários os outros que poderiam ser lembrados como indícios dessa preferência de Capistrano. Assim, a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, por ele editada, ou a *Missão dos padres capuchinhos* de Claude d’Abeville, igualmente por ele editada ou, ainda, sua grande admiração por Fernão Cardim bastam para atestar a afirmação.

Flora Süssekind lembra que a apropriação do olhar do viajante pelos românticos brasileiros se dá a partir do ponto de vista naturalista, um olhar de naturalista, que contempla e descreve a paisagem (SÜSSEKIND: 1990, p. 60). Capistrano, pelo contrário atenta muito mais para o olhar humano, ousaria dizer antropológico. Assim, a respeito do Primeiro Reinado, a fonte principal é o relato do soldado alemão Boeshe, do qual seleciona apenas o que diz respeito à condição de vida dos mercenários estrangeiros contratados por D. Pedro I, ou à pessoa do jovem Imperador e de sua

esposa. Nos *Capítulos*, os viajantes são chamados a depor não a respeito da natureza, mas da cultura do Brasil. Nos diversos prefácios e artigos que escreveu para ou sobre as obras dos cronistas coloniais, predomina a preocupação de olhar para a Cultura: como as pessoas viviam e como se relacionavam.

Ter-se-ia, então, uma única cultura brasileira e, conseqüentemente, um povo unitário, à semelhança de um Brasil Império unitário, quase que indissolúvel? Ao que tudo indica, não. Capistrano tem uma grande sensibilidade para com a diversidade do vivido e percebe o dissenso latente no Brasil colonial. Para ele, a sociedade colonial era profundamente marcada pela *hierarquização social*. O posicionamento dos colonos na hierarquia traçada por Capistrano tem como base a *posse da terra*. Não se busca nas várias teorias de caráter étnico-racial a justificativa para o pertencimento dos naturais da terra, dos africanos e de seus descendentes, a mais “ínfima camada”. Os mulatos, por exemplo, podiam ascender socialmente, ocupando “altas posições” (ABREU: 1963, p. 46). Apesar da influência do meio sobre os índios, que “dispensa a cooperação”, também não se utiliza o critério “antropogeográfico” de Ratzel como maneira de hierarquizar a sociedade. O que define a importância do indivíduo na sociedade colonial é a **posse da terra**: um fato econômico.

Por esse critério, os brancos livres parecem muito mais próximos dos escravos do que do “opulento senhor” de engenho na hierarquia capistraneana. No máximo, o que se pode colocar como elemento de diferenciação entre os proprietários é o acesso ao mercado externo. De fato, “*o senhor de engenho opulento remetia a safra diretamente para o Reino e recebia o pagamento de além mar*” (ABREU: 1963, p. 94), em contraste com os lavradores ou criadores de gado, muito menos importantes, que vendiam seus produtos apenas para o mercado interno, ou do que os senhores de engenho que necessitavam de atravessadores para conseguir vender sua safra para a Metrópole.



A posse da terra não estava diretamente ligada à riqueza pecuniária, dada a falta endêmica de moeda circulante, levando a um “endividamento geral”, mesmo dos “opulentos senhores” (ABREU: 1963, p. 95). A prerrogativa de emitir dinheiro e designar um valor diferenciado para as moedas da Colônia em relação às moedas da Metrópole gerou revolta entre o povo e o gentio, como analisado por Capistrano no artigo *Paulítisca. A pretexto de uma moeda*<sup>53</sup> (ABREU: 1976a, p. 81-96). Mais uma vez, percebe-se a influência das leituras de economistas alemães.

Implica dizer que a divisão da sociedade com base num fato econômico é, conseqüentemente, *fato cultural* e não algo “natural”. O historiador não pode considerar a economia como algo dado, sem maiores implicações para o modo como as pessoas vivem.

O ponto de vista cultural não se restringe aos fatos econômicos. A divisão entre Norte e Sul, por exemplo, é apresentada em termos claramente culturais. Pode-se distinguir as duas regiões, entre outros aspectos, por sua culinária, como no caso da pamonha, preparada de modos diferentes no Norte e no Sul (ABREU: 1963, p. 211). Outro ponto que possibilita a distinção é a quantidade e o trato do “gado cavalariço”. Enquanto no Sul – especialmente no Rio Grande do Sul e no Paraná – o número de cavalos era proporcionalmente maior, a ponto de se matarem éguas para aproveitamento da carne e do couro; no Norte o rebanho era muito menor e o cavalo de sela era “*promovido quase a parente da família!*” (ABREU: 1963, p. 217-218).

Também as divisões entre “potentados” e o “povo comum” podem ser percebidas na alimentação. Os “potentados” possuíam em suas casas “ucharias”<sup>54</sup> sempre prontas para receber quantos convidados surgissem ao longo do dia, oferecendo-lhes as mais deliciosas viandas. Mas “*a vida do povo comum dizia mal com estes*

---

<sup>53</sup> Este foi o único artigo publicado na *Revista do Brasil*, em abril de 1917, como analisado no primeiro capítulo.

<sup>54</sup> A ucharia é a despensa real.

*esplendores: a canjica, alimento da maioria da população, dispensava sal, porque este ingrediente não chegava para todos”* (ABREU: 1963, p. 129).

Um fato cultural, a alimentação, permite uma conclusão política e econômica: a divisão social em grupos distintos, o povo comum e os potentados, bem como a supremacia desse último grupo sobre o primeiro, sim, pois o sal chegava apenas para os mais poderosos e não para os dominados.

A descrição dos hábitos alimentares não se restringe à essa passagem. De fato, uma das páginas mais saborosas dos *Capítulos* é justamente aquela em se descrevem as agruras dos primeiros pecuaristas a estabelecer fazendas de gado ao longo dos rios do sertão, como o São Francisco e o Velhas. Fora a carne e o leite, faltavam os outros alimentos, até mesmo a farinha de mandioca, devido à ausência de chuva. As frutas e o mel silvestre, por sua vez, eram avidamente consumidos, diante da carestia geral. Os monjolos<sup>55</sup>, aos quais Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA: 1957, p. 226-230), daria depois grande importância, faltavam nessas primeiras fazendas. Na mesma página, Capistrano dá destaque a uma das principais características do sertão brasileiro: o uso irrestrito do couro para todos os fins: da vestimenta e confecção de roupas até a feitura de ferramentas ou utensílios como as bruacas. Para ele, “*pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro*” (ABREU: 1963, p. 147). Caio Prado Júnior liga também grande importância a esse aspecto da vida sertaneja – a utilização intensiva do couro – dedicando-lhe um capítulo específico na *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JÚNIOR: 2002).

A existência dos monjolos marca a fronteira entre os avanços de paulistas, de um lado, seus utilizadores, e de pernambucanos e baianos, de outro lado, que não o

---

<sup>55</sup> O monjolo é uma máquina hidráulica utilizada para triturar grãos. Consiste em um braço de madeira apoiado sobre um pilar, formando uma gangorra. Uma das pontas do braço é furada, recebendo a água de algum córrego próximo. A água faz pesar esta extremidade, que bate no chão, fazendo com que a água transborde, voltando o braço à posição inicial. A outra extremidade do braço tem a forma de um pilão, que cai sobre o grão contido em um recipiente próprio, triturando-o.

utilizavam. Assim, segundo Capistrano, enquanto que os primeiros preferiam os vales, justamente em função da existência de cursos de água, os últimos preferiam os lugares altos, uma vez que não utilizavam o instrumento. Mais uma vez, utiliza-se também a alimentação como elemento diferenciador. Os paulistas pilavam o milho, utilizando-o sob forma de canjica, mas canjica, note-se bem, “no sentido do Sul”, o que chamaríamos hoje de Sudeste, além do costume de fermentar o fubá e a farinha antes da torrefação e de preferirem a carne de boi ante a de porco. Todos estes elementos indicariam a presença dos paulistas (ABREU: 1963, p. 211-212).

Observe-se a importância epistemológica da passagem: ao se utilizar a alimentação como indicio para se entender o povoamento do interior e a importância de cada corrente migratória, eleva-se um *costume cultural*, a culinária, ao estatuto de *documento histórico*. Ciente dessa diferenciação, um historiador em viagem pelo Brasil poderia, *a priori*, distinguir se a região foi ocupada por paulistas ou pernambucanos sem necessariamente consultar um *documento escrito*, apenas atentando para os hábitos alimentares da população.

Os nomes de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior não são citados apenas como contraponto. Ainda que sem o necessário desenvolvimento, quer-se apontar o caráter seminal de Capistrano em relação à chamada geração de 1930, da qual Sérgio e Caio foram dois dos maiores nomes. Muitos dos temas trabalhados por estes autores em suas obras foram inicialmente desenvolvidos por Capistrano. José Honório Rodrigues já há muito lembrou a iniciativa de Capistrano em estudar temas novos, até então deixados de lado pela historiografia, como o povoamento do sertão e a história da inquisição (RODRIGUES: 1963, p. 6-7).

A questão alimentar, parte da cultura, remete a uma questão atual à época. Em mais de uma passagem, Capistrano lembra que o Brasil, desde os tempos coloniais até o

começo do século XX primara pela produção de “sobremesas”: o açúcar, o café, o cacau e a aguardente. Mas a produção de alimentos, especialmente o trigo, ainda estava longe de atender a demanda interna, colocando-nos em posição de inferioridade diante de países vizinhos como a Argentina, ou diante daquele que sobressaía como potência emergente, os Estados Unidos.

Assim,

*“Se fosse possível jantar café... Nossa lavoura (Derby não gostava que se dissesse agricultura) só alvejou o post prandium. Açúcar, doces os mais saborosos, café odorífero, charutos fragrantos, pinga crioula, que bela sobremesa! É de tirar um padre do altar.” Carta a João Lúcio de Azevedo, de 15 de novembro de 1916 (ABREU: 1954b, p. 21).*

Ter-se-ia aqui mais uma vez a influência das leituras econômicas de Capistrano, especialmente dos escritos de economia política? A questão deixa de ser meramente cultural, a alimentação, e passa para o plano da segurança alimentar da Nação. Para um cearense, acostumado com as secas que flagelavam – e ainda flagelam – sua província natal, a preocupação é evidente.

Assim, em sua correspondência com outros cearenses, como Domingos Jaguaribe, transparece a preocupação com a precária situação de seus conterrâneos. Desde a fundação de comitês para a arrecadação de recursos até a promoção da imigração de cearenses para o Sul, promovida pelo Estado ou por particulares – no caso o próprio Jaguaribe, grande proprietário em Campos do Jordão – Capistrano deixa transparecer sua vontade em colaborar para minimizar os efeitos da carestia (ABREU: 1954a, p. 39-42).

Mas as preocupações de Capistrano com a produção de alimentos e a garantia de auto-suficiência alimentar são mais antigas. Em 1892, ele escreve as *Instruções para os imigrantes*, texto que tinha por objetivo auxiliar na propaganda imigratória na Europa com destino ao Rio de Janeiro. O que chama a atenção é o fato de Capistrano sugerir aos imigrantes que cultivem alimentos como arroz e feijão para serem vendidos no mercado interno. Nada de parecerias para a produção de mais “sobremesas” (SECRETO: 2004, p. 43-45).

A crítica às nossas elites e à “vocação agrícola” por elas defendida, na verdade “vocação *post prandium*”, é contundente: não se garantia sequer a segurança alimentar de seus cidadãos. Nesse sentido, Paulo Prado – membro de uma das maiores famílias produtoras e exportadoras de café – também é criticado, ainda que este não seja o objetivo de Capistrano.

#### **4.3 Da questão étnica na obra capistraneana**

Ao afirmar, em 1876, que a questão étnica deveria ser desconsiderada como um elemento importante para se explicar a formação do Brasil e de seu povo, Capistrano realiza um dos passos fundamentais da operação historiográfica, segundo Michel de Certeau: delimita os temas pertinentes, que devem ser estudados pela comunidade de historiadores e, quem sabe, vir merecer a honra da página impressa. No caso em questão, Capistrano delimita um “não problema”: o étnico. Ao afirmar que “*o fator étnico fornece uma explicação empírica e ilusória do nosso estado social*” (ABREU: 1976c, p. 18), como já lembrado acima, ele indica aos seus interlocutores que tal tema

não deve ser estudado, os esforços dos historiadores devem ser canalizados para questões mais importantes. Todavia, como demonstrado logo à frente, Capistrano faz uma “opção preferencial pelos índios”, a ponto de Nilo Odália afirmar: “*Capistrano de Abreu é o exemplar único de uma interpretação histórica que privilegia o indígena*” (ODÁLIA: 1997, p. 15). De maneira que o “não problema” acaba por se limitar ao negro. Não há, no entanto, uma exclusão do negro da história capistraneana. Pior do que isso, ele entra de maneira irrefletida, sendo tratado a partir dos jargões e estereótipos comuns à historiografia do XIX, como bem observou Ronaldo Vainfas (VAINFAS: 1999b, p. 3) Ao afirmar que a questão étnica é um “não problema”, Capistrano dá a impressão de utilizar um ardil para fugir do problema.

Mas com quem Capistrano dialoga em relação à questão étnica? Em primeiro lugar, com Martius e sua tese *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1842, vencedora do concurso promovido pelo IHGB com o intuito de determinar um norte para a elaboração de nossa história (MARTIUS: 1982). Para o bávaro, o brasileiro era povo em formação, resultante da confluência de três “raças”: o branco, o negro e o índio. O branco, português, era o principal elemento das três raças, a tal ponto que “*o sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos afluentes as raças índia e etiópica*” (MARTIUS: 1982, p. 88). Em certa medida, a postura de Capistrano é crítica a Martius.

Ao contrário de outros historiadores do século XIX, que insistem em uma unidade primordial da Nação sob a liderança do branco e da casa de Bragança, Capistrano não se cansa de indicar o dissenso, a falta de unidade e as lutas internas. Ao final da leitura do sétimo capítulo dos *Capítulos de História Colonial*, justamente intitulado “*Franceses e espanhóis*”, fica-se com a impressão de que um Brasil português e unitário é quase que obra do acaso. Disputado por França e Espanha,

mantido graças ao apoio dos Tupis e a existência de alguns bastiões, como Pernambuco e São Vicente, a conquista portuguesa na América do Sul parecia prestes a implodir devido às divergências entre as “três raças” (ABREU: 1963, p. 96) ou às tensões entre as “ínfimas camadas” e os “senhores opulentos”. Nada de convergência, o Brasil colonial de Capistrano de Abreu é um caldeirão étnico, social, militar e cultural, prestes a implodir. A História mais uma vez é múltipla. Desde o começo da colonização paira a dúvida a respeito da soberania sobre o Brasil, pois portugueses e franceses disputavam o pertencimento desta porção da América meridional. O destino poderia ser outro, poderíamos ser habitantes do *Brésil*, caso não se tivesse assistido, apenas em 1615, a “derrocada final dos franceses”, após um século de resistência (ABREU: 1963, págs. 59 e 93).

Ao longo dos *Capítulos*, Capistrano demonstra de forma inequívoca o país como mestiço desde os primeiros anos da colonização e, mais grave, a violência do processo de aculturação, que leva membros de uma mesma raça a se verem como diferentes. Nada mais distante da “democracia racial” de Gilberto Freyre. De fato, “*Pau Brasil, papagaios, escravos e mestiços, condensam a obra das primeiras décadas*” (ABREU: 1963, p. 56). Relembra Antonil, para quem o “*Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos.*” (ABREU: 1963, p. 47). Reconhece que os indígenas deixaram de ser retratados como “bons selvagens” – como o fez Caminha em sua carta – e passaram a ser vistos como antropófagos bárbaros, remidos apenas pela escravidão, contrastando com os aculturados e incorporados Moacir e Peri de José de Alencar e demonstra claramente que a colonização e a integração entre as três raças se dão de maneira conflituosa, violenta, cruel (ABREU: 1963, p. 54). Preocupa-se em apontar a participação dos judeus, sob a roupagem de cristãos novos, na formação da população, nos próprios *Capítulos* (ABREU: 1963, p. 54), em artigo sobre Antônio José, o Judeu,

(ABREU: 1976a, p. 25-40) e na famosa frase “o povo capado e recapado, sangrado e ressangrado” (ABREU: 1954b, p. 166.). Afirma que São Paulo teve sua origem, vitoriosa sobre a serra e a mata, na boca do sertão, nas “cabanas de João Ramalho e dos mamalucos seus filhos e parentes”<sup>56</sup> (ABREU: 1963, p. 69). Denúncia o desaparecimento dos índios, “gastos” aos milhares nos primeiros engenhos, o que leva à crescente “importação africana” (ABREU: 1963, p. 78). Enfim, a constatação da miscigenação e, conseqüentemente, do brasileiro como um povo mestiço se dá ao longo de toda a obra, ressaltando sempre que tal processo se faz de forma violenta, repleta de antagonismos.

Capistrano posiciona-se claramente em dissonância em relação aos românticos dos anos 1830 e 1840. Como esclarece Flora Süssekind, escritores como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e Pereira da Silva criaram uma imagem do Brasil baseada num distanciamento, uma vez que o narrador, por mais que se aproxime desse Brasil, não consegue encontrá-lo. Daí a idealização de um país composto somente por natureza, em que se excluem de forma planejada: mulheres, escravos, divisões internas, rebeliões. Ao mesmo tempo, emerge a imagem de um Império uno, católico, indiviso, bragantino e natureza exuberante (SÜSSEKIND: 1990, p. 11-34).

Não é de se espantar, portanto, que ao final dos *Capítulos de História Colonial*, se apresente um quadro desolador para o começo do século XIX, sem vida social, sem consciência nacional, sem planos concretos para a independência. Apenas cinco grupos etnográficos, dispersos por cinco regiões diversas, unidos pela língua e pela religião (ABREU: 1963, p. 228).

Este é ponto importante na concepção historiográfica capistraneana: não há um devir histórico dado ou obrigatório. A História é múltipla, com possibilidades várias. O

---

<sup>56</sup> Origem bem mais “humilde” do que as “raças arianas” que teriam presidido nossa formação, segundo Oliveira Vianna (VIANNA: 1938, p. 15).



futuro depende dos seres humanos e de suas ações sendo, portanto, algo continuamente construído. A esse respeito, a passagem dos *Capítulos*, na qual Capistrano define a situação da conquista portuguesa na América em começos do século XVII é esclarecedora:

*“A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade. Dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade”* (ABREU: 1963, p. 96).

Eis a denúncia da desunião, não só entre as diversas raças, mas dentro de cada uma delas. As diferenças entre os diversos grupos étnicos só diminuirão a partir de meados do século XVII, com a guerra contra os holandeses servindo de elemento unificador, no caso do Norte, e “por meios diferentes” nas outras capitanias.

Apesar de apontar o Brasil como país mestiço e de denunciar a cruza da miscigenação, percebe-se dentro da obra capistraneana uma diferenciação no tratamento dispensado ao índio e ao branco, de um lado, e ao negro, de outro. É notória a maior importância dada ao índio e ao português do que ao negro. Esse, ainda que presente, ocupa muito menos espaço tanto nas páginas das obras como na concepção de História.

Na apreciação de cada “raça” Capistrano segue os estereótipos comuns à época, definindo o português como “taciturno”, o índio como “sorumbático” e o negro como

“alegre” (ABREU: 1963, p.47). Chega a afirmar que a importação de escravos africanos atendia a necessidade de trabalhadores “*mais fortes e mais próprios para a pesada labuta agrícola*” (ABREU: 1963, p. 141).

Aqui Capistrano dialoga com seu principal interlocutor, Sílvio Romero. Como salientado acima, um ano após sua chegada ao Rio de Janeiro, Capistrano trava polêmica com Romero, colocando-se à favor do índio como elemento diferenciador do brasileiro em relação ao português. A postura de Capistrano será mantida por toda sua vida e obra.

A admiração de Capistrano pelos índios transparece freqüentemente, o que não acontece em momento nenhum com o africano. A título de contraponto, convém demonstrar mais detidamente sua relação com os índios e seu estudo. Assim, como já vimos, coube ao índio a retaguarda da retirada de Matias de Albuquerque. As missões jesuítas são vistas como um ponto alto de nossa História, quando os índios, sob a orientação dos jesuítas, constroem verdadeiras cidades, autônomas e auto-suficientes. Mais ainda, Capistrano coloca-se decididamente ao lado do indígena contra o bandeirante, como visto no capítulo *Entre redes e “quadro de ferro”*. Todavia, o mesmo não acontece em relação a Palmares. Apesar de citado nos *Capítulos*, a citação é rápida e o contexto é o da participação dos paulistas no devassamento do sertão nordestino, que foi fundamental na derrocada final do quilombo (ABREU: 1963, p. 131), enquanto que em relação aos índios a denúncia contra a barbárie dos bandeirantes é evidente.

Por outro lado, Capistrano volta-se para o estudo do Bacairi e do Caxinauá, trazendo índios do sertão para pleno Rio de Janeiro. Em momento algum, transparece sequer a idéia de se estudar as línguas africanas, algo possível num Rio negro, repleto de africanos ou de seus descendentes. Lembre-se que Capistrano aportou na baía da

Guanabara treze anos antes do fim da escravidão, seria relativamente fácil enveredar por este caminho.

O tráfico de africanos ao longo do Atlântico, questão econômica da maior importância para o período colonial e boa parte do Império é deixado de lado por Capistrano. Todavia, ele parece não desconhecer o problema, pois lembra da importância da extinção do tráfico em dois momentos, nos artigos *Fases do Segundo Império* (1925) e *O Brasil no século XIX* (1900) (ABREU: 1976b). Ao mesmo tempo, consagra a década de 1850 como a mais brilhante do Império, marcada pela expansão cafeeira, a introdução de ferrovias e telégrafos e a ação empreendedora de Mauá, que conquistara a confiança dos capitalistas “indígenas” e ingleses (ABREU: 1976b, págs. 81 e 94). Não é possível afirmar, com base nas passagens citadas, que Capistrano faça uma relação direta entre o fim do tráfico e a inversão dos capitais nele utilizados para o incremento da economia mas, de qualquer forma, a questão da imobilização dos parcos capitais existentes no período colonial é uma questão que poderia ter sido desenvolvida mais detidamente nos *Capítulos*. Mesmo porque, a percepção da escravidão como problema econômico não é estranha a Capistrano. Com base em Saint Hilaire, ele lembra que os fazendeiros fluminenses que plantavam café utilizavam todos os seus recursos para comprar escravos, fonte de sua riqueza (ABREU: 1963, p. 213). Por outro lado, atenta para a utilização de “negros africanos” como escravos nas fazendas do sertão, não como “fator econômico”, e sim como “elemento de magnificência e fausto”, “como sinais de abastança” (ABREU: 1963, p. 150).

Mas o que levaria a esta marginalidade do negro dentro da obra de Capistrano?

As hipóteses levantadas a seguir não têm o objetivo de “desculpar” ou “justificar” o nosso autor. O objetivo de Capistrano de elaborar uma História que mostrasse aos brasileiros a força e necessidade de sua união – como aventado no

capítulo primeiro – perde força e legitimidade na medida em que deixa à margem o negro. Sim, pois se alguém em nossa História foi capado e recapado, sangrado e ressangrado, esse alguém é o negro, indubitavelmente.

Dito isso, as hipóteses que se levantam podem contribuir para se entender essa marginalidade, quando não ausência, na obra de Capistrano e mesmo em nossa historiografia.

Em primeiro lugar há que se considerar a preferência de Capistrano pelo índio. Nesse sentido, há a sua vinculação, já apontada, a um dos principais nomes do indianismo, senão o principal, José de Alencar. O indianismo, ao volver seu olhar para o passado pré colombiano e para os primeiros habitantes da América em busca de nossas raízes, eleva à condição de personagem principal o índio, ainda que um índio muito distante do habitante das florestas. Esse ponto já foi bastante estudado por vários intelectuais (OLIVEIRA: 2002). O sucesso do indianismo foi tal, inclusive, que espalhou sua influência sobre diversos dos nossos historiadores. Nesse sentido, é importante lembrar que a posição hegemônica nos Institutos Históricos era claramente favorável ao índio, inspirada no romantismo indianista, visto como passível de civilização, ao contrário do negro, sobre o qual incidiria o peso da impossibilidade da adaptação (SCHWARCZ: 1990, p. 113). Alias, o livro *O Selvagem*, de Couto de Magalhães, ponto da discórdia entre Romero e Capistrano, tem o objetivo explícito de incorporar os índios brasileiros e suas terras à Nação, aproveitando seus braços para o trabalho produtivo em terras ricas, mas incultas até então (MAGALHÃES: 1876, p. VII-XVI).

A posição de Capistrano em relação aos historiadores e instituições contemporâneas é difícil de ser delineada. Apesar de não concordar com Silvio Romero em relação à proeminência do negro na formação do brasileiro, aproxima-se desse autor

no que diz respeito à constatação da mestiçagem como uma realidade brasileira. Todavia, não o acompanha no que diz respeito ao seu “arianismo de conveniência”, ou seja, a percepção de uma raça mais forte, a branca, que acabaria prevalecendo através da mestiçagem (SCHWARCZ: 1990, págs. 115 e 154). Trata-se do “branqueamento da população”, defendido por autores como Roquete Pinto (SCHWARCZ: 1990, p. 97) ou Oliveira Vianna, que diz da “evolução arianizante” da miscigenação no Brasil (VIANNA: 1938, p. 9). Em Capistrano, não se observa a preocupação em definir um vetor para o povo, no caso o branqueamento ou arianização. Há, sim, a constatação da mestiçagem como elemento constitutivo do povo e uma angústia em relação ao que seja esse povo, mas é uma angústia que resta em aberto, que não o impede de perceber a crueza com que foi feita a mestiçagem ou a possibilidade de sucesso dos mestiços.

Mas, a identificação com o indianismo da maioria dos membros do IHGB não é total. Se há um sujeito em comum, o índio, ele não é substancialmente o mesmo, pois se o índio é visto pelo IHGB como capaz de civilização, para Capistrano o índio corre o risco da extinção e sua “civilização” implica em sua aculturação através da evangelização ou através da força, como no caso dos bandeirantes. Também não se percebe em Capistrano a “pesada carga da impossibilidade de adaptação” votada pelo IHGB aos negros (SCHWARCZ: 1990, p. 113).

Por outro lado, Capistrano como que sofre de uma “deformação profissional” ao empreender grandes esforços para dominar a cultura indígena em todas as suas variantes. É importante lembrar que seus estudos etnográficos alcançaram repercussão e reconhecimento imediato e posterior, dentro e fora do país. Teodoro Sampaio é um dos que admiram os trabalhos capistraneanos, da mesma forma que Egon Shaden o considera um precursor de valor (SHADEN: 1979). Já se ressaltou a posição de Beatriz

Protii Christho, para quem Capistrano alcançou reconhecimento dentro do pequeno, seleto e internacional círculo de sul-americanistas (CHRISTINO: 2006).

Quando se diz “deformação profissional”, quer-se dizer que Capistrano investiu grande soma de tempo, dinheiro e esforços em seus estudos etnográficos. Ao todo, moraram com Capistrano seis índios, dois caxinauás e quatro bacairis (ABREU: 1954b, p. 361). Imagine-se o tempo gasto para entrevistar cada um desses índios e o posterior trabalho de escrita dos vocabulários, lendas, histórias, entre outros. Mais ainda, há que se considerar os esforços de Capistrano em dominar, ainda que minimamente, o tupi, a língua geral, o que transparece ao longo de sua correspondência, quando corrige Paulo Prado a respeito do significado de determinados termos, ou quando é consultado a respeito do significado de tantos outros termos, por outros correspondentes.

A Etnográfica e a Lingüística, levam-nos a um terceiro fator, ainda que distinto, a predileção por épocas, os primeiros anos da colonização, e regiões, o sertão, onde a importação de africanos como escravos foi menos importante. De fato, a pecuária, por exemplo, caracterizou-se largamente pela utilização da mão de obra livre, adotando como forma de pagamento a entrega de determinado número de rezes ao vaqueiro. Ao fim de alguns anos o próprio vaqueiro poderia constituir sua fazenda (CAIO PRADO: 2002, p. 1289).

Também suas pesquisas documentais voltam-se para autores que lidaram sobretudo com os índios, como é o caso dos franciscanos, jesuítas e capuchinhos por ele pesquisados. Nessa medida, a historiografia capistraneana repete suas fontes, as obras de Fernão Cardim, Vicente do Salvador, Simão de Vasconcelos, Anchieta, Montoya, Nóbrega, Antonil, Claude d’Abbeville, André Thevet, Antônio Vieira, entre outros, preocupados muito mais com a catequização dos índios, deixando de lado o negro. Na verdade, o jogo é de mão dupla, pois é de se pensar se Capistrano não procura

justamente estas fontes que privilegiam o indígena em função de sua concepção de história. Afinal, como já visto, desde 1876, afirmava ser o índio o principal elemento diferenciador entre o brasileiro e o português.

De outra forma, com um olhar mais atento ao negro, poderia ter investido parcela de seu tempo e seus esforços na pesquisa de fontes que permitissem estudar a vida dos africanos e de seus descendentes no Brasil. Há aí certa dificuldade, pois se os negros, assim como os índios, não produziram ou produziram pouquíssima documentação escrita sobre si mesmos; pelo menos os nativos americanos encontram quem deles se ocupasse, como o demonstra a lista de religiosos listados acima.

As hipóteses lançadas aqui só vêm reforçar a ausência sentida, a do negro e sua cultura. Mesmo que fruto de uma opção pessoal pela centralidade do índio em nossa história, essa ausência acaba por refletir posição comum na historiografia do período. Vicente Licínio Cardoso e Euclides da Cunha em suas obras *À margem da História do Brasil* e *A margem da História*, criticam a historiografia de então por deixar à margem diversos temas, como o movimento de ocupação do sertão, especialmente no entorno do rio São Francisco, o rio da “unidade nacional” (CARDOSO: 1979, p. 25-26), mas continuam a manter o negro a margem de nossa história.

Todavia, a constatação da miscigenação como um dado histórico, bem como a constatação da possibilidade de sucesso e ascensão social e, mais ainda, a afirmação de que a questão étnico racial não é suficiente para explicar as singularidades de nosso povo, destoam da utilização constante do argumento racial para a justificativa de políticas conservadoras ou rígidas hierarquias sociais, nas quais os indivíduos desaparecem frente ao coletivo amorfo da raça, tudo isso explicado e corroborado por uma argumentação científica (SCHWARCZ: 1990, p. 241-242).

Assim, baseando-se em John Luccock, Capistrano afirma:

*“Os mulatos, gente indócil e rixenta, podiam ser contidos a intervalos por atos de prepotência, mas reassumiam logo a rebeldia originária. Suas festas, menos cordiais que as dos negros, não raro terminavam em desaguisados; dentre eles saiam os assassinos e capangas profissionais. Crescendo em número, desconhecera, e afinal extinguiram as distinções de raça e foram bastantes fortes para romper com as formas do convencionalismo vigente e viver como lhes pedia a índole irrequieta.”* (ABREU: 1963, p. 222).

Se permanece a caracterização estereotipada, *o mulato irrequieto, rixento, indócil, assassino*, a possibilidade de ascensão social parece ser associada justamente à este caráter rebelde, inconformado com os atos prepotentes. Evidentemente, os atos pré-potentes são executados por potentes, potentados. Se a rebeldia não permite que o Povo/Nação freie os ímpetos dominantes do Governo/Estado, ela permite, todavia, a vitória de um grupo étnico, os mulatos. Aliás, este grupo ainda contaria com a graça das mulatas, com seus “dengos e requebros lascivos” (ABREU: 1963, p. 222).

Por outro lado, a continuação da dominação sobre o escravo negro também se deve, para Capistrano, ao seu caráter, pois *“sua alegria nativa, seu otimismo persistente, sua sensualidade animal sofriram bem o cativeiro.”* (ABREU: 1963, p. 221).

Tem-se, então, uma posição dúbia, que não se alinha com as posições hegemônicas do IHGB, de Silvio Romero ou das Faculdades e Museus do período. Se a caracterização capistraneana do negro e do mulato é baseada em estereótipos racistas, essas características acabam por apontar a possibilidade de quebra da rígida hierarquia social, pelo menos no caso dos mulatos. Assim, a mestiçagem é valorizada não apenas por “produzir” elementos mais aptos ao



meio, mas em função da sua rebeldia, da possibilidade de alargar as franjas da participação popular, de transformar o povo em nação.

Ainda mais que a mestiçagem parecia ser a regra geral, uma vez que o “preconceito de cor agonizava” no país, restrito às irmandades e aos corpos dos Henriques. (ABREU: 1963, p. 221)!! Constatação de se admirar, ainda mais que Teodoro Sampaio, amigo e correspondente de Capistrano, lembra que foi comissionado para a Comissão Hidráulica do São Francisco a muito custo, pois as autoridades nacionais temiam melindrar os “racistas” norte americanos Willian Milnor Roberts e Orville Derby (SAMPAIO: 2002).

## 5. CAPISTRANO E O DIÁLOGO COM AS INSTITUIÇÕES DE SEU TEMPO

A idéia de que o historiador é um intelectual autônomo, que passa horas e horas a fio à cata de documentos em arquivos poeirentos, isolado da sociedade, há muito deixou de representar o trabalho dos historiadores. A História é a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma historiografia). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, a operação *histórica* se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita* (CERTEAU: 2000, p. 66).

A História, como qualquer outra forma de conhecimento, não está acima dos homens, sendo produzida por eles dentro de determinadas condições. E essas condições de produção estão relacionadas ao *lugar*, aos *procedimentos* e à sua *escrita*, e não só podem como devem ser dissecadas e analisadas para que possamos compreender o que é a conhecimento histórico.

O *lugar* não pode ser confundido apenas com uma instituição acadêmica, está intimamente ligado à comunidade de historiadores que se cria ao longo da modernidade como *corpo social* diferenciado, com meios de recrutamento próprio, uma cultura política e visão de mundo características e as mais diversas formas de se relacionar com a sociedade. A existência deste lugar é fundamental não só pela possibilidade de se constituir numa instituição de fato, numa academia ou numa universidade, assegurando recursos, como também, por exemplo, pelo fato de determinar os temas pertinentes para pesquisa e, também, os parâmetros para a aceitação ou não da obra historiográfica como

válida. “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.” (CERTEAU: 2000, p. 67). Nesse sentido, apesar do conceito de lugar nos remeter originalmente a um espaço físico dado, em torno do qual se instituiria uma comunidade de intelectuais, no caso de historiadores, ele não se limita, diga-se mais uma vez, a esse espaço. Tão importante quanto a biblioteca ou as salas de aula são outros espaços de sociabilidade, como bares, confeitarias e o reconhecimento daqueles que pertencem ao lugar, ainda que essa forma de pertencimento não se dê através de vínculos oficiais, como no caso dos sócios correspondentes das instituições acadêmicas, ou ainda, o reconhecimento da importância de cada um dos sócios em uma escala de hierarquia, na qual o sócio correspondente é o primeiro passo e o sócio benemérito ou o presidente perpétuo o ápice.<sup>57</sup>

O conceito de cultura política aqui utilizado é aquele traçado por Serge Berstein. Lembrando J. F. Sirinelli, Berstein define cultura política “como uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundido no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN: 1998, p. 350). Conceito ainda informe, com contornos que ainda estão se precisando, segundo Eliana Dutra (DUTRA: 2002, p. 14), o diferencial positivo que levou à adoção do conceito de cultura política no presente trabalho foi justamente a possibilidade de se perceber os indivíduos e grupos *construindo* suas posições políticas, em conexão com suas próprias vidas e com a cultura em que estão inseridos e não considerar o político como algo dado, estático, uma tradição que muito pouco muda.

Assim, a

---

<sup>57</sup> Penso justamente na hierarquia do IHGB e de seus congêneres.

*“osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que longe de constituir um dado fixo, sinônimo de tradição política, estamos em presença de um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração no tempo”* (BERSTEIN: 1998, p. 355).

Dessa forma, o conceito permite pensar nas ligações e múltiplas influências que as diversas posições políticas dos indivíduos estabelecem entre si. Ajuda a compreender, também, por quais lugares sociais o indivíduo transita e como ao longo dessa caminhada ele vai construindo a sua própria cultura política. Daí que a cultura política é adquirida “no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo, pela difusão de temas, de modelos, normas, de modos de raciocínio... interiorizados e que tornam o indivíduo sensível a recepção de idéias ou de comportamentos” (BERSTEIN: 1998, p. 357).

De fato, cada cultura política terá elementos característicos, como uma base filosófica ou doutrinal, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado, com certas palavras chave; determinados ritos; um certo conjunto coerente e, o que é mais importante para o escopo do presente trabalho, uma leitura comum e normativa do passado. A cultura política deve ser capaz de, ao mesmo tempo, suprir uma “leitura comum do passado” e uma “projeção no futuro vivido em conjunto” (BERSTEIN: 1998, p. 351).

Por articular passado e presente, por articular indivíduo e coletivo, a cultura política tem um duplo interesse para o historiador. Em primeiro lugar, por atentar para o indivíduo, considerando como sujeito histórico, com sua argumentação, seus gestos, suas raízes e filiações. Por isso mesmo, é necessário ultrapassar essa dimensão individual, inserindo o sujeito no coletivo, em uma cultura política coletiva, verificando

como ele se insere em grupos que professam uma mesma cultura política, compartilhando vocabulário, canções, gestos e gostos (BERSTEIN: 1998, p. 362-63).

Em resumo, a cultura política permitiria:

*“compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele tem e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões dos atos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenômenos.”* (BERSTEIN: 1998, p. 363).

Tendo claro que o **lugar de História** não pode ser meramente confundido com uma instituição e que está informado por uma cultura política, cabe agora apontar algumas das instituições que compunham a topografia do saber Histórico, no período correspondente à vida de Capistrano de Abreu no Rio de Janeiro. A bem da verdade, é necessário algum recuo no tempo, na medida em que essas instituições já existiam. Não se pretende uma análise exaustiva, em função do caráter do presente trabalho, de maneira que serão analisadas tão somente três dessas instituições: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Biblioteca Nacional (BN) e a Imprensa, no caso a imprensa periódica, jornais e revistas.

É indispensável ressaltar que outras instituições poderiam ser arroladas como topônimos dessa topografia, como é o caso do Real Gabinete Português de Leitura, dos Institutos Históricos estaduais, sendo o Instituto Histórico e Antropológico de Pernambuco talvez o mais importante; os arquivos estaduais, como é o caso do Arquivo Público Mineiro; o Colégio Pedro II, padrão para o Ensino Médio, isso para falar apenas

dos lugares *nacionais*, deixando de lado os inúmeros arquivos europeus, especialmente os portugueses, para os quais nossos historiadores voltavam olhos cobiçosos e sequiosos, e que foram acessados através de seus correspondentes ou, para os privilegiados com alguma sinecura do Itamarati, pessoalmente.

De qualquer forma, o ponto central do presente capítulo é a idéia de que Capistrano de Abreu, apesar de fazer parte do lugar de história do período e das instituições que serão analisadas, estava à margem destas, mas era figura de enorme relevo dentro perímetro historiográfico. Em outras palavras, apesar de seu enorme prestígio e das suas amplas redes, Capistrano manteve-se fora dos centros decisórios e de poder de cada uma dessas instituições. Ou ainda, seguindo com a metáfora geográfica, apesar de não ter endereço fixo em nenhum dos topônimos, Capistrano circulava com enorme desenvoltura pelo lugar como um todo. Um historiador nômade.

Aliás, é o próprio Capistrano quem lembra que não quis fazer parte da ABL (EL FAR: 2000, p. 53), verdadeiras “usinas de glórias” (ABREU: 1954b, p. 365), tão contrárias à sua índole, refratária a convencionalismos e rapapés. Isso não quer dizer que Capistrano não tivesse **poder** dentro do Instituto, na Imprensa ou na BN, mas que a influência de Capistrano se dava em função de sua *autoridade intelectual* e não de uma *autoridade hierárquica institucional*.

Bem entendido, essa posição marginal de Capistrano dentro das instituições vem confirmar aquilo que vimos afirmando, ou seja, que ele tem uma concepção de História do Brasil e, por conseqüência, uma obra sobre a História do Brasil que destoa das concepções hegemônicas de cada uma dessas instituições, reflexo de um posicionamento *político* divergente, do pertencimento a uma *cultura política* que não a hegemônica. Nesse sentido, Capistrano estaria muito mais próximo dos *luzias* do que

dos *saquaremas*<sup>58</sup> (MATTOS: 1990). Em verdade, a proximidade maior é com o que Ângela Alonso denominou de *movimento reformista* da chamada Geração de 1870. Alonso prefere o conceito de *movimento*, justamente por este atentar para a fluidez de certos fenômenos sociais. Diferentemente dos partidos, os movimentos não tem uma estrutura burocrática ou uma hierarquia de poder, estando vinculados a determinada causa, como a abolição da escravidão, e não a um projeto de poder que envolva o controle do Estado. Por este motivo, é comum a dissolução ou esmorecimento do movimento após alcançado seu objetivo (ALONOSO: 2002, p. 38 e sgts.).

Vamos, então, ao caso do IHGB.

## 5.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, em artigo que se tornou um clássico da análise historiográfica, ao longo do século XIX, a historiografia brasileira foi indelevelmente marcada pelo projeto de construção de uma nação civilizada nos trópicos, projeto este que determinou a escolha de alguns temas (a relevância dada à família imperial ou à transposição da Corte para o Brasil) e o “esquecimento” sistemático de outros (toda a história da resistência negra). Os cortes e escolhas objetivavam dar concretude a esse projeto, que resultaria na

---

<sup>58</sup> Daniel Pereira levanta a hipótese de que Capistrano teria aberto fissuras na interpretação história saquarema (PEREIRA: 2002). Tal hipótese leva, necessariamente, à conclusão da unicidade da historiografia do oitocentos. Uma das hipóteses do presente trabalho é justamente a inexistência de tal unicidade. Acresça-se a isto o fato de a principal obra historiográfica de Capistrano ter sido publica em 1907, em plena República.

*“idéia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A Nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, este o quadro a ser desenhado pelo historiador.”* (GUIMARÃES: 1988, p. 17).

Há uma preocupação explícita em estabelecer parâmetros para a construção da historiografia brasileira, a começar pelo famoso concurso de 1840 (MARTINS: 1977, p. 285-86). Promovido pelo IHGB, o concurso deixou um certo travo de amargura, pois as poucas teses nacionais, de qualidade discutível, foram preteridas por uma estrangeira. A tese do naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), vencedora, *Como se deve escrever a história do Brasil*, expressa os temas e métodos que os historiadores devem seguir. Em que pese apontar questões válidas, como a necessidade da história do índio, seu caráter geral é conservador e monarquista. A obra maior do Visconde de Porto Seguro, a *História do Geral do Brasil*, seria tributária dessa tese, mesmo que o autor não evidenciasse tal contribuição (IGLÉSIAS: 2000, p. 70-71).

Ao promover o concurso, o IHGB não só assegura sua posição como referência para a construção da historiografia brasileira, como reflete a cultura política monárquica unitária então em construção e contribui para consolidá-la. É nesse sentido que Berstein afirma que cada cultura política tece o seu próprio discurso histórico, representa seu passado de uma forma singular (BERSTEIN: 1998, p. 351). Lembre-se que, à época da criação do IHGB, o Império passava por momento extremamente conturbado; a Guerra dos Farrapos ainda estava longe de terminar, a Cabanagem era reprimida no Pará, Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880) acabava de sair vitorioso na cidade de Caxias, no sertão do Maranhão, vitória que lhe renderia o título nobiliárquico de Barão. Um



contemporâneo, ao olhar para o futuro, não poderia afirmar se o Brasil se manteria um país unido, ou mesmo uma monarquia.

Os sessenta e seis anos de Império, com destaque para os quarenta e nove anos de poder de D. Pedro II, dão a impressão de unidade e de estabilidade. A chamada *pax imperial* foi construída através das armas, sob a liderança de Caxias, e, tão importante quanto os fuzis, são os textos elaborados ao longo do XIX e mesmo na República, já no século XX.

Cada cultura política tem o seu próprio discurso histórico e não será diferente no caso brasileiro. Serge Berstein lembra, justamente, que, num dado momento e em um dado país, as culturas políticas apresentam um caráter plural (BERSTEIN: 1998, p. 350). Pouco mais à frente, Berstein lembra que cada cultura política tem uma série de características comuns, dentre elas justamente “uma leitura comum e normativa dos grandes períodos do passado” (BERSTEIN: 1998, p. 351).

Assim, o discurso do historiador ganha uma conotação política que reflete não só a cultura política pertinente a cada historiador, mas a cultura política pertinente à comunidade de historiadores da qual o indivíduo faz parte.

Ora, diante do exposto, podemos imaginar o grau de articulação que a comunidade de historiadores reunida em torno do IHGB conseguiu atingir, transformando-se no principal **lugar de história** do século XIX (CERTEAU: 2000, p. 65-66). Ao considerar o IHGB como lugar de história, seguindo a tese de Certeau, tem-se em mente não somente as condições materiais indispensáveis para o trabalho de pesquisa, como verbas, copistas, biblioteca, revista, catálogos, vinculação a outras instituições congêneres, troca de idéias com os associados, etc... O que realmente faz com que o IHGB possa ser considerado um **lugar de história**, é o fato de ele ser referencial para as **práticas ou procedimentos** que o historiador deve utilizar para

reconstituir e **escrever** a história, bem como a escolha dos temas que devem ou não entrar nesta reconstituição. Para executar todo esse trabalho é que surge a comunidade de historiadores, na verdade executora e legisladora, pois ao mesmo tempo em que pratica a escrita, julga qual deve ser a metodologia a ser utilizada em cada pesquisa e quais trabalhos devem ter o privilégio de divulgação.

Todavia, existiam aqueles que não rezavam pelo missal do IHGB. Nesse sentido, o Embaixador Synesio Sampaio Góes, em seu artigo *A paz nas fronteiras*, afirma ser Capistrano a voz dissonante na historiografia do século XIX e começos do XX a respeito do Tratado de Madri. Se para Robert Southey, Heinrich Handelmann e para o próprio Barão do Rio Branco, o tratado é uma peça impar de nossa diplomacia, versado em linguagem “amigável”, “razoável e vantajoso para ambas as partes” e mesmo feito baseado na “boa fé, lealdade e grandeza de vistas, razão e justiça”, para Capistrano o mesmo acordo era “injusto pelos êxodos cruentos que determinou (os Sete Povos)” (SILVA: 2003, p. 34-35).

No mesmo sentido, só que em campo oposto, será a opinião de Capistrano sobre o tratado de Santo Ildefonso. Os Viscondes de São Leopoldo<sup>59</sup> e Porto Seguro julgam o acordo diplomático “leonino e capcioso” e lesivo aos interesses pátrios, mas

*“Capistrano, sempre pensando por sua própria cabeça e acreditando que nenhum patriotismo pode sobrepor-se à justiça, acha-o “mais humano e generoso” que o de Madri, pois não impunha transmigrações indígenas, que considerava odiosas”* (SILVA: 2003, p. 60).

---

<sup>59</sup> José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), natural de Santos, SP, estudou direito em Coimbra. Retornando ao Brasil, foi Deputado à Assembléia Constituinte de 1824, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e Ministro da Justiça.

Note-se a constância da posição capistraneana sobre o tema: os bandeirantes não povoam, pelo contrário, despovoam o Brasil; o Tratado de Madri é antes cruento que justo. Capistrano era daqueles que não rezavam pelo mesmo missal, como se pode observar pela discordância apontada em relação a dois dos maiores nomes do IHGB, Porto Seguro e São Leopoldo. De fato, há evidências na CCA que indicam uma convivência tensa entre Capistrano, as instituições e outros historiadores. Em carta ao Barão de Studart, lembra do convite para fazer parte da ABL, onde possuía vários amigos, recusado, por ser avesso a qualquer tipo de sociedade, estando ligado à humana a contragosto (ABREU: 1954a, p. 152).

Não se trata de questão pessoal, de um matuto de psicologia difícil. Havia uma ressalva quanto às instituições em geral, às instituições históricas em particular e aos historiadores em si, expressa no seguinte trecho de uma carta a Macedo Soares:

*“Estou tratando da fundação de uma sociedade histórica, menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico, porém quero ver se mais efetiva. Há de intitular-se Clube Taques, em honra de Taques Pais Leme, e deve ocupar-se quase que exclusivamente das bandeiras e bandeirantes, caminhos antigos, meios de transporte e história econômica do Brasil. O meu plano é começar pelo século XVI, tomando os impressos e manuscritos conhecidos e utilizáveis, e incumbindo cada sócio de examinar um ou mais.*

*Cada trecho que interessar à questão será copiado, com os comentários que julgar necessários à pessoa encarregada do respectivo autor. Depois será tudo impresso, precedido de uma introdução geral, que sintetize e enfeixe os resultados obtidos. Por este modo, espero que em um ano se trate das bandeiras do século XVI, em dois ou três das do século XVII, e mais tarde das do século XVIII, aliás menos numerosas e menos importantes. Aceita o lugar de correspondente?” Carta a Antônio J. Macedo Soares, 1883 (ABREU: 1956, p. 2).*

A carta, anterior quatorze anos aos *Capítulos*, expressa os temas novos introduzidos por Capistrano em nossa historiografia, as bandeiras e caminhos, por exemplo, e principalmente, o programa de trabalho que servirá de guia por toda sua vida: a constante procura, edição e publicação de documentos, visando esclarecer os mais diversos aspectos de nossa História, principalmente do período colonial.

Mas, o que mais impressiona na carta é a desenvoltura com que o recém concursado professor do Colégio Pedro II trata do Instituto Histórico, o mesmo IHGB, fundado em 1838, em seção ocorrida no dia 21 de outubro, reunida no salão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Presentes, os 27 sócios fundadores, sob a presidência do Mal. Francisco Cordeiro da Silva Torres, presidente daquela Sociedade, declararam fundado o IHGB e elegeram como Presidente o Visconde de São Leopoldo; Primeiro Secretário o cônego Januário da Cunha Barbosa, e Segundo Secretário, o dr. Emílio Joaquim da Silva Maia. A primeira diretoria deveria permanecer até a elaboração e aprovação dos estatutos. Apesar de ser instituição de caráter privado, o IHGB sempre contou com o apoio de sua Majestade Imperial, D. Pedro II, inclusive com a participação de sua Majestade em suas seções, às quais presidia. A estreita ligação do IHGB com o Imperador é atestada pela prática, por demais conhecida, de se deixar vaga a cadeira de D. Pedro durante as seções, após a proclamação da República<sup>60</sup>.

Membro do IHGB desde 1887, do qual recebeu, em 1917, o prêmio D. Pedro II, sendo elevado no mesmo ano à categoria de sócio benemérito (SOARES: s.d., p. 44), amigo dos mais proeminentes nomes da direção, como Afonso Celso, Ramiz Galvão e Max Fleiuss; reconhecido nacional e internacionalmente como historiador e intelectual

---

<sup>60</sup> As informações podem ser conferidas na página do IHGB na internet, [www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br), no link IHGB, Resenha Histórica.

de renome, Capistrano parece ter encontrado dificuldade na edição de seus achados documentais na Revista do IHGB. Barbosa Lima Sobrinho afirma ter ele publicado tão somente dois artigos na Revista do IHGB, em 40 anos como associado, enquanto que Varnhagen, em 33 anos, publicou 32 artigos (LIMA SOBRINHO: s.d., p. 86). Além disso, Varnhagen foi Primeiro Secretário em 1851, demonstrando grande operosidade (FLEIUSS: 1930, p. 408), enquanto Capistrano nunca participou de nenhuma diretoria.

É importante ressaltar este distanciamento de Capistrano dos cargos de direção<sup>61</sup> do IHGB, pois, segundo Lilian M. Schwarcz,

*“Coube, portanto, aos presidentes, enquanto políticos influentes, e aos secretários e oradores, como intelectuais respeitados, o papel de imprimir ao IHGB sua principal feição: a de um estabelecimento voltado para uma produção unificadora e estreitamente vinculada à interpretação oficial, fosse ela qual fosse”* (SCHWARCZ: 1993, p. 108).

O distanciamento de Capistrano se dá, de um lado, por uma opção pessoal, basta lembrar sua recusa em compor a ABL, tantas vezes repetida por seus biógrafos e interpretes, e, por outro, de uma discordância profunda tanto de ordem metodológica, no sentido dos métodos empregados para a pesquisa e escrita da História, como de ordem epistemológica e política, no sentido de que não se alinhava com a *interpretação oficial* ou com o isolamento da História dentro dos muros do IHGB, longe das demais disciplinas das ciências humanas.

Demonstrando esse distanciamento, boa parte dos artigos reunidos nos quatro volumes da série *Estudos e Ensaios*, é de prólogos, prefácios ou posfácios de livros

---

<sup>61</sup> Capistrano foi encarregado da Biografia de Cristovão Colombo quando do Quarto Centenário da chegada do genovês às Américas. Para se desincumbir da tarefa, traduziu a obra de Sophus Ruge, *Colombo e o quarto centenário da descoberta de um Novo Mundo*, publicada em 1892 pela Laemmert, conforme informa José Honório Rodrigues (ABREU: 1956b, p. 4).

editados por Capistrano ou de amigos, que lhe pediam que escrevesse algumas páginas sobre a obra. Há também número considerável de artigos de jornais – destacando-se a *Gazeta de Noticias*, o *Jornal do Comércio* – e de revistas, como a *Revista Brasileira* e a *Kosmos*. Suas cartas apresentam vários exemplos de sua procura incansável de meios e recursos para publicação, como o Diário Oficial, quando Silveira Caldeira era subdiretor (ABREU: 1977, p. 326-327); a família Prado (ABREU: 1954b, p. 99), ou mesmo os Institutos e Arquivos Estaduais, como o Arquivo Público Mineiro e o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Para Capistrano, a pesquisa não se completa em si, no encontro e leitura dos documentos, é necessário publicá-los, divulgá-los, melhor seria dizer torná-los públicos. A preocupação em torná-los públicos ganha relevo se considerarmos a luta entre Capistrano e Alfredo do Vale Cabral (1851-1894), de um lado, e João Saldanha da Gama a respeito da consulta e edição do manuscrito da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador; da anedota a respeito de Melo Moraes, do qual se dizia que queimava documentos para que as futuras gerações fossem obrigadas a lerem seus livros... (ABREU: 1954b, p. 41); ou, ainda sua preocupação em emprestar seus livros para seus conhecidos, a ponto de sentir-se mal se não conseguia passar para outrem o conhecimento depositado em seus preciosos e amados livros (ABREU: 1954b, p. 376).

Por que um membro do IHGB, do quilate de Capistrano, necessitava procurar outros meios de publicação além da Revista, criada com o intuito principal da edição de documentos?

A esse respeito a opinião de Capistrano é muito clara. Assim:

*“O Instituto Histórico poderia prestar este serviço, e os seus cento e tanto membros fazer a metade do que o Visconde de Porto Seguro isolado fez; mas o Instituto... Parece incrível, mas é exato; quase não há no Instituto quem*

*saiba fazer esta coisa tão simples – editar um livro. A prova é que nem mesmo as coisas tão mezinhas, como determinar a época em que foi escrito e assim circunscrever o período em que se deve procurar o autor quando o livro é anônimo, nem mesmo a isto se julgam obrigados os seus sócios. Nos cinqüentas e tantos volumes de que consta a Revista, talvez o Roteiro de Gabriel Soares seja o único impresso segundo as regras. Mas deixemos o Instituto, que está melhorando incontestavelmente (recebeu ultimamente sangue novo com a escolha de novos sócios como Severiano da Fonseca, Franklin Távora e Fausto de Souza) e resumamos o que está dito.”*  
(ABREU: 1976c, p. 282).

As reticências que acompanham o Instituto, logo no primeiro parágrafo, demonstram sua total desconfiança em relação à capacidade do IHGB e de seus membros de desenvolverem trabalho pautado pela História metódica. É que no Instituto encontramos homens distintos, adiantando nossos conhecimentos em diferentes áreas, principalmente no que diz respeito à História Contemporânea, mas nenhum capaz de escrever uma História do Brasil, com exceção de alguns destoantes, como Cândido Mendes (ABREU: 1976a, p. 136). Como historiador metódico e pleno conhecedor das deficiências de nossa historiografia, Capistrano não podia aceitar que os membros do IHGB concentrassem suas atenções em questões de menor importância, notadamente elogios fúnebres ou discursos verborrágicos a respeito de centenários, natalícios, e outras datas mais. Mesmo os documentos publicados na Revista, em sua grande maioria, não atenderiam as normas de edição de Capistrano e da escola metódica, tais como a citação das fontes, o estudo crítico entre diversos manuscritos, em resumo a crítica interna e a crítica externa das fontes.

As opiniões de Capistrano sobre seus pares ganham ainda mais valor ao consideramos que foram expressas em jornal de grande circulação, a primeira na *Gazeta*

*de Notícias* de 02 de setembro de 1881 e a segunda na mesma *Gazeta*, entre 21 e 23 de novembro de 1882. Não se trata de um desabafo a um correspondente, escondido sob o sigilo do envelope; uma maledicência entre colegas, mas de uma opinião pública, tornada pública propositalmente, por certo lida e comentada nos próprios salões do IHGB, quem sabe despertando reações indignadas. Essa publicidade aumenta em muito a **ressonância** de Capistrano como intelectual, essa mesma ressonância utilizada como critério para se estabelecer a importância de um intelectual em seu meio, segundo Jean François Sirinelli (SIRINELLI: 1998, p. 261).

Ora, quem emite uma opinião dessas há muito já está em desacordo com a instituição a que está vinculado e, ou quer provocar uma mudança, ou quer tornar público o problema, ampliando o debate, quem sabe conseguindo outros apoios. Observe-se que em 1881, Capistrano trabalha na BN, faltam ainda dois anos para entrar no Imperial Colégio Pedro II. Quando isso ocorre, em 1883, ele proporá, como vimos, a criação do *Clube Taques*, que não chegou a se efetivar, mesmo com sua inserção no estabelecimento educacional padrão do Império, a ante sala das faculdades de Direito e Medicina.

O plano traçado em 1883 e exposto a Macedo Soares, será seguido informalmente por Capistrano. Com isto, quer se lembrar os constantes esforços capistraneanos para a edição de documentos, como, apenas a título de exemplo, a chamada *Coleção Eduardo Prado*, editada graças ao mecenato de Paulo Prado, sobrinho do homenageado, que publicou, entre outros, as *Confissões da Bahia* e a *História da missão dos padres capuchinhos*, de Claude d'Abeville. A relação com Paulo Prado pode ser vista, inclusive, dentro da lógica de um mecenato cultural, como analisado por Rebeca Gontijo (GONTIJO: 2005), o que reforça a idéia de que os recursos das instituições do período, não acessados por Capistrano, eram supridos de outras formas.



Mais ainda, os supracitados artigos da *Gazeta* permitem levantar uma série de características desejáveis para o historiador em seu trabalho, bem como os erros a serem evitados. Assim, em um momento em que os documentos ainda se encontravam virgens tipograficamente, é importante centrar esforços na sua edição e publicação. O trabalho de edição deve ser minucioso e atentar, por exemplo, para o vocabulário utilizado, pois essa é uma das formas de se delimitar aproximadamente a época em que o documento foi escrito, facilitando duplamente a determinação do autor. O vocabulário é muito particular de cada autor, da mesma forma que o vocabulário de uma época é bastante característico.

Não teríamos aqui, para além do paradigma da escola metódica, a utilização do paradigma indiciário delineado por Carlo Ginzburg?<sup>62</sup>

Se a pompa e a ineficácia, apontadas por Capistrano em relação ao IHGB, podem ser consideradas como elemento de explicação de suas críticas, elas não são suficientes. Para além desses fatores, é necessário aventar a hipótese de que a comunidade de historiadores do século XIX e começos do século XX não fosse uma e homogênea, como muitas vezes o jargão *historiografia positivista*, utilizado indistintamente para referir os positivistas da Igreja Positivista, como Miguel Lemos, e os cultores da história metódica; ou a preocupação unânime em definir o brasileiro e a nação brasileira, fazem crer, visão esta comum na historiografia, como se pode perceber no trecho abaixo:

*“o IHGB foi um dos baluartes do projeto imperial de construção de uma nação e de uma civilização no Brasil, para o que a definição do território, a elaboração de uma história e de uma geografia foram elementos fundamentais na produção de uma identidade nacional. Não é de se*

---

<sup>62</sup> A esse respeito, Marcos Cezar Freitas levanta hipótese semelhante em relação a Sérgio Buarque de Holanda (FREITAS, 1999).

*estranhar, portanto, as referências constantes aos trabalhos de Capistrano de Abreu [no Almanaque Garnier], um dos nomes mais expressivos do IHGB e da nascente historiografia” (DUTRA: 2005, p. 155).*

Que a preocupação com a construção de uma identidade nacional fosse uma preocupação comum a todos os historiadores e, mais ainda, intelectuais do período é ponto pacífico na historiografia. Todavia, tal preocupação não obriga que houvesse *uma* única história e geografia. Pelo contrário, como se tem tentando demonstrar, nos oitocentos conviveram e lutaram entre si diversas concepções historiográficas, representantes de diversas culturas políticas e, por consequência, de diversos projetos de nação. Por outro lado, a identificação de Capistrano com o IHGB, considerando-o como um de seus nomes mais *expressivos*, acaba por deixar em olvido as sérias críticas do cearense à instituição fluminense, o seu distanciamento dos cargos de direção e a procura constante de outros meios para a edição de seus documentos e textos que não aqueles disponibilizados pelo IHGB, em especial a *Revista*.

Mesmo não sendo possível dizer da existência de uma ruptura, com comunidades opostas, como na França de Langlois, Seignobos e dos Annales, é possível pensar em **segmentos** ou **correntes** dentro da comunidade de historiadores, divergentes da corrente preponderante, representada principalmente por Varnhagen e pelo IHGB.

Aliás, Arno Wehling aponta a existência de uma profunda diferença entre Varnhagen e os “pais fundadores” do IHGB. O Visconde de São Leopoldo e o cônego Januário da Cunha Barbosa<sup>63</sup> “filiavam-se ao historicismo filosófico do século XVIII, na sua versão pronaturalista francesa”, versão esta que tem como expoentes Montesquieu, Voltaire, Condorcet e Kant. Já Varnhagen, pelo contrário, pertenceria a uma outra geração, influenciada pelo romantismo “e pelo clima de desconfiança em

---

<sup>63</sup> Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), natural do Rio de Janeiro, RJ, além de padre foi maçom, jornalista e diretor da Biblioteca Nacional.

relação às soluções políticas oriundas do racionalismo da revolução” (WEHLING: 1999, p. 45). Essa desconfiança casa bem com o tom conservador, reacionário mesmo, da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, bem como com a defesa intransigente da monarquia e do papel civilizador da Europa e do europeu.

Detalhando as diferenças, Wehling aponta ainda:

*“Explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas, domínio de técnicas de análise documental e não observação ou experimentação inspiradas na física ou na biologia, formam os supostos que separaram Varnhagen de seus antecessores no Instituto.”* (WEHLING: 1999, p. 45).

Ao se apontar as diferenças, não se nega a existência de muitos pontos de contato. Assim, a título de exemplo, os *Annaes da Província de São Pedro*, do Visconde de São Leopoldo, publicados em 1839, são dedicados ao Imperador Constitucional do Brasil, D. Pedro II. No prefácio, o autor lembra da importância da participação do pai do Imperador, ou seja, D. Pedro I, para a pacificação da província. (PINHEIRO: 1839). Mesmo tendo em vista concepções de história tão dispares, não se pode negar a proeminência do IHGB como **lugar de história** no século XIX e começos do XX, com a necessária ressalva de não se tratar do único lugar de história e de não se considerá-lo como uma unidade sem fissuras.

## 5.2 A Imprensa

A imprensa no século XIX era a grande porta de entrada para o mundo intelectual e político, dando aos intelectuais a ressonância e influência indispensáveis para aspirarem a outras instituições, como o parlamento, os institutos, o Pedro II ou as faculdades. Além disso, a Imprensa era um mercado de trabalho acessível aos jovens sem o título de bacharel ou mesmo aos bacharéis que não haviam conseguido inserir-se na burocracia estatal (ALONSO: 2002, p. 98). A Imprensa, antes do Livro, constitui-se no primeiro mercado de trabalho para aqueles que viviam da palavra escrita no período correspondente à vida de Capistrano no Rio de Janeiro: entre 1875 e 1927 (EL FAR: 2000, p. 35). Portanto, o ganha pão ou, no mínimo, o complemento para o ganha pão.

Fora este aspecto utilitário de enorme importância, considere-se que a tiragem dos grandes jornais da Corte era muito maior do que a tiragem média de qualquer livro no período de 1875 a 1930<sup>64</sup>, excetuando-se os compêndios escolares (FARIA FILHO: 1999). A título de exemplo, a *Série Eduardo Prado*, organizada por Capistrano e patrocinada por Paulo Prado teve tiragem média de 300 a 500 exemplares. Ainda assim, as *Denúncias*, que tiveram tiragem de 500 exemplares, não encontrariam comprador. Em carta a Paulo Prado, Capistrano consulta-o sobre a possibilidade de reservar 200 exemplares para a BN, destinados a permutas. (ABREU: 1954b, 473). Os próprios *Capítulos de História Colonial*, tiveram uma tiragem de 200 exemplares em 1907, uma separata do texto *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*, publicada por Capistrano e pelo Centro Industrial do Brasil. A segunda edição, da Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu, pela Typographia Leuzinger, teve tiragem de 1.000 exemplares, sendo cento e vinte e cinco em papel especial para os sócios da Sociedade. (ABREU: 1928, p. 4).

---

<sup>64</sup> O jornal o *Estado de São Paulo*, por exemplo, teve uma tiragem de 3.500 exemplares em 1886; 10.000 em 1896; 18.000 em 1908; 35.000 em 1912; 45.000 em 1916 e 52.000 em 1917 (DE LUCA: 1999, p. 38).

Tal fato não é de somenos importância diante da preocupação em tornar públicos documentos históricos, tantas e tantas vezes manifestada por Capistrano. É o que ocorre, por exemplo, com a *História do Brasil*, de frei Vicente, inédita, ou o livro de Abeville, a tanto tempo esgotado. A edição de livros no Brasil só ganharia escala industrial com os empreendimentos de Monteiro Lobato, já na década de 1930, quando as tiragens sobem à casa de alguns milhares para os livros de grande sucesso, acompanhada pelo aumento da distribuição para todo o país (DE LUCA: 1999).

Além dos jornais e livros, restavam as revistas como meio de publicação. Porém, padeciam do grave problema da falta de perenidade (SODRÉ: 1966). Mesmo assim, Capistrano publica diversos artigos em periódicos como *Revista Brasileira*, ainda na fase de José Veríssimo, *Kosmos*, revista de grande qualidade editorial segundo Nelson W. Sodré (SODRÉ: 1966, p. 341) e mesmo na *Revista do Brasil*, já na fase de Monteiro Lobato e Paulo Prado.

Nos quadros que seguem, procura-se tornar mais palpável argumento levantado acima, ou seja, que Capistrano não utilizaria os meios tradicionais vinculados à comunidade de historiadores para editar seus escritos e seus achados documentais, tais como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ou os *Anais da Biblioteca Nacional*. As fontes para tal levantamento foram os quatro livros organizados por José Honório Rodrigues, os *Ensaio e Estudos*, 1ª; 2ª; 3ª e 4ª séries. Não se empreendeu a um levantamento exaustivo das publicações de Capistrano em revistas e jornais. Basta citar como exemplo os documentos publicados por ele na *Gazeta Literária* (DOYLE: 1976). Apesar de não serem textos de lavra do próprio Capistrano, são documentos importantes que indicam sua preocupação com a ocupação do sertão. Em um primeiro momento, relacionam-se apenas os escritos editados em periódicos, divididos em dois

quadros, o primeiro com os escritos em jornais e o segundo em revistas e periódicos de outros formatos, como as folhinhas e os almanaques.

### Quadro I

<b>Lugares de edição de Capistrano de Abreu: Jornais</b>		
<b>Periódicos</b>	<b>Número de textos publicados</b>	<b>Período</b>
Maranguapense	01	1874
O Globo	03	1875-1878
Jornal do Commércio	13	1878-1920
Gazeta de Notícias	69	1877-1903
Gazetinha	01	1882
O Jornal	04	1920-1927
A Notícia	05	1894-1906
Total	105	1874-1927

Os textos publicados, em sua maioria são curtos, como aqueles da seção *Livros e Letras*, da *Gazeta*, espécie de coluna literária nos quais se fazia a crítica e o comentário de livros sobre os mais diversos assuntos. Percebe-se claramente um maior cuidado de Capistrano para com os livros de História, que são tratados em mais de uma edição. Os temas que exigem textos mais longos são publicados em mais de uma edição, como é o caso de *O movimento camoniano* (1880), publicado em duas edições da *Gazeta* (ABREU: 1976c, p. 227-235).

Pode-se observar facilmente o predomínio dos escritos publicados na *Gazeta de Notícias*, “jornal de elite”, segundo Luiz Edmundo. Ainda segundo este autor, a *Gazeta*, com exceção do *Correio da Manhã*, seria o jornal com a melhor paga. Olavo Bilac, por exemplo, conseguiria até 50\$ por crônica (EDMUNDO: 2003, p. 571). Criada em 1874, por Ferreira de Araújo, a *Gazeta*, era, segundo Nelson W. Sodré, “jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar” (SODRÉ: 1966, p. 257). Já o *Jornal do Commércio* considerado um jornal conservador, expressão maior da *conciliação*, contando com a colaboração de grandes nomes do jornalismo e da política do Império,

entre eles Justiniano José da Rocha, Visconde de Jequitinhonha, Visconde do Araguaia, Porto Alegre e Rio Branco (SODRÉ: 1966, p. 217). Com bom trânsito entre os diversos jornais da Corte, é de se perguntar se os vínculos mais estreitos de Capistrano com a *Gazeta* deviam-se apenas à melhor paga oferecida pelo jornal, o que parece claro, ou, também a uma possível vinculação política.

É que a imprensa, segundo Machado de Assis, teria feito tremer as aristocracias (*apud* SODRÉ: 1966, p 268), opinião corroborada por N. W. Sodré, para quem, a imprensa, naquela fase de 1860 e 1870, o que mais fazia era discutir, por em dúvida, analisar, combater.

*“Combater a pretensa sacralidade das instituições; da escravidão; da monarquia; do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares. Retomava a linha que a engrandecera nos tempos da Regência e por isso foi asperamente negada, amesquinhada, omitida, e continua a sê-lo, pela historiografia oficial... Tratava-se de liquidar o escravismo, inteiramente obsoleto, obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país, e de destruir a monarquia, que era a sua roupagem institucional. A imprensa era, por isso, abolicionista e republicana, pelos seus melhores jornais, pelos seus melhores jornalistas”* (SODRÉ: 1966, p. 268).

Ainda sobre a *Gazeta*, é o próprio Capistrano quem lembra, em carta de 1901 ao Barão de Studart, ter colaborado alguns anos seguidos no jornal (ABREU: 1954a, p. 151). Importante observar que Capistrano parece ter sido responsável pelas colunas *Livros e Letras* e *Gravetos de História Pátria*. Quais seriam as implicações desse fato? Não se pode deixar de pensar na questão financeira. Sendo publicadas entre 1879 e

1881, os artigos devem ter rendido uma boa complementação financeira para o recém imigrado do Ceará, que acabara de ser nomeado como oficial da BN.

Por ser uma coluna dedicada à crítica literária, *Livros e Letras* recebia uma grande variedade de livros, permitindo um excelente contato com o que de mais novo havia na intelectualidade brasileira de então. Assim, Capistrano travava conhecimento com os mais representativos intelectuais de sua época, brasileiros ou estrangeiros, entre eles Oliveira Martins, Melo Moraes Filho, Silvio Romero, Aluísio Azevedo, Machado de Assis, José de Alencar, Visconde de Porto Seguro, Ladislau Neto, Oliveira Lima. Por outro lado, certos assuntos ou temas como as obras de Camões, permitem o contato com instituições importantes, no caso o Real Gabinete Português de Leitura, fundamentais para as pesquisas documentais de Capistrano. A análise dos livros acaba por revestir o crítico de uma certa autoridade no meio intelectual, como aquele que é capaz de dizer do acerto ou do desacerto das obras submetidas ao seu crivo. Essa autoridade pode redundar em amizades ou inimizades, que perduram pela vida a fora, facilitando ou dificultando a inserção do crítico em redes sociais, redes essas fundamentais para a entrada em uma instituição acadêmica, para a publicação de um livro com recursos públicos, a eleição para a ABL, enfim, as mais diversas situações.

Sobre José de Alencar, “o primeiro e o principal homem de letras brasileiro”, Capistrano escreve três artigos entre 1877, ano da morte do romancista, aos 48 anos, e 1882, todos na *Gazeta de Notícias*. (ABREU: 1976 c, p. 42-58) Os artigos sobre José de Alencar são unânimes em determinar a primazia do escritor cearense na literatura brasileira. Neles também se percebe a enorme admiração que o conterrâneo que ainda procura seu lugar no meio intelectual devotava ao ilustre escritor, que lhe estendeu as mãos em 1875, quando de sua chegada à Corte, gentileza que Capistrano teria



oportunidade de retribuir ajudando e aconselhando Mário de Alencar, filho do romancista.

A respeito da autoridade de que se reveste o crítico, o comentário de Capistrano sobre obra recebida é cáustico:

*“Pedimos licença ao Dr. Cunha Sales para não dar opinião sobre as suas Flores Silvestres, série de romancetos poéticos que empreendeu. Por mais esforços que fizéssemos, não pudemos passar além da página 30 de sua Camélia.”* (ABREU: 1976, p. 48, negritos originais)

Que o meio intelectual e o mercado editorial são profundamente marcados por hierarquias e pela disputa pelo poder dentro das instituições, tem sido bem demonstrado pelos recentes estudos dedicados ao livro e à leitura no Brasil, sendo o livro organizado por Márcia Abreu talvez o melhor exemplo (ABREU: 1999). O próprio Capistrano o percebe, em artigo de sete de fevereiro de 1882, a respeito da *Gramática Portuguesa*, de Júlio Ribeiro, o “esforço mais sério e mais feliz que ultimamente se tem feito no domínio de nossa língua”, mas, que mesmo assim, enfrentaria grandes dificuldades, pois:

*“Eis um homem que ... não poupou tempo, nem esforço, nem despesa para ensinar aos seus naturais o que de outrem não pode aprender”. Este homem, porém, nem é lente do Pedro II, nem professor da Escola Normal, nem membro do conselho da instrução pública... o seu livro não será adotado nem será lido, e ficará no conceito dos Garniers muito abaixo dos livros dos Motas et reliqua.”* (ABREU: 1976c, p. 36, negritos originais).

Em resumo, apenas a qualidade intelectual não é suficiente para garantir o sucesso editorial, é necessário o conhecimento do mercado, de preferência, relações político-institucionais, que franqueiem as portas das editoras aos neófitos.

## Quadro II

<b>Lugares de edição de Capistrano de Abreu: Revistas, Almanques e outros.</b>		
<b>Periódicos</b>	<b>Nº de textos publicados</b>	<b>Período</b>
Almanaque da Gazeta de Notícias	<i>Parte recreativa. A literatura brasileira em 1880</i>	1881
Revista Brasileira	<i>Os Bacaeris</i>	1895
Revista do Arquivo Público Mineiro	<i>Os primeiros descobridores de Minas</i>	1901
Almanaque Garnier	<i>A Geografia do Brasil</i>	1904
Kosmos	<i>1. História Pátria</i>	03/1905
	<i>2. História Pátria</i>	04/1905
Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano	<i>Memórias de um Frade</i>	1906
Revista da Academia Brasileira de Letras	<i>Raul Pompéia</i>	1920
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	<i>O Duque de Caxias</i>	Tomo 77
	<i>Phases do Segundo Império</i>	Tomo 98, vol. 25, 1925
Total	09	1881 – 1925

Em comparação com os escritos para jornais, os textos para revistas, folhinhas e almanques são muito menos numerosos. Em compensação, são muitos maiores. Mesmo aqui, predominam as revistas sem ligação com instituições da comunidade de historiadores. Assim, o importante artigo sobre os Bacaeris, tema que ocupou por muito tempo Capistrano, é editado na *Revista Brasileira*, sob a direção de José Veríssimo, futuro membro da ABL e amigo dileto (MARTINS: 1977-78, p. 484). Sobre o artigo publicado no *Almanaque Garnier*, analisado por Eliana de Freitas Dutra, é importante salientar que o responsável pela organização desta edição foi justamente outro grande amigo de Capistrano, o Barão de Ramiz Galvão (DUTRA: 2005). Estes dois exemplos

indicam bem a importância das redes de sociabilidade criadas por Capistrano como meio para driblar as instituições então existentes.

Outra consideração que merece destaque é que alguns dos artigos publicados em revistas foram, originalmente, publicados em jornais. Assim, o artigo *Os primeiros descobridores de Minas*, publicado em 1901 na Revista do Arquivo Público Mineiro apareceu primeiramente em *A Semana*, em 1887, no Rio de Janeiro, só que com o título *Notas para a nossa história*. Da mesma forma, os artigos publicados na RIHGB saíram anteriormente em outros veículos. De um lado, indicam a ressonância e a importância intelectual de Capistrano no período, pois os textos foram considerados importantes a ponto de serem reproduzidos. De outro, ampliam ainda mais essa ressonância, de maneira que um público maior seja atingido.<sup>65</sup>

A tabela também indica uma ausência: a da revista do IHGB entre aquelas que publicaram originais. Mesmo o número total de artigos publicados é pequeno, apenas dois, tendo em vista a quantidade de artigos publicados por Capistrano ao longo de seus 52 anos de Rio de Janeiro.

Sendo a principal publicação do que hoje chamamos de imprensa “especializada” ou “científica”, a RIHGB parece não dar a necessária guarida a um dos seus mais eminentes sócios, benemérito desde 1917, funcionário da Biblioteca Nacional e professor do Pedro II. A título de comparação, a já aludida colaboração de Varnhagen na Revista, com 32 trabalhos, entre artigos e documentos (LIMA SOBRINHO: s.d., p. 86).

Este é um dos principais indícios que permitem afirmar que Capistrano mantinha uma *convivência tensa* com as instituições de seu tempo, especialmente com o IHGB. Diz-se *convivência tensa* e não ruptura, pois esta não há. A publicação de documentos

---

<sup>65</sup> Ainda em relação a ressonância de Capistrano, a edição dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, pela ABL em 1930 é um bom exemplo de como a rede de relações de Capistrano repercute sua ressonância, mesmo após sua morte. Conferir capítulo *Entre redes e “quadros de ferro”*.

na *Revista do Arquivo Público Mineiro* e na *Revista do Instituto Histórico e Antropológico de Pernambuco*, parecem indicar que Capistrano gozava de trânsito nos diversos Institutos estaduais e seus congêneres, como o Arquivo Público Mineiro.

Se o trânsito nestas instituições está ligado às redes sociais e intelectuais tecidas por Capistrano no Rio<sup>66</sup>, já o seu trânsito nos jornais cariocas indica mais uma rede da qual ele fazia parte. Como mencionado anteriormente, essas redes emaranham-se e não são exclusivas, quer dizer, vários elementos pertencem a diferentes redes, como é o caso do próprio Capistrano. A imprensa de fato parece constituir uma rede social própria, a ponto do núcleo original da ABL ter sua origem nas reuniões do grupo da *Revista Brasileira*, na fase de José Veríssimo, do qual Capistrano fazia parte (EL FAR: 2000, p. 23).

As sedes dos jornais também se constituíram em importantes espaços de socialização. A este respeito, a obra de Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, é obrigatória. Nas redações, reuniam-se nomes de grande peso da época, como Bocaiúva, Aníbal Falcão, José do Patrocínio, Rio Branco, Eduardo Prado, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, entre outros. É justamente nas redações que Capistrano trava contato pela primeira vez com muitos desses nomes ou, por outro lado, reforça amizades anteriores (EDMUNDO: 2003). Observe-se que a maioria dos nomes citados esta ligada às lutas políticas travadas entre 1875 e 1927, a começar pela Abolição, passando pela Proclamação da República, até o desencantamento de muitos deles com a república de fato.<sup>67</sup>

Assim, todos os seus biógrafos lembram que o seu conhecimento com Machado de Assis advém da escrita do *Necrológio de José de Alencar*. De fato, para os objetivos

---

<sup>66</sup> A este respeito, conferir o primeiro capítulo.

<sup>67</sup> Basta lembrar que a obra *Os fastos da ditadura militar no Brasil*, de Eduardo Prado, dileto amigo de Capistrano, foi publicada originalmente sob a forma de artigos na *Revista de Portugal*, ao longo de 1894 (S: 2003, p. IX-XVIII).

do presente trabalho não é tão importante se o caso realmente ocorreu como relatado, mas sim a indicação de que o contato e a amizade com Machado de Assis se dão no seio da imprensa, entre os tipos e as bancas sujas de tinta.(VIANA: 1956, p. 12; CÂMARA: 1969, p. 98; MENEZES: s.d., p. 12). O próprio Capistrano indica que conheceu Francisco Ramos Paz nesse ambiente (ABREU: 1976a, p. 135).

Mas, por que se considera a imprensa um lugar de História? É que os historiadores de fins do século XIX e começos do XX valiam-se da imprensa não só para publicar seus textos e achados documentais, mas, igualmente, para exercerem o *juízo* sobre a obra de seus pares. A utilização do termo *juízo* é intencional, pois os termos utilizados estão muito mais próximos do jargão jurídico do que dos utilizados em uma análise acadêmica. Não é para menos que muitos desses *juízos* descambavam para verdadeiras inimizades.

A esse respeito, as análises das obras do português Oliveira Martins e do pernambucano Oliveira Lima por Capistrano são exemplares.

Com o intuito de facilitar a abordagem, de um lado atenta-se para as observações de Capistrano a respeito do *método*, ou a falta dele, na obra de O. Martins; enquanto que, com a análise da obra de O. Lima, evidencia-se a questão *político epistemológica*, mas cumpre destacar que as duas dimensões não andam dissociadas.

Quanto à questão do método, é necessário lembrar da diferença entre historicismo e positivismo, já apontada por José Honório Rodrigues (1978b), Arno Wehling (1994) e José Carlos Reis (1999). As leituras de Comte ou do evolucionista Herbert Spencer e a preocupação com leis que expliquem o processo histórico, como exposto no *Necrológio de Varnhagen*, não impedem que o referencial capistraneano seja o da escola metódica, historicista; sua preocupação é a fidedignidade aos documentos. Nesse ponto, Capistrano é inflexível e mesmo Varnhagen não está a salvo de suas

críticas, como a “fideindignidade” na edição de Fernão Cardim (ABREU: 1954b, p. 462).

Mais ainda, é necessário ter em conta a qualidade técnica da produção historiográfica da época. Ao se levar em conta os conceitos de Capistrano, como no artigo da *Gazeta* citado acima, poucos de seus colegas do IHGB seguiam os parâmetros da produção historiográfica. Em termos concretos, isto quer dizer editar um documento com uma série de erros, que modificam o sentido do mesmo, resultado do desconhecimento da paleografia. Ou, ainda, um descuido com datas, como criticado por Capistrano em relação ao livro de Oliveira Martins, *O Brasil e as colônias portuguesas*, fato que pode alterar a verdade histórica, um objetivo a ser alcançado, como lembra Ricardo Benzaquém de Araújo (ARAÚJO: 1988).

Assim,

*“é difícil encontrar um livro mais inexato que o de Oliveira Martins. Quase não há página em que se não encontre pelo menos um erro, e, se não se tratasse de um escritor distintíssimo e de um historiador independente, que tantas provas tem dado de desinteresse, não teríamos dúvida em declarar que a presente história do Brasil é uma obra de fancaria.”* (ABREU: 1976c, p. 158).

Não obstante,

*“Quando publicou a História de Portugal, Oliveira Martins foi igualmente taxado de inexato. Em vez, porém, de ofender-se com tais acusações, ele examinou-as seriamente, e na segunda edição fez as retificações necessárias. Pode bem ser que ao Brasil e as colônias portuguesas suceda o mesmo, e por isso, antes de passar adiante, vamos indicar alguns dos erros que não podem*

*deixar de ser corrigidos em uma reimpressão.*” (ABREU: 1976c, p. 158, grifos originais).

Duas considerações importantes. A inexatidão, grave crime para o historiador profissional, pode ser intencional ou não. No primeiro caso, a má fé transforma o erro em crime doloso, falaria, ou seja, um conhecimento duvidoso, falso. Em caso de crime culposos, sem intenção, o erro pode ser reparado numa segunda edição expurgada do pecado da inexatidão.

Mas, tanto no caso de má fé como de erro involuntário, o historiador pode se *ofender* com aquele que lhe aponta o erro. Se, mesmo entre historiadores profissionais, em plena universidade, é comum ocorrerem desavenças que descambam para o pessoal, imagine-se no século XIX, quando as críticas eram emitidas em jornais de larga circulação, para o grande público e não em revistas especializadas ou em congressos.

Mas quais seriam esses erros? Capistrano discorre sobre eles em dois artigos na *Gazeta de Notícias* em outubro de 1880, apontando os erros até a página 54. Por fastidioso, o autor parece não ter seguido à frente, ocupando páginas e páginas de jornal com os erros do colega português. De qualquer forma, podemos dividir os erros em algumas categorias.

- Datas incorretas
- Nomes incorretos ou trocados
- Lugares incorretos ou trocados
- Inexatidões provocadas pela falta de documentos ou pelo aproveitamento incorreto dos existentes

A título de exemplo,

*“A estatística econômica do Brasil em 1548 (pág. 24) não tem talvez um dado verdadeiro. Diz que os jesuítas tinham seis colégios, que só em março do ano seguinte chegaram ao Brasil. Dá a Bahia como tendo três povoações, quando é certo que só em 1549 começou a colonização verdadeira. Conta no Rio de Janeiro 200 casas, sem lembrar-se de que só em 1567 é que se pode dizer que foi fundado. E assim por diante.”* (ABREU: 1976c, p. 159).

Mesmo assim, o livro de Oliveira Martins é obra de merecimento, com *“idéias novas e considerações de muito alcance, que apresentam a história do Brasil sob faces ainda não estudadas”* (ABREU: 1976c, p. 160), assertiva que permite pensar se Capistrano foge ao estereótipo rankeano de uma história que meramente transcreve os fatos sem interpretá-los. Essas idéias novas, as considerações de muito alcance e as novas faces parecem indicar a sede de Capistrano por reinterpretar a história do país, mesmo que se possa questionar novas interpretações propostas.

As questões de método também envolviam questões técnicas que hoje diríamos responsabilidade das editoras ou preocupações normais ou mesmo triviais de pesquisa. Assim, a sugestão a João Lúcio de Azevedo para mandar datilografar os originais do texto sobre Vieira em três vias, como medida de segurança (ABREU: 1954b, p. 55). Escaldado pelo incêndio que destruiu seu trabalho para a reedição de Varnhagen, ele não queria que o mesmo acontecesse com o trabalho do amigo. Havia também as preocupações *“tipográficas”* como: o volume de matéria que cada formato comporta – estudo feito por Vale Cabral minuciosamente – ou a preocupação com os tipos utilizados, ou a preocupação com a distribuição dos livros publicados para as livrarias ou para a BN. Numa época em que as tipografias primavam pela falta de qualidade, pelos atrasos e por incêndios tenebrosos, a preocupação é mais do que justificada.



Se a obra de Oliveira Martins é tida como exemplo do que deve ser evitado em termos de método historiográfico, a obra de Oliveira Lima, *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, analisada em artigo de *A Notícia*, de 22 de dezembro de 1894; “*possui títulos mais sérios: estilo sóbrio e elegante, narrativa fluente, informação variada, idéias assentes e que, mesmo que contestáveis, dão que pensar, porque procedem da reflexão.*” (ABREU: 1976, p. 177-178). Aqui as discordâncias com o autor são de outra ordem: não é o erudito que aponta o erro crasso, o engano, como em Oliveira Martins, mas o historiador que dialoga com um par respeitável sobre qual seria a melhor maneira de se estudar a história pátria. Assim:

*“Desejaríamos ver tratado por outro modo o capítulo referente aos índios. Não é simples questão de curiosidade erudita. Os portugueses prosperavam em Pernambuco primeiro que em qualquer outro ponto do Brasil e geralmente atribuem-no à maior proximidade da Europa, à energia, prudência e talento administrativo de Duarte Coelho, seu primeiro governador, à maior coesão entre os habitantes, de que os principais eram vianenses. Deve-se também levar em conta a situação recíproca dos diferentes grupos indígenas de Pernambuco... Duarte Coelho soube captar as simpatias dos tabajaras, e assim teve forte base de operações”* (ABREU: 1976c, p. 179).

A citação permite, para além da identificação das qualidades do historiador, entender a importância dada por Capistrano à história do índio e a Etnologia: elas ajudam a entender a história mais remota do Brasil, particularmente do Norte. Por outro lado, o índio é alçado à personagem de primeira ordem em nossa história, ombro a ombro com os portugueses. Oliveira Lima poderia jogar mais “água no moinho”

capistraneano, dando maior atenção ao índio. Afinal, como vimos, o índio é para Capistrano a base da diferenciação do português e do brasileiro.

Não importam tão somente os nomes dos capitães hereditários, dos governadores. Há que se procurar mais profundamente as explicações para as transformações históricas, utilizando-se dos mais modernos instrumentos existentes, como a psicologia e a geografia (ABREU: 1976c, p. 180).

Com a primeira, seria possível entender o alheamento progressivo que os pernambucanos, juntamente com os paulistas, foram votando aos portugueses, alheamento que explodiu na Guerra dos Mascates e na Guerra dos Emboabas. Capistrano procura o gérmen da nacionalidade e o procura não no estrangeiro, no português, mas nos paulistas e pernambucanos, já miscigenados com os índios.

### 5.3 A Biblioteca Nacional

Um importante contraponto para se pensar na qualidade pretendida por Capistrano são os *Anais da Biblioteca Nacional*<sup>68</sup>, publicados a partir de 1871 justamente a partir da direção do Barão de Ramiz Galvão, o mesmo Barão que acolheu o jovem cearense na BN, em 1878; o jovem que traçava seus caminhos através da imprensa carioca; o mesmo Barão que, três décadas depois, faria o discurso fúnebre do seu antigo colaborador. Os *Anais da Biblioteca* e o trabalho da instituição constituem um padrão de qualidade que será seguido por Capistrano por toda vida. Alguns dos

---

<sup>68</sup> O contraponto vale para os nossos dias. Enquanto que os primeiros volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional* estão disponíveis para acesso e cópia via internet através do site da BN, a *Revista do IHGB* continua um bem privado, passível apenas de compra. Assim, no site do IHGB há apenas a indicação de um livreiro para a compra dos exemplares que se desejar. Lembre-se que o IHGB é, nos dias atuais, instituição com status de caráter público.

funcionários da BN serão seus melhores amigos, como Alfredo do Vale Cabral, pelo qual Capistrano chorou lágrimas sentidas quando de sua demência, por volta de 1890, e sua morte, em 1894 (VIANA: 1955, p. 35). Juntos, editaram importantes documentos, como a *História do Brasil*, de Frei Vicente de Salvador. Teríamos, então, um contraponto institucional em relação ao IHGB? Também a Biblioteca não era homogênea, havia divergências sérias entre seus funcionários, como a que ocorreu entre Capistrano e Vale Cabral, de um lado, e João Saldanha da Gama, de outro, a respeito da edição da citada *História do Brasil*. De qualquer forma, a gestão de Ramiz Galvão (1870-1882) parece ter correspondido a um momento de renovação, com a intensificação dos trabalhos, o que pode ser verificado na edição dos já citados *Anais* e na organização ou participação da organização de exposições, como a exposição de 1881, que resultou no *Catálogo da Exposição de 1871*.

Todavia, não se pode pensar em um isolamento ou numa total diferenciação entre as duas instituições, como exércitos opostos em um campo de batalha. Afinal, Capistrano era membro do IHGB, da mesma forma que Ramiz Galvão que, aliás, era seu orador perpétuo.

Atentemos para a edição da *História do Brasil*, do Frei Vicente do Salvador. Não se analisara o trabalho de edição em si, mas as *disputas políticas* dentro da BN para sua edição. Capistrano possuía uma enorme admiração por essa obra e seu autor, o primeiro *brasileiro* a escrever uma história do Brasil. Como já analisado no primeiro capítulo, Capistrano serve-se de suas redes, nacionais e internacionais, para vencer os empecilhos colocados pelo diretor da BN, João Saldanha da Gama.

Relembremos o caso rapidamente. A Biblioteca possuía uma versão do original, um manuscrito provavelmente copiado por Varnhagen. Como funcionários, Vale Cabral e Capistrano tinham conhecimento do documento e pretendiam editá-lo, pretensão

frustrada, pois o diretor que substituiu Ramiz Galvão em 1882, ambicionava organizar ele mesmo a edição de tão valioso documento e, para utilizar expressão de Capistrano, “sentou-se” sobre a valiosa história do frei baiano.

Vencida a resistência com a ajuda de Lino da Assunção, que conseguiu uma nova cópia do livro em Portugal, resta a Saldanha da Gama depor armas e abrir as páginas dos *Anais da Biblioteca Nacional*, para a publicação da *História*, com prefácio de Capistrano, começada na Imprensa Nacional. A edição, hoje, pode facilmente ser consultada via internet, pois os anais foram digitalizados e disponibilizados para o público<sup>69</sup>.

Ora, apesar de não ter ocupado cargo de direção na BN, sequer nas Seções do estabelecimento e de, a época da edição, já não mais fazer parte do seu corpo de funcionários, o fato é que Capistrano vence a peleja com o então diretor. De um lado, conta com o apoio decidido de seu amigo Alfredo do Vale Cabral. De outro, conta com sua rede de contatos, valendo-se de Lino da Assunção e de suas amizades na esfera política, no caso no Ministério da Fazenda e na Imprensa Nacional.

Ainda em relação à BN, podemos analisar, como exemplo da influência de Capistrano sobre a instituição, sua luta para a efetuação do pagamento, por parte do governo brasileiro, a Eduardo de Castro e Almeida<sup>70</sup>, que havia sido contratado diretamente pelo diretor da BN, Manuel Cícero, para a cópia de documentos em Portugal e organização de catálogos dos documentos existentes nos arquivos deste país, como o Arquivo do Conselho Ultramarino. O contrato, segundo informações de Capistrano a João Lúcio de Azevedo em carta de 16 de março de 1917, orçava por quatro contos anuais, quantia bastante significativa para a época. Todavia, em função de

---

<sup>69</sup> Os *Anais da Biblioteca Nacional* podem ser consultados na página da Biblioteca Nacional Digital, [www.bndigital.bn.br](http://www.bndigital.bn.br), seguindo os links Projeto e Anais da Biblioteca Nacional.

<sup>70</sup> A primeira referência a Eduardo de Castro e Almeida ocorre em carta a João Lúcio de Azevedo, de 30 de junho de 1916, a respeito do Catálogo do Conselho Ultramarino (ABREU: 1954b, p. 13).

atrasos no envio dos papéis, Castro e Almeida não havia conseguido receber os pagamentos devidos e a BN perdeu a verba referente ao ano trabalhado, provavelmente, 1916 (ABREU: 1954a, p. 33).

Interessado nos documentos que poderiam advir do trabalho de Castro e Almeida, Capistrano resolve intervir e dá notícia a João Lúcio de Azevedo, em 18 de março de 17, de suas investidas para resolver o problema. Pretendia apressar a marcha dos papéis de Castro e Almeida na Secretaria do Interior e no Tesouro, e, talvez, no Tribunal de Contas.

Apesar de considerar que Castro e Almeida deixava de lado documentos fundamentais para se concentrar na “cópia do tratado de limites de 1750”<sup>71</sup>, Capistrano acha que a situação do pesquisador português estava bem encaminhada, podendo receber não quatro contos, como inicialmente pensara, mas sim quatro contos e oitocentos, o que lhe possibilitaria inclusive contratar os serviços de um copista. O pagamento dos atrasados poderia ser feito utilizando-se a verba do ano anterior, 1916, ainda intacta, desde que encontrado o procurador (ABREU: 1954a, p. 39).

Entre idas e vindas, em junho de 1917 o problema do pagamento dos atrasados de Castro e Almeida ainda não havia sido resolvido, com o agravante da diminuição do valor a receber: “apenas” três contos e quinhentos. A culpa era do procurador, que não havia apresentado a documentação a tempo. Capistrano não simpatizava com o dito procurador, desenvolvendo por ele verdadeira ojeriza e cobrindo-lhe de epítetos poucos elogiosos daí por diante, confirmando sua verve viperina (ABREU: 1954a, p. 52).

Capistrano mete ombros a resolver o problema. Acessa sua rede nortista e em um almoço com o filho homônimo do Senador pelo Ceará, Francisco Sá, consegue a

---

<sup>71</sup> Há que se lembrar que a documentação sobre as fronteiras já havia sido devassada pelo Itamarati em fins do século XIX, inclusive com a ajuda de Capistrano, como se pode depreender de sua correspondência com o Barão do Rio Branco (ABREU: 1954b), já acentuado por PEREIRA e FELIPPE: 2008.

norma do requerimento para o procurador solicitar, mais uma vez, o pagamento. Não satisfeito; pensa em solicitar a um advogado amigo, Dr. José Pires Brandão, um “dos primeiros do Rio”, advogado de bancos ingleses, que receba o dinheiro e repasse-o para Portugal sem cobrar honorários. Enfim, a única coisa que Capistrano não faz é assumir-se formalmente como procurador do Castro e Almeida, substituindo o verdadeiro e antipático estorvo, digo, procurador (ABREU: 1954a, p. 52).

Em 17 de junho de 1917, comunica a João Lúcio que Pires Brandão aceita a procuração de Castro e Almeida, desde que com uma clausula de subestabelecimento, com o intuito de facilitar a transmissão do dinheiro (ABREU: 1954a, p.54), mas ainda não temos o fim do entrevero pois em carta datada do dia seguinte, Capistrano informa que jantara com Calógeras, então ministro da Fazenda, e poderia indagar sobre a situação do pagamento, nomeando, enfim, o procurador, que atendia pela graça de Aníbal Fonseca, “desagradável sujeito” (ABREU: 1954a, p. 56).

Em 09 de julho volta ao assunto, com a informação colhida a Chiquito Sá, filho do Senador Francisco Sá, que o crédito havia se esgotado, sendo necessária a abertura de nova rubrica (ABREU: 1954a, p. 59). No solstício de 1917, após um jantar com Calógeras e Chiquito Sá, apura que a papelada ainda precisava correr pelo Tribunal de Contas, sendo necessária sua intervenção. Certamente incomodado com a demora e o trabalho para resolver o problema, ironiza a situação, lembrando que para “Aníbal só Zama”, e que o desagradável procurador Aníbal Fonseca deveria ter o mesmo destino que Aníbal Barca, cartaginês, frente ao general romano Cipião, o Africano, na batalha de Zama<sup>72</sup>... Como recompensa pela trabalhadeira dispensada, “*Castro e Almeida poderia pagar a transmissão em cópias*”... (ABREU: 1954a, p. 61).

---

<sup>72</sup> A batalha de Zama em 200 A.C no Norte da África marcou a derrota final de Aníbal Barca e dos cartagineses frente à República Romana.

Ao que tudo indica, os esforços de Capistrano não foram em vão, pois em 25 de setembro de 1917 dá notícia do desembaraço da comissão auto imposta. Castro e Almeida lhe havia escrito, “muito amável”, anexando uma nova remessa de documentos, com papéis que poderiam ser, inclusive, utilizados para reescrever a história da fundação do Rio Grande do Sul, talvez com o apoio do milionário gaúcho Gaffré<sup>73</sup>, com quem Capistrano mantinha antigas relações, à exemplo de “Rothschild a Heine”, e que poderia financiar a cópia dos tais documentos. Apesar de ainda existirem algumas contas atrasadas, das quais Capistrano não tinha conhecimento quando iniciou as pelezas a favor de Castro e Almeida, ele crê que não haveria novos problemas dali por diante (ABREU: 1954a, p. 72).

Resolvida esta pendência inicial de Castro e Almeida, Capistrano continuará se interessando pelo pesquisador, sempre que possível intercedendo por ele, de maneira a manter os vínculos com a BN, como se pode observar ao longo da correspondência com João Lúcio de Azevedo (ABREU: 1954a, p. 74, 82, 122, 124 *passim*).

Capistrano serve-se fartamente das redes de relações já descritas para resolver o problema e, ao mesmo tempo, fortalece-as, pois trabalha não só em função de seu próprio interesse, como no interesse da própria BN, que receberia, dessa forma, novos e, talvez, preciosos documentos, além dos indispensáveis catálogos, necessários para se saber quais papéis existiam em cada arquivo de Portugal, como o do Conselho Ultramarino, supracitado. Por outro lado, a ação de Capistrano é “recompensada” com o acesso direto a Manoel Cícero, acesso esse indispensável para utilizar a estrutura da BN para a distribuição de livros, por exemplo.

Dessa forma, para a distribuição das *Confissões*, após o envio dos exemplares destinados ao patrocinador Paulo Prado, o mais conveniente é mandar o restante dos

---

<sup>73</sup> Parece se tratar da família gaúcha Gaffré, sócia dos Guinle em vários empreendimentos de vulto, como a Companhia Docas de Santos.

livros “*para a Bib. Nac. que tem o serviço organizado dentro e fora do país*”. (ABREU: 1954b, p. 427). O mesmo expediente será utilizado para a permuta das sobras da edição das *Denúncias*, como lembrado acima. Evidentemente, não se intenciona afirmar que Capistrano tinha acesso a Manoel Cícero apenas em função deste fato específico. Ele se soma a um conjunto de fatores, como a proeminência de Capistrano no meio intelectual, o fato de ter sido funcionário do estabelecimento, talvez uma relação pessoal.

O que importa é que, em 1883, quando havia acabado de sair da BN e ainda contava com o apoio de Vale Cabral, chefe da seção de manuscritos e dileto amigo, Capistrano enfrentou muito maiores dificuldades para desenvolver atividades relacionadas à instituição criada por D. João VI. Por outro lado, em 1917 fora da BN há tantos anos, sem contar com apoio similar ao de Vale Cabral, Capistrano parece encontrar um ambiente muito mais propício para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa histórica.

O exemplo parece vir a calhar para a proposição deste capítulo de que Capistrano não dispõe de uma *autoridade hierárquica institucional, mas sim intelectual* em relação às instituições que compõem a topografia do lugar de história do período. Tal autoridade é capaz de sobrepor-se à autoridade hierárquica de fato, como no conflito com João Saldanha da Gama. Nesse caso, o conflito é claramente solucionado a favor de Capistrano e Vale Cabral, mas só o fato de sua existência indica que o aparelhamento de instituições para fins privados ou de promoção pessoal de seus dirigentes deveria ser uma constante para a época, ainda mais a se crer nas críticas severas de Capistrano àqueles que roubavam ou destruíam documentos, pecha a qual não estava imune nem mesmo o próprio Varnhagen (ABREU: 1954a, p. 111).



Não se trata tão somente de conflito, convergências também podem acontecer, como parecem ter acontecido com Manoel Cícero Peregrino da Silva, tantas vezes citado na CCA. Segundo José Honório Rodrigues, a missão de Manoel Cícero à Europa e aos EUA em 1907 teve como mérito a organização do Inventário do Conselho Ultramarino, comissão levada a cabo por Eduardo de Castro e Almeida (RODRIGUES: 1952, p. 114).

Deve-se ter em mente que as instituições historiográficas não são constituídas por anjos, seres angelicais desinteressados, mas por homens, *megalotimóticos*, que desejam o desejo de seus pares, aspiram a ocupar cargos de destaque, posições de relevo, ou, mais prosaicamente, em alcançar uma sinecura que garanta uma boa renda. Isto, para dizer das causas, digamos, pessoais, das divergências institucionais internas. Não nos esqueçamos dos motivos de fundo maior, como o pertencimento a diferentes culturas políticas, que poderiam indicar concepções historiográficas conflitantes. Não é para menos que Capistrano estabelece um vínculo tão estreito com a BN que, desde os tempos do Império, apresenta caráter público muito mais acentuado do que o IHGB. Não é demais lembrar que este caráter público é um componente importantíssimo das influências republicanas acima aludidas.

Merece destaque, igualmente, a semelhança do trabalho de Capistrano para garantir o que hoje poderíamos chamar de fundos de pesquisa, em 1917, com o trabalho empreendido pelos atuais pesquisadores no mesmo sentido. Quanto papelada a preencher! Quanta burocracia a vencer!!! Quão importantes as redes sociais estabelecidas para superar os obstáculos.

Delineemos mais um pouco a estreita vinculação que Capistrano mantém com a BN. São diversas as passagens, especialmente na correspondência com João Lúcio de Azevedo, nas quais menciona doações feitas ao estabelecimento. Depois de ter

conseguido a cópia de algum documento importante, tendo-o estudado, era comum Capistrano oferecê-lo à Biblioteca, em seu nome ou em nome dos amigos, no caso de João Lúcio. Assim, em carta ao colega português,

*“Agradeço também a cópia do Amador, que vou oferecer à B. Nac., em seu nome, para a Seção de Mss. aonde já existe a cópia de Pero Rodrigues. Agora pode-se comparar a versão com a da História Trágico -marítima e a Santuário Mariano, provavelmente bebida em Fr. Vicente do Salvador. Vou passar na Bib. Nac. e ver se posso enviar-lhe o volume que trata de Vieira.”*  
(ABREU: 1954b, p. 14-15).

Tal atitude reforça nossa assertiva a respeito da preocupação de Capistrano em tornar públicos os documentos, de maneira que possam ser consultados por todos os interessados, bem como indica a utilização de um procedimento caro à escola metódica e indispensável para aqueles que se dedicam à edição de documento, o cotejamento de diferentes versões do mesmo manuscrito ou de manuscritos que reproduzem passagens de outros textos.

A “passagem” de Capistrano pela BN não se resume à oferta do documento. Aproveita-se para atender a solicitação do colega ultramarino, que, à época, escrevia obra sobre Antônio Vieira. Assim, caracteriza-se perfeitamente a troca de favores entre os dois historiadores. Enquanto João Lúcio consegue cópias dos arquivos portugueses e livros europeus para Capistrano, este, em retribuição, faz o que pode para conseguir documentos e livros existentes no Brasil.

Em outra carta, ressalta que a oferta de fato ocorreu:

*“Em seu nome ofereci à Secção de Mss. da Biblioteca Nacional a cópia de Amador Rebêlo, e o diretor satisfez ao meu pedido dos Anais por uma de*

*permuta explicita. Eu devia ter escrito algo para aquele número; muito propositalmente deixei de fazê-lo, e Teixeira de Melo, bom homem, mas o pior chefe que o estabelecimento teve desde que comecei a freqüentá-lo em 75, brindou-me com uma alfinetada: apreciou-a?”* (ABREU: 1954a, p. 19).

Uma vez mais salienta-se a importância dos contatos pessoais de Capistrano para a abertura de portas, o que lhe permite conseguir os *Anais da Biblioteca* para João Lúcio através de uma espécie de permuta, algo que normalmente é feito através de instituições e não de indivíduos. Algo importante, há a indicação da data em que começa a freqüentar a BN: 1875, o mesmo ano de sua chegada do Ceará. O interesse pela História pátria, nascido e formado nas praias e caatingas cearenses, leva-o de imediato a compulsar os tesouros da biblioteca.

A respeito da preocupação em tornar públicos os documentos, podemos rememorar outra passagem entre Capistrano e seu Xará<sup>74</sup> português, João Lúcio: “*Obrigado pela cópia de Gandavo; vou corrigir os exemplares do Instituto e da Bibl. E entregá-la à Bibli. em seu nome*” (ABREU: 1954b, p. 50). Além da confirmação do trânsito livre dentro das instituições, incluso no IHGB, destaca-se a preferência pela doação à BN, dado o seu caráter público, de livre acesso. Pesou, igualmente, o roubo de exemplares da correspondência de João Francisco Lisboa; correspondência que esteve primeiro no Ministério do Império e, já desfalcada, passou ao IHGB, onde se “roubaram muitos volumes” (ABREU: 1954b, p. 52).

Além da oferta de cópias de documentos manuscritos, também eram constantes as ofertas de livros, seus ou de seus amigos. Muitas vezes, essas ofertas não eram desinteressadas, pois faziam parte de uma estratégia para divulgação de obras do ofertante ou para se conseguir obras editadas pela BN ou ali existentes em duplicata.

---

<sup>74</sup> Capistrano começou muitas das cartas dirigidas a João Lúcio de Azevedo denominando-o de “Xará” ou de “Xarapim”.

Assim, como já visto, os exemplares de Claude d'Abbeville que não encontraram saída no mercado foram encaminhados por Capistrano para a BN para que se pudesse fazer a distribuição para outras instituições congêneres. Ainda em 1923, Capistrano conseguiria permutar um exemplar do mesmo Claude d'Abbeville por um exemplar da 3ª ed. de Varnhagen para Paulo Prado (ABREU: 1954b, p. 440).

A estrutura da BN podia ser utilizada ainda como uma espécie de correio, facilitando o envio de livros e documentos. Assim, em carta a Oliveira Lima, de 27 de outubro de 1900, Capistrano presta contas de um pedido do pernambucano.

*“Deixei outro dia na Biblioteca Nacional o livro sobre a Colônia do Sacramento e pedi que remetessem juntamente com os Hunas publicados até agora. Prometeu-me fazê-lo o bibliotecário antigo colega e amigo de seu primo Afonso. Terá cumprido a promessa?”* (ABREU: 1956b, p. 7).

O exemplo é importante por indicar a manutenção do vínculo ativo de Capistrano com a BN e algumas das bases em que este vínculo perdura, especificamente a amizade estabelecida ainda nos tempos de funcionário do estabelecimento, e as relações sociais. Sim, pois apesar do funcionário ser amigo do primo de Oliveira Viana, e não um parente, Capistrano não se faz de rogado em utilizar tais conexões parentais.

As conexões parentais ou os laços de amizade são utilizados em outras situações para além da pesquisa histórica. É o que se dá em bilhete a Paulo Prado, datado de 27 de outubro de 1926, quando apresenta o conterrâneo José Valdez Correia ao empresário paulista, sem dizer diretamente que o apresentava com o objetivo de lhe encontrar alguma colocação, pois *“a bon entendeur...”* (ABREU: 1954b, p. 477).

## 6. CONCLUSÃO

Ao longo de toda sua vida, João Capistrano Honório de Abreu, cearense de Maranguape, pai ardoroso mesmo que distante, amigo dos amigos, língua ferina, historiador por todos consultado, etnólogo reconhecido internacionalmente, amigo de ministros e índios, este ser humano tão fantástico e cheio de contradições devotou um gigantesco esforço para entender o seu povo e o seu país, a quem tanto amava e de quem tanto esperava.

A presente obra pretendeu, ainda que minimamente, entender um pouco este ser humano e, através dele, entender um pouco melhor a historiografia produzida sobre este país, o Brasil, que temos em comum.

Como em qualquer trabalho historiográfico, o autor destas páginas nutre grande empatia e mesmo admiração por seu objeto, Capistrano de Abreu. Tendo em vista essa necessária empatia, procurou-se dela se utilizar como um estímulo à pesquisa e à compreensão, uma ferramenta de trabalho. Tentou-se evitar ao máximo qualquer “justificativa” da obra, idéias e da própria pessoa de Capistrano ou, muito pior, uma peroração, um panegírico, algo que teria sido criticado por ele. De qualquer forma, as tramas da vida deste autor unem-se às redes capistranas.

Procurou-se entender a importância incontestada alcançada pelo cearense na historiografia brasileira e mesmo em outros campos do conhecimento, notadamente a Etnografia. Para isto, volver o olhar para o **lugar** de Capistrano, o seu torrão natal, o Ceará, estado do Norte, foi a primeira providência. A influência da **região** sobre a literatura é de há muito reconhecida, cumpre questionar sobre a influência que a região pode ter, e tem, sobre a produção historiográfica. Destacados exemplos são *Rubro Veio*, de Evaldo Cabral de Mello (1986) e *A Revista do Brasil: um diagnóstico para (N)ação*,

de Tânia Regina De Luca (1999). Por certo, ao volvermos o olhar mais detidamente sobre essa relação entre historiografia e região. Por certo, encontraremos diferenciações significativas, como as apontadas no presente trabalho, ligando Capistrano às revoltas de caráter liberal e republicano que eclodiram no Norte, desde o período colonial, como a Guerra dos Mascates, em 1710 até 1848, com a Praieira, apenas cinco anos antes de seu nascimento.

Significa então dizer que temos historiografias regionais e não uma historiografia brasileira? As particularidades regionais não impedem a construção de uma historiografia nacional, brasileira. O que se quer apontar é que nossa historiografia tem várias matrizes, não é e não foi una, monolítica, monocromática. Se o Brasil é um caleidoscópio de etnias, de culturas, de regiões e de biomas, sua História e sua Historiografia também o são. Aceitar pacificamente que a historiografia do século XIX foi elaborada a partir do IHGB tendo a construção da Nação a partir do Estado como único tema é deixar de lado a diversidade, característica maior do vivido.

A importância da Região pode ser também sentida na conceituação capistraneana do Povo e da Nação. De fato, para Capistrano, não há predomínio de sulistas ou nortistas na formação de ambos. O Brasil é antes o fruto da convergência de esforços dos colonos de diversas regiões, do que da “epopéia” dos bandeirantes paulistas. Sua *comunidade imaginada*, por conseguinte, é federada, com a evidente preocupação em garantir ao Norte um papel destacado na construção da nacionalidade, tão importante quanto o dos outros centros de povoamento.

Analisar a rede de relacionamentos que Capistrano estabelece, começando em sua terra natal, estendendo-a, a partir do Ceará e do Rio de Janeiro, pelo Brasil, Europa, América do Sul e Estados Unidos, auxilia no entendimento de sua concepção da História brasileira de duas maneiras. De fato, sem esta rede, não teria sido possível a

Capistrano desenvolver tão variada cópia de atividades, como tivemos oportunidade de verificar a respeito de seus trabalhos etnográficos ou a respeito da procura, transcrição e edição de documentos os mais variados, como foi o caso da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador. Por outro lado, ao trançar os fios da sua rede com os fios de outras redes, como a dos republicanos científicos, Capistrano nos dá pistas de suas posições políticas, ligadas ao Norte (liberal, rebelde e republicano) e à geração de 1870 – um movimento que pretendia ampliar o espectro da participação política (ALONSO: 2002, p. 42).

As redes capistraneanas ainda podem ser úteis para se entender como ele alcançou o que Sirinelli designou como *ressonância*, ou seja, a repercussão alcançada por um determinado intelectual em seu meio e tempo (SIRINELLI: 1998). Em grande medida, a importância alcançada por um intelectual pode ser medida em função da ressonância alcançada, que pode ser aferida pelo número de citações em obras de seus pares, por exemplo.<sup>75</sup> No caso de Capistrano, sua ressonância foi muito grande, garantido e ampliando sua *autoridade intelectual*. Evidências dessa ressonância são seu reconhecimento junto à comunidade internacional de sul americanistas (CHRISTINO: 2006), a grande quantidade de artigos publicados na imprensa periódica – a principal mídia de sua época – o reconhecimento por seus pares<sup>76</sup>, a dimensão de sua correspondência, a constituição da Sociedade Amigos de Capistrano de Abreu e as constantes releituras empreendidas por historiadores posteriores da obra capistraneana.

Ao questionar os “quadros de ferros” de Varnhagen, Capistrano procura justamente demonstrar a importância de se ampliar a compreensão de nossa história,

---

<sup>75</sup> O caso dos intelectuais que alcançam ressonância *post mortem* parece reforçar o conceito. De fato, se em vida sua importância é diminuída, sendo pouco lembrados e ocupando postos de pouca projeção nas instituições, suas idéias ganham vida própria, garantindo-lhes reconhecimento que não tiveram em vida. Não é o caso de Thomas Veblen e Norbet Elias?

<sup>76</sup> Apenas a título de exemplo, Affonso Taunay dedica sua edição da *Cultura e opulência do Brasil por suas minas e drogas*, de Antonil, ao “mestre prezado e ilustre J. Capistrano de Abreu”, assinando-se como amigo e discípulo (ANTONIL: 1982, p. 21). Também Basílio de Magalhães considera Capistrano “profundo mestre da história pátria” e pesquisador “inolvidável” (MAGALHÃES: 1935, p. 144 e 222).

através de um novo personagem central, o **povo**. Aqui, utilizou-se o conceito de *comunidade imaginada*, de Benedict Anderson. Enquanto os saquaremas procuraram construir essa comunidade a partir do Estado Monárquico e da Casa Imperial, Capistrano constrói a sua comunidade a partir do povo, sua cultura, sua economia, suas rebeliões. Há uma identificação entre o Estado e a Nação, de um lado, e o Povo e a Nação, de outro. Evidentemente, tais identificações marcam a pesquisa e a escrita de cada uma das historiografias. A opção de Capistrano pelas crônicas e a opção de Varnhagen pelos documentos oficiais decorrem justamente desse posicionamento político, das **culturas políticas** a que cada um deles pertencia e não o contrário, como se a escolha dos documentos fosse feita de forma aleatória e isenta. Nada disso. Não é por outro motivo que Capistrano tanto se empenhou na edição da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, o primeiro historiador *brasileiro*, como fez questão de ressaltar.

A *comunidade imaginada* capistraneana não tem como centro a casa de Bragança, o bandeirante ou a natureza tropical idealizada. Capistrano imagina uma comunidade a partir do povo. Como o Povo não consegue domar o Leviatã hobbesiano, sobressai a desesperança, o desânimo, tom característico das páginas finais dos *Capítulos* e presente em grande parte de sua correspondência. É que, diga-se mais uma vez *o Estado subjogou a Nação*. Assim, apesar de muito esperar do Brasil, Capistrano tem uma visão pessimista de nossa História. Esse pessimismo caracteriza também sua vida pessoal, basta lembrar o emprego da assinatura *João Ninguém* em grande parte da correspondência. O pessimismo torna Capistrano precavido contra qualquer ufanismo ou patriotada, influenciando fortemente em sua percepção da História brasileira, a começar pelo título de sua obra máxima, os *Capítulos*, algo fragmentado, inconcluso, por acabar, muito diferente da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, já pelo título completa,



definitiva, acabada. Ou ainda, da *Expansão Geográfica do Brasil*, de Basílio de Magalhães, da *História Geral das Bandeiras*, de Afonso Taunay. Essas três últimas obras são já grandiloqüentes pelo título, o que se reflete no texto, igualmente grandiloqüente, ufanista. No caso de Magalhães e Taunay, esmera-se por transmitir a grandiosidade do Brasil e dos bandeirantes paulistas, personagem que lhes é comum.

A percepção do fracasso das revoltas coloniais, a crítica ao voluntarismo e desorganização dos rebeldes, a constatação da mandruice intelectual, que se procurou destacar ao longo do texto, não seriam fruto em grande parte do pessimismo de Capistrano?

Ao escolher o povo como personagem central, Capistrano procede a uma dupla ampliação da História enquanto disciplina: metodológica e epistemológica. Metodológica na medida em que a História não pode ser mais encarda e elaborada como diletantismo. A História deve ser escrita a partir de vasta e organizada pesquisa documental, resultando na publicação (no duplo sentido de editar e de tornar público) de documentos e ferramentas como catálogos e índices. Epistemológica na medida em que o historiador não pode mais ater-se aos domínios de Clio, deve romper as fronteiras da Geografia, da Psicologia, da Economia e da Etnografia, buscando novos conceitos e instrumentos para devassar o passado e dele “arrancar o segredo angustioso do presente”.

Nem todos os brasileiros participam dessa comunidade imaginada. Os negros, por exemplo, são colocados à margem por Capistrano. Ele não consegue vencer os lugares comuns utilizados por parte da historiografia para analisar a influência dos africanos em nossa formação. Pelo contrário, ao término da leitura dos *Capítulos*, fica-se com a impressão de que os negros vieram para o Brasil em pequeno número, acidentalmente, sendo sua principal contribuição os “mulatos belicosos”, elementos

sempre presentes nas revoltas brasileiras. Ao mesmo tempo em que nega a importância da etnia para explicar nossa formação, preferindo apoiar-se na cultura, Capistrano não deixa de utilizar preconceitos étnico-raciais, como a afirmação de que o caráter “dócil” dos africanos teria contribuído para que suportassem a escravidão mais facilmente do que os índios.

Mais uma vez, a historiografia não é una. O silêncio de Capistrano parece reproduzir a argumentação predominante no IHGB, de que o índio poderia ser redimido, integrado à civilização (SCHWARCZ: 1993, p. 111-113). Como vimos, Capistrano opõem-se a Silvio Romero e outros, que como o paraibano, voltam sua atenção para o negro, mesmo que com um olhar racista, considerando-o como inferior e capaz de regeneração pela miscigenação com o branco. Mesmo com esse olhar racista, Silvio Romero, Nina Rodrigues e outros resgatam a cultura negra, através do estudo de seu folclore, das possíveis influências trazidas da África para o Brasil. Enfim, para esses autores, o negro está presente em nossa história e ganha visibilidade. Todavia, Capistrano tece diversas críticas aos trabalhos de Oliveira Vianna fortemente influenciada pela obra de Le Play. Como Vianna foi um dos maiores defensores do progressivo *branqueamento* da população. Pelo contrário, Capistrano é muito claro quanto ao caráter mestiço, miscigenado de nosso povo e a possibilidade de formação da Nação não está ligada ao fator étnico, mas sim à cultura, à economia e à política. Não se trata de “enquadrar” Capistrano nesta ou naquela corrente. Comparativamente, Capistrano distancia-se de Oliveira Vianna e daqueles que acreditavam no branqueamento do brasileiro, aproximando-se de Silvio Romero no que diz respeito à afirmação do caráter mestiço de nosso povo. A grande discordância advém da crença no predomínio do índio na miscigenação e, por conseqüência, no tratamento absolutamente secundário do negro em suas obras.

O exercício de observar como Capistrano foi resgatado e interpretado pelos historiadores subseqüentes é bastante ilustrativo das posições políticas capistraneanas. Desenvolver um levantamento exaustivo dessas releituras é tarefa que ultrapassa os limites e intenções do presente trabalho. Por isso, serão feitas apenas breves considerações a esse respeito. O parâmetro é a obra seminal de Arnaldo Momigliano, *Raízes clássicas da historiografia moderna* (2004). Nessa obra, indica-se como os historiadores modernos relem de maneiras diferentes os autores da antiguidade, como Heródoto, Hesíodo e Tácito, em função dos seus próprios posicionamentos políticos.

No caso de Capistrano, dá-se fenômeno semelhante. Os historiadores mais à esquerda do campo político vêm especialmente Capistrano como o historiador que denunciou a crueza da conquista e colonização, o historiador das rebeliões, do povo capado e recapado. A esses historiadores podemos chamar de “historiadores na trincheira”, para utilizar título de livro sobre José Honório Rodrigues (RODRIGUES, MELLO: 2004). Junto a ele, podemos elencar Eduardo Hoonart, José Murilo de Carvalho e José Carlos Reis.

Não se pode esquecer, mesmo assim, que Capistrano também é resgatado, mas num outro sentido, por historiadores vinculados ao *establishment*, como é o caso de Arno Wheling e Américo Jacobina Lacombe. Não se quer dizer, com isto, que as análises destes historiadores deve ser menosprezada, mas há que se atentar que o resgate por eles realizado é de um Capistrano padrão de correção historiográfica. Ou seja, aquele que primeiro escreveu história seguindo os parâmetros da escola metódica. Não é outro o sentido apontado por Ângela de Castro Gomes ao analisar a reinterpretação promovida pelo suplemento *Cultura Política*, nas décadas de 1930 e 1940. Ao se apontar os historiadores merecedores do olhar do presente, os autores do suplemento

apontam especialmente para a correção do método historiográfico (GOMES: 1996, p. 36).

As diferentes releituras de Capistrano apontam a necessidade de entendê-lo e a sua obra a partir de um ponto de vista político, qual seja a sua identificação com a soberania popular frente ao Estado, e *pari passo*, frente as elites que o sempre o controlaram.

Mesmo reconhecendo a importância das análises que partem do ponto de vista de Hayden White e Paul Ricoeur, preocupando-se com a questão do estilo e da narrativa, há que se apontar para a *despolitização* que tais obras acabam por empreender, como é o caso do artigo de Ricardo Benzaquém de Araújo e das obras de Francisco Amed e de Maria da Glória de Oliveira.

Se Capistrano constrói sua narrativa com o objetivo de alcançar a verdade, como pretende Benzaquén, ou se a correspondência é utilizada como forma de divulgação do saber, ou ainda, se há a utilização da metodologia da história metódica no sentido de garantir a construção de uma narrativa verídica, não se pode esquecer que a historiografia não se produz em laboratório asséptico, com manual de instruções a ser rigorosamente seguido.

O trabalho do historiador, como pretende Koselleck, é mediar a intrincada relação entre um campo de experiência e um horizonte de expectativas, a partir de um presente vivido. Diante disso, há que se perguntar qual é este presente. Daí a importância de se analisar o lugar de onde veio Capistrano, as redes nas quais estava inserido, o significado de suas escolhas (KOSELLECK: 2006).

Forte indicio de que Capistrano se diferencia dos historiadores seus contemporâneos, é seu posicionamento crítico e, até certo ponto alheamento, frente as instituições que integravam o *lugar de História* do período abordado. O exemplo do

IHGB é emblemático. Capistrano foi membro do Instituto, incontestavelmente a instituição historiográfica predominante no período, bem como funcionário concursado da BN e do Colégio Pedro II, não ocupando cargos ou posições de comando nessas instituições. Isso, além da recusa explícita em participar da ABL.

A respeito do Colégio Pedro II, o testemunho de Francisco Segismundo Ihe é bastante desairoso, parecendo representar a opinião corrente sobre Capistrano entre o corpo docente da instituição. Para Segismundo, Capistrano teria sido um crítico impiedoso e ácido. Dotado de grande erudição, apontava erros nas obras didáticas de outros professores, como nos trabalhos de Joaquim Manoel de Macedo e João Ribeiro, mas sem apresentar ele mesmo um manual didático que suprisse tais erros (SEGISMUNDO: 1991). Mais uma vez, encontramos o eco da pergunta “e a grande obra de Capistrano?”. Sem nos estendermos sobre os motivos que levaram Capistrano a ser considerado *persona non grata* no Pedro II<sup>77</sup>, as afirmações de Segismundo vem reforçar a constatação de sua posição marginal em relação aos centros de poder das instituições de seu tempo.

Ora, pode-se aventar, como já feito no capítulo cinco, que este alheamento das posições de comando deve-se em parte ao caráter do próprio Capistrano, avesso até mesmo a sociedade humana. Mas somente em parte. O motivo maior é o desacordo profundo frente à forma que essas instituições encaravam e escreviam nossa História.

Imagine-se o constrangimento que Capistrano não teria provocado na comemoração do

---

<sup>77</sup> Não foi possível aprofundar as pesquisas a respeito da passagem de Capistrano pelo Pedro II. O texto de Francisco Segismundo (1991) lembra muito os textos dos professores que se dedicam a escrever as memórias de sua instituição, sem um aprofundamento teórico. Por isso mesmo é de grande relevância como fonte, permitindo constatar como Capistrano era visto pelo corpo docente. De qualquer forma, as relações de Capistrano com o Colégio foram tensas, chegando ao ponto de sua disponibilidade após a República, com o protesto frente à Congregação da extinção da cadeira de História do Brasil. Ao que tudo indica, a Congregação não apoiou ou não teve como apoiar Capistrano na sua luta contra Epiácio Pessoa, então Ministro do Interior, responsável pela instituição. Apenas como hipótese, imagino que a extinção da cadeira de História do Brasil teve por objetivo “limpar o terreno” para a contratação e um professor menos crítico em relação à nossa História, mais dócil aos apelos do Estado e dos seus ocupantes. Como não seria possível demitir sumariamente Capistrano, já à essa época considerado uma “sumidade”, empregou-se a manobra de unir a cadeira de História do Brasil à cadeira de História Universal, extinguindo a primeira.

Centenário da Independência ao propor uma nova edição de Boesher, relatando um D. Pedro I intempestivo, urinando diante das tropas!!! Ou, em lugar de dedicar páginas e páginas da RIHGB ao panegíricos e discursos do gênero, recheá-las de mais e mais documentos.

Ainda a esse respeito, dizer que Capistrano não participou das posições de mando das instituições do período não quer dizer que ele não teve uma posição de destaque nas mesmas. É a diferença entre *autoridade institucional* e *autoridade intelectual*, já apontada anteriormente.

Como se pretendeu demonstrar, a busca pelo povo é a busca por uma quimera, um sonho não realizado. Mesmo assim, busca-se esse povo através de sua *cultura*, prioritariamente a cultura sertaneja. Assim, o empreendimento capistraneano une ao mesmo tempo um posicionamento *político*, a escolha do povo como personagem central de nossa história, com uma ampliação metodológica, a incorporação das ciências humanas à História. Implica dizer, também, se há a preocupação em garantir a verdade através da construção narrativa ou da utilização do método historiográfico moderno, há, igualmente e, mais importante, a clara intenção de utilizar essa mesma narrativa e esse mesmo método historiográfico moderno a serviço do povo, como afirmou José Carlos Reis, *fazendo o elogio da rebelião brasileira e ensinando ao povo brasileiro o seu segredo* (REIS: 2006).

Se Capistrano faz o elogio da rebelião brasileira, importa perguntar que rebelião é essa. De fato, parece-nos que o objetivo de Capistrano ao elogiar sim a rebelião brasileira, o espírito rebelde brasileiro, está diretamente ligado à sua comunidade política imaginada, centrada no povo, uma comunidade que, ainda em 1907, não havia logrado constituir-se forte o suficiente para fazer frente ao Estado. Não se faz o elogio de qualquer rebelião. A exclusão de Tiradentes dos *Capítulos* passa a fazer sentido ao se

ter em mente os posicionamentos políticos de Capistrano. Assim como a Suíça havia deixado de lado Guilherme Tell, antes de mais nada um mito, deveríamos também deixar de lado o igualmente mitológico José Joaquim. Em seu lugar, por que não nos lembrarmos dos “heróis de 1817”? Pelo menos estes pegaram em armas, morreram lutando, seus corpos foram abandonados ao léu nas margens dos rios.

Da mesma forma se ele quer ensinar ao povo o seu segredo, parece-nos que esse segredo é da força do povo solidário frente ao Estado. Daí também a crítica à falta de solidariedade do brasileiro, de ação cooperada e planejada, herança dos índios. A solidariedade é tanto política como econômica. A partir da correspondência de Capistrano é possível pensar no que ele acreditava como sendo uma política e economia solidárias, planejadas, cooperadas. Começando pela economia, ele faz eco aos engenheiros que clamam por mais estradas de ferro, exploração de minas de carvão, agricultura voltada para o mercado interno, integração das diversas regiões brasileiras através dos modernos meios de transporte e comunicações. Esses empreendimentos econômicos deveriam ser levados à efeito por sociedade anônimas, grandes empresas. Capistrano foi grande amigo de alguns dos maiores engenheiros e geólogos da época, como o americano Orville Derby, João Pandiá Calógeras, Teodoro Sampaio e Arrojado Lisboa, todos ligados de uma maneira ou outra à modernização econômica do Brasil através da formação de empresas, criação de legislação a respeito de nossas riquezas minerais ou prospecção de recursos minerais. Por outro lado, o Estado deveria funcionar como agente indutor desse crescimento, incentivando a formação de empresas através de garantias e subsídios.

Quanto à questão política, a posição de Capistrano é muito mais que crítica. Certamente decepcionado com os rumos da política republicana, transparece em suas cartas o pasmo e a indignação frente aos desmandos, inépcia e descabimento de todos os

governos. No governo de Floriano Peixoto, não se podia conversar com mais de uma pessoa na rua, pois a terceira fatalmente seria um polícia. Não nutria simpatia por Hermes da Fonseca, pois tinha medo de gente armada. Arthur Bernades o deixava perplexo pela total falta de tato para lidar com a severa campanha difamatória que lhe foi impingida. Em resumo, permanecia a mesma “mandruice intelectual” do período colonial, agravada pelo imprevisto e falta de planejamento. O Estado continuava a ser controlado pelos potentados e utilizado a seu favor, deixando de lado a gente comum ou reprimindo-a violentamente, como no caso dos sertanejos de Canudos e de Antônio Conselheiro.

Mesmo após os *Capítulos*, o povo ainda não havia aprendido com o passado o seu segredo. A economia tripudiava na terra rocha dos pés de café ou no massapé dos canaviais, enfrentando os preços cada vez mais baixos no exterior, incapaz de produzir os bens e alimentos necessários para seu povo. O leviatã estatal, qual ciclope faminto, ainda devorava seus cidadãos, cortando-lhes literalmente as cabeças.

Teríamos, hoje, aprendido o segredo angustioso do passado? Ou nos deixamos dominar pelo Estado e os potentados que o dominam? Terá o povo constituído-se finalmente em Nação e dominado o Governo/Estado?

Tendo ou não se constituído em Nação, domando ou não o Estado, nós, brasileiros, não podemos nos esquecer de nossa história e, como Capistrano, devemos volver nosso olhar constantemente para o passado à procura de nós mesmos.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES.

ABREU, João Honório Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu/Typographia Leuzinger, 1928.

ABREU, João Honório Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. Brasília: UNB, 1963.

\_\_\_\_\_ *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 1ª ed. Rio de Janeiro: INL, 1954a. v. I

\_\_\_\_\_ *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 1ª ed. Rio de Janeiro: INL, 1954b. v. II

\_\_\_\_\_ *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 1ª ed. Rio de Janeiro: INL, 1956. v. III

\_\_\_\_\_ *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1977, v. III

\_\_\_\_\_ *Ensaio e estudos. 1ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975a.

\_\_\_\_\_ *Ensaio e estudos. 2ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975b.

\_\_\_\_\_ *Ensaio e estudos. 3ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975c.

\_\_\_\_\_ *Ensaio e estudos. 4ª série. 2ª ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

\_\_\_\_\_ *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_ “Phases do Segundo Império”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 98, vol. 152, (1925), 1927.

\_\_\_\_\_ “Instruções para os Imigrantes”. *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 11-30, 2004.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Academia Brasileira de Letras, 1995. 2ª ed., apresentação de Afrânio Coutinho, Coleção Afrânio Peixoto, 44 p. Primeira edição de 1893

- AZEVEDO, Aluisio [1857-1913]. *O coruja*. 6ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1940
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da historia*. Porto: Chardron, de Lelo & Irmão, 1913.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- FLEIUSS, Max. *Paginas de Historia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- KOSERITZ, Karl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1943.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- MARTIUS, Carl F. P. von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- MELO MORAES, Alexandre José da Melo. *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1997.
- NASCIMENTO, Alba Canizares. *Capistrano de Abreu: o homem e a obra*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1931.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de S. Pedro*. Paris: Typographia de Casimir, 1839.
- ROMERO, Silvio. *Doutrina contra doutrina: o Evolucionismo e o Positivismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1895.
- SAMPAIO, Teodoro *O rio São Francisco e a chapada diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Organização José Carlos Barreto de Santana. Coleção Retratos do Brasil.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Brasiliana, v. 10)

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 1999.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMED, Fernando José. *História ao portador: interlocução privada e deslocamento no exercício da escrita de cartas de João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2001. Dissertação (Mestrado: História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém. “Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu.” *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-53, 1988.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean- Pierre; SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Lisboa: 1998, p. 349-363.

BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Capistrano de Abreu e a correspondência feminina*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria Estadual de Cultura, 2006.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papyrus, 2000, 248p.

BUARQUE, Virgínia. “Cartas do Claustro”. *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 65-77, 2004.

BURKE, Peter. *Uma História social do conhecimento. De Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALIL, Carlos Augusto. “Introdução”. In: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobliográfica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

CAMPOS, Pedro Moacyr. “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX.” In: GLENISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1961.

CARMO, J. A. Pinto do. *Capistrano de Abreu e as suas traduções*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1953.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_ *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CHRISTINO, Beatriz Protii *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku--i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. São Paulo: 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CORREA, Dora Shellard. “Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil.” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, Junho, 2006. Acessado em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100005&lng=en&nrm=iso)>. access on 14 Mar. 2010. doi: 10.1590/S0102-01882006000100005.
- COUTINHO, Afrânio. “Euclides, Capistrano e Araripe.” In: COUTINHO, Afrânio. *Conceito de Literatura Brasileira*. s.l.: Ediouro, s.d.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canutos*. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- DIALOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL. Salvador: Progresso, 1956. Introdução de Capistrano de Abreu. Notas de Rodolfo Garcia.
- DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Vol I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976. (Coleção de Estudos Bibliográficos, 1)
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- \_\_\_\_\_ “História e Culturas Políticas. Definições, usos, genealogias.” *Vária História*, Belo Horizonte, v. 28, p. 13-28, 2002.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FALCON, Francisco José Calazans. “O Brasil de Capistrano de Abreu: Características de sua produção Historiográfica”. *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 65-77, 2004.
- FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. “A tradução como negócio: Rui Barbosa, tradutr do livro “Lições de Coisas”, de N. A. Calkins.” In. ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999 [Coleção Histórias da Leitura], p. 595-619.

FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_ *Da micro história à história das idéias*. São Paulo: Cortez/USF-IFAN, 1999.

FREITAS, Sônia Maria de *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993

GINZBURG, Carlo. *Morelli, Freud e Sherlock Holmes: Pistas e o Método Científico*. São Paulo, Presença, 1980.

\_\_\_\_\_ *A micro história e outras ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_ *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 1971.

GOES, Synesio Sampaio. “A paz das fronteiras coloniais: Alexandre de Gusmão, o Grande obreiro do Tratado de Madri”. In: SILVA, Raul Mendes (org.). *Missões de paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Rio de Janeiro: Log On Editora Multimídia, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

\_\_\_\_\_ (org.) *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONTIJO, Rebeca. “A Reta e o Círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927).” *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 101-128, 2004.

\_\_\_\_\_ “História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu.” *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 159-185, 2005.

\_\_\_\_\_ *O velho vaqueano. Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói, 2006. Tese (Doutorado em História) – ICHF, UFF.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o Projeto de uma História Nacional.” *Estudos Históricos: caminhos da historiografia*, Rio de Janeiro: n. 1, p. 5-27, 1988.

HOONAERT, Eduardo. “José Honório Rodrigues e a intuição de uma história do Brasil a partir do povo.” *Revista de História* (nova série), São Paulo, USP, n. 116, p. 167-174, janeiro-julho, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Curso Capistrano de Abreu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: s.d.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.

LACOMBE, Américo Jacobina. *A obra histórica do Padre Hoornaert*. Rio de Janeiro: Agir; Brasília: INL, 1983.

\_\_\_\_\_ “A construção da historiografia brasileira: o IHGB e a obra de Varnhagen.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 152 (370), p. 245-264, jan./mar. 1991.

LATOURE, Bruno. *A esperança de pandora*. Bauru: EDUSC, 2001.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Capistrano de Abreu e o povoamento do sertão pernambucano*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1978.

\_\_\_\_\_ “Capistrano de Abreu: historiador.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 67-91, s.d.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. v. III. São Paulo: Cultrix/USP, 1977.

\_\_\_\_\_ *História da Inteligência Brasileira*. v. IV. São Paulo: Cultrix/USP, 1977-1978.

MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu. Vida e obra do grande historiador*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *Capítulos de Capistrano*. Endereço eletrônico [http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/capistrano/frame.htm](http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm)

\_\_\_\_\_ *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1990. (Estudos Históricos)

MELO, Jayro Gonçalves de. *A obra de Capistrano de Abreu: um estudo*. s.d. Dissertação. (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São, São Paulo, s.d.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

\_\_\_\_\_. *Capistrano de Abreu. Um homem que estudou*. São Paulo: s.d., Melhoramentos

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

MONTEIRO, Mozart. Curso Capistrano de Abreu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, p. 151-181, s.d.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz: prosa de um velho um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas*. Brasília: Briquet de Lemos; Rio de Janeiro: Cada da Palavra, 2005.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. *Historia das ultimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao pais dos tapuias*. São Paulo: USP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979 (Coleção reconquista do Brasil; v.54).

NASCIMENTO, Alba Canizares. *Capistrano de Abreu (O homem e a obra). Primeiro ensaio crítico-biographico*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1931.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo. Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Porto Alegre, 2006, Dissertação de Mestrado/ Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Vera Lúcia. *Poesia, mito e história no Modernismo brasileiro*. São Paulo: UNESP; Blumenau: FURB, 2002.

PAIVA, Tancredo de Barros. *Bibliografia Capistraneana*. São Paulo: Diário Oficial, 1931.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil a grandes traços e largas malhas*. 2002. Tese de Doutorado.(Programa de Pós-

Graduação em História Social da Cultura), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002

PEREIRA, Daniel Mesquita; FELIPPE, Eduardo Ferraz. “Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco (1886-1903).” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 487-506, 2008.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. “Rodolpho Theophilo e Capistrano de Abreu: algumas memórias do Museu do Ceará”. *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 65-77, 2004.

RIBEIRO, Maria Luiza Gaffree. *Uma ruptura na historiografia brasileira: a formação de João Capistrano de Abreu*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

REBELLO, E. de Castro. *Capistrano de Abreu e a síntese histórica*. Rio de Janeiro: São José, 1956.

REIS, José Carlos. *A História: entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

REVERBEL, Carlos. (org.) *Diário de Cecília de Assis Brasil, período de 1916-1928*. Porto Alegre: L&PM, 1983.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/INL, 1952.

\_\_\_\_\_. “Introdução”. In: ABREU, João Honório Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. Brasília: UNB, 1963.

\_\_\_\_\_. *História e historiadores no Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

\_\_\_\_\_. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978b.

\_\_\_\_\_. “Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira”. In: ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: INL, 1954. v. I



- RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- S, Frederico de. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SANDRONI, PAULO. *Dicionário de Economia do Século XXI*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008
- SCHADEN, Egon. “A Etnologia no Brasil”. In: FERRI, Mário Guimarães, MOTOYAMA, Shozo (coords.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade São Paulo, São Paulo: EPU, 1979. (págs. 239-271)
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições questão racial no Brasil. 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SECRETO, Maria Verônica. “As Instruções para os Imigrantes no contexto da propaganda da imigração.” *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 31-48, 2004.
- SEGISMUNDO, Fernando. “Professores de História do Colégio Pedro II (esboço).” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 152(370): 151-192, jan./mar. 1991
- SILVA, Raul Mendes (org.). *Missões de paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Rio de Janeiro: Log On Editora Multimídia, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais.” In: RIOUX, Jean- Pierre; SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Lisboa: 1998, p.259-279
- SOARES, José Carlos de Macedo. “Abertura do curso.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 44-45, s.d.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- SOUZA, Laura de Mello e. “Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial”. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOUZA, Robério Américo. “Por quê ler Capistrano de Abreu?” *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 65-77, 2004.

SPAHN, Peter. “Weber et la typologie des modes d’activité industrielle de Karl Bücher”. In: *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, 34 | 2004, [En ligne], mis en ligne le 05 septembre 2008. URL : <http://ccrh.revues.org/index223.html>. Consulté le 21 février 2010.

VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial”. In. MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Senac, 1999.

\_\_\_\_\_ “Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. *Tempo*, nº 8, vol. 4, dez. 1999b.

VIANA, Hélio. *Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

WEHLING, Arno. *A invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro/Niterói: Universidade Gama Filho/Universidade Federal Fluminense, 1994.

\_\_\_\_\_ *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_ “Capistrano de Abreu – A fase cientificista.” *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1976-77, vol. 311 – Abril/Junho.

\_\_\_\_\_ “Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: um paralelo cientificista.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 151(370): 265-274, jan./mar. 1991

\_\_\_\_\_ “Capistrano de Abreu e a História do Brasil”. *Trajetos. Revista do Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 5, nov., p. 65-77, 2004.

